

**JOSÉ RONALDO TRINDADE**

**ERRANTES DA CAMPINA: BELÉM, 1880-1900**

**Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de História do  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob a orientação da  
Profa. Dra. Maria Clementina  
Pereira Cunha**

**Este exemplar corresponde à  
redação final da tese  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
13/10/1999**

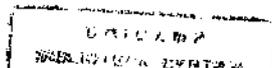
**BANCA**

  
**Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha (orientadora)**

  
**Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca**

  
**Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira**

**OUTUBRO/1999**



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	T-326
V. Ex.	
VALOR	399,85
PREÇO	278,00
C. D.	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	29,11,00
DATA	13/01/00
N.º GPD	

CM-00130619-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**Trindade, José Ronaldo**  
T 736 e      **Errantes da Campina: Belém, 1880-1900 / José Ronaldo**  
**Trindade. - - Campinas, SP ; [s. n.], 1999.**

**Orientador: Maria Clementina Pereira Cunha.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de**  
**Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. História. 2. Urbanização - Belém (PA). 3. Trabalho.**  
**4. Prostituição. 5. Antropologia urbana. 6. Sociologia urbana.**  
**I. Cunha, Maria Clementina Pereira. II. Universidade Estadual de**  
**Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

*JOSÉ RONALDO TRINDADE*

**ERRANTES DA CAMPINA:**

**BELÉM, 1880-1900**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha

Campinas  
1999

Aos meus pais Lourival e Madalena  
( Seu Lôro e Dona Madá)  
À Minha avó Rosa ( Dona Rosinha)  
Ao Júlio ( Ju)  
As verdadeiras almas desse trabalho

## AGRADECIMENTOS

---

Agradecer é uma tarefa tão difícil.... Na verdade nem sei bem por onde começar pois não sei ao certo onde tudo começou.

Vou começar então pelos meus irmãos, que tanta confiança e apoio manifestaram quando decidi transferir minha vida para outra cidade para cursar o mestrado. A Túlio Hostílio, Max Leno, Ana Paula, Rosana Carla e Andressa Solana os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos amigos de Belém, que “lá” ficaram, mas que sempre se mostraram muito interessados nos rumos que tomavam tanto essa pesquisa como este “pesquisador”, longe de sua “terrinha”. Agradeço assim aos queridos amigos Eduardo Burlamaqui, Maurício Costa, Bila Gallo, Virgínia Araújo, Patrícia Guilhon e Carlos Amorim. Neste momento, merece atenção especial a grande amiga Edilza Fontes, com quem iniciei as discussões que terminariam neste trabalho

Aos amigos de Belém - Felipe Mubarac, Humberto Mariano, Paulo Favacho, Kátia, Amélia Bemerguy, Waltinho, Ray Chagas, Augusto Pampolha e Cristina Ribeiro - que também vieram para São Paulo, agradeço pelo companheirismo e pelos momentos de

bom humor e descontração que me proporcionaram. Sem eles, de fato seria muito árdua esta “acidentada” estadia.

Aos novos amigos que fui conhecendo nos caminhos da vida e da pesquisa: Aletusya Benevides, Jean Márcio, Dudu Junqueira, Enéas, Angelo Zanoni, Miriam Fábregas e Kadu, Alex, André e Pedro que, mesmo muito diferentes entre si, têm em comum uma profunda inteligência e um grande bom humor, que garantiram boas gargalhadas e “profundas” discussões, nem sempre, digamos... filosóficas.

Aos funcionários do Arquivo Público do Pará, da Biblioteca Pública Arthur Vianna e do Arquivo do museu Paraense Emílio Goeldi, agradeço a atenção que tantas vezes me dispensaram quando eu estava “ralando” na busca de fontes. Todo agradecimento possível é pouco para expressar-lhes minha gratidão.

A Elisa - Lili -, uma amiga recente mas muito especial, agradeço o enorme carinho e paciência com que se envolveu com este trabalho em sua reta final, e ao seu ombro, sempre disponível a acolher esse confuso “pesquisador”.

Agradeço muito a Maria Clementina Pereira Cunha que, muitas vezes, abriu as portas de sua casa para fornecer informações valiosas e essenciais para a conclusão deste trabalho. Com sua inteligência e seu bom humor sempre presente, os medos diante de uma tarefa, para mim tão pesada, foram sendo superados.

À CAPES, pela bolsa concedida - sem a qual seria completamente inviável o começo e o fim desta pesquisa - e aos funcionários do IFCH, a quem sempre sobrecarreguei de perguntas e informações.

Não posso deixar de lembrar também de todos os “José” e “Marias”, que até antes de chegar a essas páginas eram pessoas esquecidas em um auto empoeirado nas prateleiras dos arquivos; “inofensivos” prisioneiros do passado. A eles agradeço por terem me cedido alguns momentos de suas vidas

Finalmente, agradeço a todas as pessoas que , direta ou indiretamente contribuíram para que esta pesquisa chegasse ao fim. E como não podia deixar de ser, assumo toda e qualquer responsabilidade pelas palavras desenvolvidas nestas páginas.

“Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados”

Clarice Lispector

# SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	
<i>Abreviaturas e Ruas</i>	1
<i>Mapa do Bairro</i>	2
<i>Introdução</i>	3
<i>Capítulo 1 – Uma história da cidade e do bairro</i>	
<b>1. Incursões</b>	17
a) A cara do bairro	20
b) População: a pluralidade cultural do lugar	42
c) Moradias: os muros da desigualdade	58
<i>Capítulo 2 – A construção da utopia</i>	
<b>1. O bom trabalhador</b>	64
<b>2. Riscos de contágio</b>	72
a) Medidas Saneadoras	76
b) As Autoridades contra os Cortiços	80
<b>3. Os micróbios do cortiços</b>	84
a) Meretizes	87
b) Ébrios	102
c) Jogadores	112
<b>4. Uma questão de classe</b>	116
a) A gentil cocote e a torpe meretriz	117
b) O desordeiro e o bon vivant	125
<i>Capítulo 3 – A voz do povo é a voz de Deus</i>	133
<b>1. A vida na Campina</b>	123
a) Moradias insalubres?	149
<b>2. Políticas do cotidiano ou Termos de Bem Viver</b>	150
a) Às Voltas com o botequim	150
b) Má Companhia	161
c) Palavras Obscenas	169
<b>3. As cabeças da Hidra ou a persistência dos maus costumes</b>	178
<i>Palavras finais</i>	183
<i>Fontes</i>	185
<i>Bibliografia</i>	193

## Abreviaturas Utilizadas

APEPA - Arquivo Público Estadual do Pará  
 MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

## Ruas e Travessas do bairro da Campina abordadas nesta pesquisa<sup>1</sup>

### a) Ruas

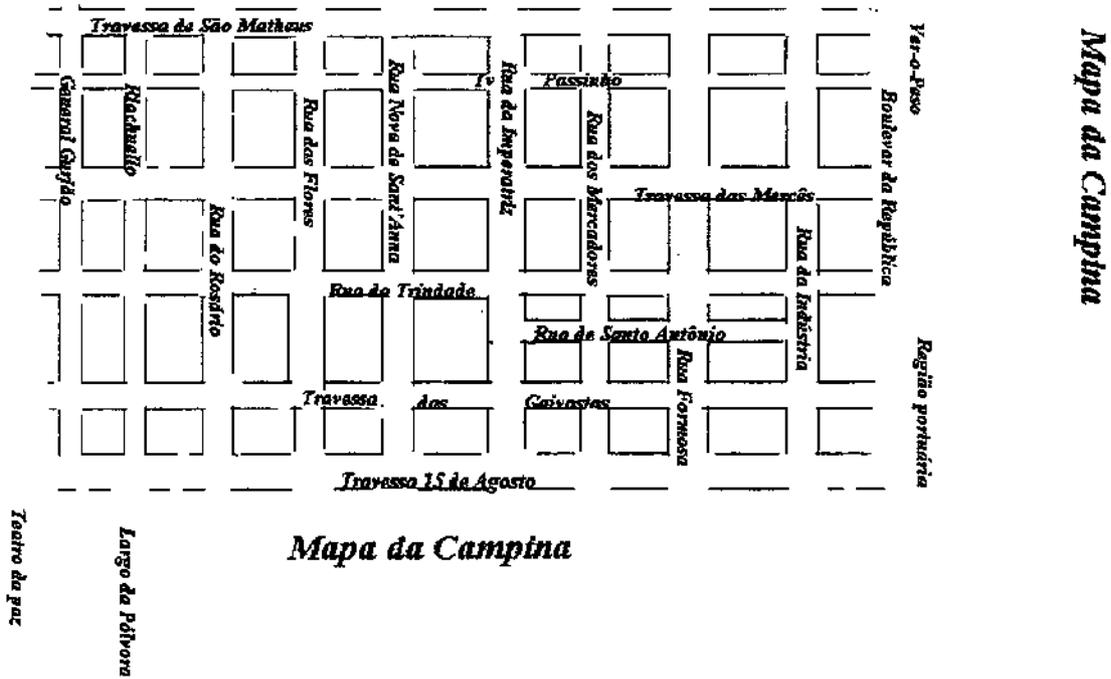
<u>Antes</u>	<u>Hoje</u>
da Paixão	13 de Maio
dos Mercadores	Conselheiro João Alfredo
Nova de Sant'Anna	Senador Manoel Barata
Imperatriz	15 de Novembro
de São Vicente	Paes de Carvalho
das Flores	Lauro Sodré
Cruz das Almas	Arcipreste Manoel Theodoro
de Santo Amaro	Veiga Cabral
dos Mártires	28 de Setembro
da Paciência	Carlos Gomes
do Rosário	Aristides Lobo
de Santo Antônio	Sem modificação
General Gurjão	Sem modificação
Caetano Rufino	Sem modificação
Ó de Almeida	Sem modificação
Riachuello	Sem modificação

### b) Travessas

<u>Antes</u>	<u>Hoje</u>
de São Matheus	Padre Eutiquio
do Passinho	Campos Salles
das Mercês	Frutuoso Guimarães
da Misericórdia	Padre Prudêncio
das Gaivotas	Primeiro de Março

<sup>1</sup> As modificações nos nomes das ruas que constam aqui dizem respeito apenas a alterações feitas após o período abordado nesta pesquisa. Não estão relacionados portanto os nomes que essas ruas possam ter tido anteriormente à década de oitenta do século passado.

## Mapa da Campina<sup>2</sup>



<sup>2</sup> Este mapa foi desenhado com base na organização espacial constante na planta da cidade do livro PARÁ. *Belém da Saudade: A memória de Belém em cartões Postais*. Belém: SECULT, 1996. A referida planta não foi inserida no trabalho por ser completamente impossível ampliar a parte referente ao bairro sem perder a definição da imagem, além de que o nome das ruas estava quase ilegível

## **INTRODUÇÃO**

---

O bairro da Campina é o segundo mais antigo de Belém. Suas ruas são hoje tomadas por diversos estabelecimentos comerciais, bancos, hotéis, além de antigas residências que em suas fachadas desgastadas exibem os resquícios do tempo que passou, mostras do que dele ficou.

A luz do dia por aquelas ruas dá visibilidade às muitas pessoas que circulam de um lado a outro, principalmente na medida em que nos aproximamos da Avenida Presidente Vargas – centro financeiro de Belém – ou das ruas Manoel Barata, Quinze de Novembro ou

João Alfredo.<sup>1</sup> Essas ruas, onde se multiplicam lojas que vendem de panos de prato até artigos modernos de última geração, proporcionam uma intensa confluência de pessoas. Por elas trafegam os interessados em comprar artigos de casa, vestuário, etc. ; ouve-se também os pregões de camelôs que vivem sempre envolvidos em conflitos com o poder público, em luta permanente para ocupar espaços cujo o acesso lhes é negado.

Outras ruas desse mesmo bairro, por uma estranha ironia, evidenciam outras formas de comércio: *economia do desejo*, como chamou Margareth Rago.<sup>2</sup> Afastando-se apenas duas quadras da rua João Alfredo, chega-se à Gaspar Vianna, uma rua de leito estreito, um pouco menos agitada do que as outras citadas de aparência calma, abriga alguns bares em que homens e mulheres, a maioria trabalhadores das redondezas, junto a turistas, acomodam-se à frente de uma garrafa de cerveja e alguns copos americanos, muito comuns a estes estabelecimentos. Ali se ouvem estrondosas e divertidas gargalhadas e *palavrões* que nem sempre são prenúncios de uma briga. Circulando pelo recinto, pode-se perceber algumas mulheres que tentam se aproximar dos frequentadores ou a eles lançam olhares que supõem sensuais, parte de um ritual de sedução. Não é segredo para os moradores de Belém que a Gaspar Vianna é uma rua em que se pode desfrutar com facilidade dos *prazeres ilícitos* junto a alguma das meretrizes que por ali se encontram.

Não apenas no interior do bares. As meretrizes param também em frente a pequenas pensões, sentam-se às calçadas ou caminham a passos preguiçosos pelas ruas lançando olhares atentos aos transeuntes, quiçá vislumbrando em alguns desses rostos a possibilidade de um “programa”.

---

<sup>1</sup> Essas ruas surgem no texto com os nomes que possuíam no passado , como se pode observar na listagem das ruas , nas primeiras páginas deste trabalho.

Próxima a esta região ficam também a travessa Primeiro de Março e a rua Riachuelo. Bem mais do que a Gaspar Vianna, essas duas ruas povoam o imaginário dos belenenses como o ponto das “putas” da cidade. Principalmente quando a luz do dia vai se desfazendo e a noite se avizinha, essas mulheres ocupam seus postos nas vias públicas. Ali as meretrizes acomodam-se à porta de casas estreitas, algumas a balançar a chave dos pequenos cômodos que utilizam no interior dessas moradias. Outras caminham pela rua ou conversam animadamente em “botecos” como o *Pecado da Gula*, que fica na confluência dessas duas ruas; nome sugestivo para um local que está em vias às quais se atribui tantos outros pecados.

Alguns homens param tímidos e estabelecem publicamente negociações com uma ou outra delas. Outros adentram apressados nas casas ou nos bares, olhando para todos os lados, certificando-se de que não foram percebidos. Mesmo quem apenas passa por ali, sem uma outra intenção, não está livre de um malicioso “psiu” ou de um “oi, meu amor” em uma *sutil* abordagem vinda de um sorriso convidativo que pode ter de quinze a sessenta anos.

Embora tenha se tornado corrente denominar aquele bairro de “Comércio”, alguns ainda hoje o chamam de bairro da Campina. Isso é também lembrado na fachada do “Boêmios da Campina”, bar antigo que ainda abre suas portas para a população. Locais como esse, bem como a fachada das casas antigas ou a presença de bêbados e prostitutas pelas ruas, evocam um passado bastante conturbado, uma região de comércio intenso, botequins e hotéis espalhados por suas ruas, além dos velhos “ébrios” e meretrizes. Ruas que durante o dia podiam ser caracterizadas de muitas maneiras, mas que durante a noite

---

<sup>2</sup> RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

eram identificadas apenas como espaço perigoso onde imperava a marginalidade e a imoralidade. Para mergulhar no passado daquele bairro, seria preciso adentrar em sua “peculiaridade”, mas como fazer isso?

Procurei de imediato seguir as trilhas de uma História Social que dispensava atenção especial ao papel da cultura na análise da sociedade. Nesse sentido, os trabalhos de E. P. Thompson e de N. Z. Davis<sup>3</sup> me foram de grande utilidade por sua forma de focalizar os significados, as motivações e os meios de legitimação de práticas coletivas.

“Mais especificamente, argumentavam não só que os desordeiros agiam com base em alguma certeza moral e algum senso de legitimidade comunitária, mas também que certos padrões rituais na verdade ajustavam a violência deles dentro de um contexto simbólico coerente, dotando suas ações de legitimidade e significado”<sup>4</sup>

Percebemos, a partir disso, que era preciso sair em busca das atitudes e motivações dos “desordeiros” e das meretrizes que frequentavam ou residiam por aquelas ruas. Como sugeriu Davis, as ações, tradições e percepções da comunidade inspiravam os objetivos, a legitimação e a base social para os tumultos religiosos. Todavia, aqui começavam a aparecer problemas que, se não fossem enfrentados, poderiam trazer conclusões enganosas.

Não foi possível falar de um consenso comunitário: muitos conflitos permeavam as ações dos diversos sujeitos, mesmo dentro de um mesmo segmento, inviabilizando essa

---

<sup>3</sup> THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. 1v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. DAVIS, N.Z. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1990.

<sup>4</sup> HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p64.

perspectiva consensual.<sup>5</sup> Assim, à medida em que eu analisava conflitos entre as meretrizes e seus parceiros e entre elas próprias - sem falar nos que envolviam os demais moradores e comerciantes do bairro -, aumentava a impressão de pluralidade entre os sujeitos. Era preciso dar rostos às pessoas e verificar como experimentavam essas diferenças em seu cotidiano.

Parti então para a análise mais específica dos despossuídos daquele bairro, ligados à criminalidade urbana ou não. Analisando a criminalidade feminina no Rio de Janeiro, de 1890 a 1920, Raquel Soihet investigou a vida das mulheres pobres e as formas pelas quais forjavam sua sobrevivência no meio urbano<sup>6</sup>. Para isso a autora verificou as diversas atividades implementadas por essas mulheres, legais ou não, na busca da manutenção econômica de seus lares. A maioria delas chocava-se com um código de normas que tolhia seus comportamentos gerando problemas com a polícia ou com os higienistas. Na abordagem das diversas estratégias de sobrevivência implementadas pelas mulheres pobres da urbe carioca, a autora recupera relações de conflito ou de solidariedade essenciais para entender o cotidiano dessas mulheres, seja em seu trabalho, seja nas formas pelas quais conseguiam lazer e diversão.

Também debruçando-se sobre as práticas populares, Martha Abreu<sup>7</sup>, ao revisitar a documentação referente aos processos de sedução e estupros no Rio de Janeiro da virada do século, expôs os conflitos gerados a partir do choque entre as práticas das mulheres pobres

---

<sup>5</sup> Ver. DESAN, Suzane. "Massa Comunidade e Ritual" in HUNT, Lynn *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pp 64-96

<sup>6</sup> ver SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana no Rio de Janeiro. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

<sup>7</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

e todo um quadro de normas que traçava o perfil de mulher “direita” naquela época. Nesse sentido, atitudes que eram comuns às mulheres pobres como sair só à noite ou envolver-se em colóquios amorosos acabavam por rebaixá-las do “status” de ofendidas nos processos e desqualificá-las frente aos valores defendidos pelas elites, segundo os quais a mulher deveria ser o baluarte da moral e dos bons costumes. Seguindo por essa trilha a autora sugere a existência de uma cultura popular, possível de ser observada nas formas como as meninas pobres e seus parceiros implementavam suas relações afetivas, seu lazer e seu trabalho.

Da mesma forma, o trabalho de Sidney Chalhoub chama atenção para os conflitos que se dão no cotidiano dos homens e mulheres pobres e que só podem ser entendidos a partir do conhecimento dos códigos específicos desse grupo.<sup>8</sup> Embora interpretados de maneira preconceituosa pela imprensa ou pelos juristas, os conflitos envolvendo os populares da cidade possuem uma política interna - politização do cotidiano - que é de essencial importância para entender o significado que algumas práticas adquiriam para essas pessoas.

Seguindo inicialmente passos desses dois trabalhos, procurei pensar os conflitos que envolviam os homens e mulheres pobres que viviam na Campina entre os anos de 1880 e 1900. O objetivo maior era entender como se constrói toda uma carga de preconceitos que até hoje acompanha o cotidiano deste bairro, pelo menos em algumas ruas.

Para analisar a prostituição dentro do espaço proposto pretendi seguir o caminho inverso do que foi traçado por Magali Engel ao analisar a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. A autora investigou os discursos médicos acerca da prostituição verificando como o tema entrou para a pauta científica. Para isto revelou a ligação umbilical existente

entre a medicina e a necessidade de controle social quando aquela assume a responsabilidade de organizar o “caos urbano” em que a cidade estaria submersa. Toda e qualquer forma de sexualidade “anormal” caiu no campo da patologia. Pensada então como mal físico e social, a prostituição deveria ser esquadrihada na busca de uma solução - extinção ou confinamento em locais específicos. Contudo, algumas questões ficavam se repetindo a cada momento em que líamos sobre as atitudes que foram tomadas para conter ou eliminar a prostituição das ruas: Como as meretrizes conviveram com essas restrições? Foram de fato “derrotadas”, confinadas ou afastadas das ruas? Essas foram questões que colocamos como prioritárias ao longo do trabalho. Optamos assim por não nos deter na análise dos discursos *sobre* a prostituição enquanto categoria abstrata e buscamos pensar os sujeitos que circundavam esse universo. Estes discursos aparecem somente na medida em que existem os confrontos diretos entre eles (os discursos) e as meretrizes e/ou outras pessoas. Passeiam ao longo deste trabalho cafetinas, meretrizes, ébrios, jogadores e “malandros”, alvos de campanhas higienistas dos políticos interessados em conduzir as terras do norte à “civilização” e da polícia que implementava cotidianamente a repressão aos “maus costumes” na cidade.

Também Margareth Rago analisou o universo da prostituição na cidade de São Paulo<sup>9</sup>. Na busca de entender a necessidade de tornar as meretrizes objetos de preocupação moral, a autora faz uma análise do desenvolvimento da cidade atentando para a constituição de novos espaços de sociabilidade em que a prostituição podia se fazer presente e de que forma. Enquanto fervilhava a vida urbana, as meretrizes apareciam cada vez mais dividindo

---

<sup>8</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>9</sup> RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

espaços públicos com as “mulheres de família”. Todavia não são as cocotes afrancesadas - que ditavam a moda e serviam de interlocutoras entre homens de destaque na vida política da cidade - o interesse dessa pesquisa. Longe do mundo dos espetáculos ou dos cabarés de luxo, as meretrizes que aparecem nesta dissertação esgueiravam-se pelos corredores mal iluminados das estreitas ruas do bairro da Campina. Viviam em cortiços, amontoavam-se em tabernas e botequins, agrupavam-se nas esquinas, longe dos cafés ou dos hotéis em que a prostituição de luxo acontecia.

A historiografia paraense sobre o século XIX, produzida até meados da década de 90, parece ter estagnado no estudo da “época áurea” de Belém. Trabalhos como o de Maria de Nazaré Sarges, apesar de romperem com um silêncio há muito vigente sobre a *Belle Époque* paraense, procuram investigar os mecanismos que possibilitaram a construção de uma cidade moderna no norte do país esbarrando, inevitavelmente, na análise da economia da borracha. Porém a autora não lança vôo sobre a vida das pessoas que foram alvos da exclusão social e sobre como conviveram com as restrições que essa “nova ordem” capitalista impôs à vida na cidade. Nesse sentido, muito interessante se mostrou o trabalho de Edinéia Mascarenhas Dias, que descortinou a “*Ilusão do Fausto*” e verificou como a produção de uma cidade *belle époqueana* trazia inerentes mecanismos de exclusão para a população que se revertiam em conflitos nas ruas. Embora a autora esteja abordando a construção de Manaus, as idéias são semelhantes às dos políticos paraenses e Belém foi uma referência recorrente em sua análise.

Na linha de novos trabalhos produzidos sobre a Capital paraense do final do oitocentos destacam-se ainda os de Cristina Donza Cancela e Iraci Gallo Ritzmann. A primeira ateu-se à investigação dos processos de sedução e defloramentos na Belém da

Belle Époque, revelando traços muito importante do cotidiano dos envolvidos.<sup>10</sup> Nas páginas de seu trabalho surgem análises sobre mercado de trabalho, relações de gênero e as práticas de lazer dos homens e mulheres envolvidos nos processos.

Em seu estudo sobre as epidemias de varíola e febre amarela em Belém nas últimas décadas do século passado<sup>11</sup>, Iracy Gallo Ritzmann analisou algumas práticas dos homens e mulheres pobres de Belém nesse período, notadamente suas atitudes frente aos discursos médicos e higienistas. Nesse trabalho a autora deixa ver o modo de vida da população enfocando os locais em que trabalhavam, como moravam e como organizavam seu cotidiano. Também apresenta os debates sobre as formas de contágio e as medidas tomadas para manter a salubridade implementadas pelas autoridades públicas. Todavia, se a autora evidencia a complexificação e o crescimento vertiginoso da população de Belém atentando para as campanhas imigrantistas - além verificar os vários segmentos sociais envolvidos nas querelas sobre a saúde e a higiene urbana -, ela não adentra de forma mais minuciosa na vida das meretrizes e dos demais sujeitos identificados enquanto parcela marginal da sociedade.

Apesar de levantarem conclusões muito importantes para esta dissertação - pois nas discussões sobre as práticas da população pobre da cidade não ficaram de fora as representações morais jurídicas, as teorias higienistas de contágio ou as noções de salubridade - as autoras não abordam as maneiras como esses conceitos eram reelaborados no cotidiano dos habitantes da cidade - nas políticas do cotidiano - fazendo com que

---

<sup>10</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e Dissimuladas*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

<sup>11</sup> RITZMANN, Iracy A. Gallo. *Belém: Cidade Miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica - SP.

algumas práticas se mantivessem apesar do rígido universo de repressão implementado pelas autoridades locais.

No que se refere à presença de meretrizes pelas ruas de Belém, não encontramos nenhum trabalho de fôlego. As meretrizes aparecem apenas em rápidos comentários nos trabalhos de Conceição Almeida<sup>12</sup>, Edilza Fontes<sup>13</sup> ou mesmo de Iracy Ritzmann,<sup>14</sup> inseridas em discussões sobre trabalho, gênero e raça. Acreditamos que este trabalho, ao mergulhar na vida de ébrios, meretrizes e cafetinas, além das pessoas simples que teciam suas tramas no plano do cotidiano, estará contribuindo para devolver a história a sujeitos que a fizeram mas que, por muito tempo, ficaram ocultados nas brumas; apenas perdedores, números ou estatísticas de uma certa historiografia.

O objeto de minha pesquisa, portanto, repousa sobre os homens e mulheres pobres que viveram ou frequentava assiduamente as ruas da área central de Belém, o antigo bairro da Campina - rotuladas como ruas de prostituição e como espaço de marginalidade. Focalizando essas ruas, percebemos a vivência dos indivíduos que ali forjaram suas práticas de lazer e de trabalho no passado.

São pessoas que viviam em cortiços ou em outras habitações coletivas, bem como hospedados em estalagens ou em hotéis que utilizavam como locais voltados para a prostituição, jogo ou outra atividade. Diferentemente do que apregoavam as elites, a casa não era para eles apenas o santuário em que deveria reinar a paz e a união familiar. Para

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, Conceição. "Imagens Negras, Espelhos Brancos" In ALVARES, Luzia e D'INCAO (orgs). *A Mulher Existe?*. Belém: GEPEM, 1995.

<sup>13</sup> FONTES, Edilza. *Negras e Galegas*. Belém: Departamento de História da Universidade Federal do Pará, 1995. (Mimeogr.)

<sup>14</sup> RITZMANN, Iracy Gallo. *Belém: Cidade Miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica - SP.

além disso, como lembra Sandra Lauderdale Graham<sup>15</sup>, era também o espaço em que desenvolviam seu ofício e seu lazer, sendo muito tênue a fronteira que separava a vida doméstica do mundo do trabalho em um mundo destituído de noções de privacidade. Aqui podemos falar não apenas das meretrizes como também das lavadeiras, costureiras, sapateiros, marceneiros e tantas outras pessoas. Apesar de muitos possuírem um vínculo amoroso ou uma ligação afetiva, poucos eram casados legalmente ou seguiam os padrões burgueses de casamento. Vale ressaltar, como faz Raquel Soihet, que o alto custo das despesas matrimoniais favorecia o concubinato entre as camadas populares.<sup>16</sup>

Em *Incursões*, nosso primeiro capítulo, travamos conhecimento com a história do bairro e das pessoas. As investigações do espaço físico, das práticas e comportamentos sociais dos habitantes do bairro da Campina, não apenas revelam um espaço multifacetado no que se refere a categorias como nacionalidade, raça e classe, como também mostram um local privilegiado para se conhecer os conflitos advindos das relações de moradia, lazer e de trabalho que os homens e mulheres daquela parte de Belém desempenhavam nesse período.

De acordo com a documentação de que dispomos, alguns “códigos”, eram rompidos com tanta facilidade pelos “transgressores” (como pode ser melhor verificado nos capítulos seguintes) que se faz necessário pensar se eles eram realmente os “transgressores”. O que nos parece mais provável é que aquilo que era considerado transgressão – pela elite, por alguns moradores, pela imprensa e pela polícia – podia não ter esse sentido para grande parte dos outros habitantes. Havia muitas outras maneiras de

---

<sup>15</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e patrões no Rio de Janeiro. 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

pensar a vida e os comportamentos naquelas ruas. O conhecimento da realidade social do bairro estudado pode nos dizer muito sobre isso.

Apesar disso, esse estudo não é o que quase sempre se denomina de uma “História do Bairro”. Estes estudos geralmente visam fazer uma descrição, a nosso ver muito simplificada, da história de um bairro, relatando sua criação – a abertura das primeiras ruas, o surgimento das primeiras casas comerciais, etc.. - até o crescimento urbano, desde a sua criação até os dias atuais. Traçando em um único trabalho a história, muitas vezes de mais de um século, não aprofundam o conhecimento sobre as práticas de seus moradores, sobre as experiências vividas, detendo-se apenas em uma curta sociologia urbana da região.<sup>17</sup>

Não queremos dizer com essas críticas que tal atividade não seja salutar, pois o conhecimento das características urbanas é muito importante. Porém quando se perde de vista as formas pelas quais as pessoas se utilizam desses espaços, a sua história fica “incompleta” pois o bairro, como qualquer outra formação urbana, é fruto de experiências históricas de homens e mulheres que no seu cotidiano vão construindo noções de viver e de ocupar determinados espaços; atitudes quase sempre diversas das intenções dos planejadores ou gestores das cidades.

Tratando de uma época em que chegava ao fim, pelo menos institucionalmente, a exploração do trabalho compulsório, nosso segundo capítulo - *A Construção da Utopia* - se

---

<sup>16</sup> SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana no Rio de Janeiro. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989. p 3

<sup>17</sup> Como exemplos podemos citar alguns livros que analisei da série de estudos sobre a história dos bairros de São Paulo: MENDES TORRES, Maria Celestina Teixeira. *História dos Bairros de São Paulo: Brás*. Vol. 01. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1980; SANTOS, Wandelely dos. *História dos Bairros de São Paulo: Lapa*. Vol. 18. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1980; HOMEM, M. C. N. *História dos Bairros de São Paulo: Higienópolis*. Vol. 17. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1980

detém na investigação de como se construiu a necessidade de instituir uma positividade ao conceito de trabalho. Concomitantemente a isso, os higienistas tentavam implementar a “desodorização” dos corpos e do espaço urbano no afã de livrar Belém das epidemias de varíola e febre amarela que dizimavam a população. O que se verificou então foi uma gama de medidas que pretendiam organizar e disciplinar os comportamentos das pessoas na cidade, para expurgar do meio urbano a ociosidade, a insalubridade e todos os outros vícios daí advindos.

Em suas vidas privadas, as pessoas teriam que seguir os modelos da família nuclear, onde cada elemento teria sua função - o marido trabalhador, a mãe/higienizada e a criança aprendiz. Dessa forma, a educação das crianças para uma vida de virtudes e apego ao trabalho estaria garantida e a civilização finalmente se faria nas quentes terras do norte.

O historiador se vê limitado pela existência de fontes e a ausência delas pode, no máximo, significar um indício e sugerir perguntas sobre o motivo de não existirem, ou de não ter chegado à suas mãos. A maioria das fontes de que dispúnhamos sugeria a possibilidade de desvendar uma nova face dessas ruas centrais, como se um novo filme fosse feito e nele despontassem como protagonistas os que ficaram excluídos de um projeto de modernidade pensado para Belém nesse período.<sup>18</sup>

Rompendo com um discurso normatizador que construiu para essas ruas uma imagem negativa e legou para seus moradores e frequentadores toda uma carga de

---

<sup>18</sup> Ver trabalhos de RITZMANN, Iracy Gallo. *Belém: Cidade Miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica – SP; SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque. Belém 1870-1910*. Recife, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco e BEMERGUY, Amélia. *Imagens da Ilusão : Judeus Marroquinos em busca de uma terra sem males*. São

preconceitos, nosso terceiro capítulo, *A Voz do povo é a Voz de Deus* pretende evidenciar os diferentes significados que algumas práticas adquirem para os homens e mulheres pobres que habitavam e frequentavam o bairro da Campina. Revendo os entendimentos que eles atribuíam para práticas e concepções como higiene, lazer e trabalho, pretendemos então desconstruir discursos preconceituosos que os mostrava como perigosos, “desviantes”. Como bem lembra Jeferson Barcelar, mais importante do que pensar porque alguns indivíduos “são” desviantes, é pensar nos motivos pelos quais passam a ser considerados assim.

## O BAIRRO E A CIDADE

“O que me proponho a contar parece fácil e à mão de todos. Mas a sua elaboração é muito difícil. Pois tenho que tornar nítido o que está quase apagado e que mal vejo. Com mãos de dedos duros, enlameados, apalpar o invisível da própria lama”

Clarice Lispector

### 1 – INCURSÕES

A cidade é um espaço em que desfilam pessoas muito diferentes. Seus habitantes são atravessados por muitas divisões como classe, raça, gênero, profissão, gostos. Porém, apesar da diversidade social intensa de seus ocupantes, ela é “poetizada” por eles. Estes a

refabricam de acordo com os usos que fazem dela. No que se refere ao bairro, uma das divisões da urbe, as pessoas que o ocupam acabam inventando suas regras e impondo suas leis de consumo das ruas, largos, praças e estabelecimentos que estão em seus limites. Lançando vôo para além de suas moradias, em atitudes que se repetem cotidianamente - o deslocamento ao lugar de trabalho, aos mercados e os encontros em espaços de lazer e sociabilidade - implementam uma espécie de “privatização” de um espaço público, à medida que vão se apropriando das ruas e impondo determinados usos. É o “seu” bairro; é a “sua” rua. O bairro supõe uma maior intimidade, domínio do espaço e estabelecimento de relações diversas, sendo por isso mesmo um ótimo observatório das relações sociais em sua dimensão mais cotidiana; é um lugar do qual os moradores e frequentadores mais assíduos se apropriam.<sup>1</sup>

Essa apropriação vai se construindo em seu cotidiano através dos mesmos caminhos trilhados diariamente, das relações políticas e econômicas forjadas com vizinhos e comerciantes e também através dos vários sentimentos advindos da noção de “estar no próprio território”<sup>2</sup>. São nessas atitudes cotidianas que se delineiam os dispositivos socioculturais que fazem desse espaço urbano - o bairro - um lugar em que as pessoas se reconhecem. Nas atitudes implementadas com muita frequência nas ruas, os usuários do bairro vão aprimorando as maneiras pelas quais desempenham algumas atividades (passear, trabalhar, comprar, divertir) delineando os locais “certos” e constituindo uma identidade com a região. O bairro é portanto uma “organização coletiva de atitudes individuais”.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> MAYOL, Pierre. “O Bairro”. In CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano. Vol II.: Morar, Cozinhar*. Rio de Janeiro: Petrólis, 1997.

<sup>2</sup> MAYOL, Pierre. *idem*.

<sup>3</sup> MAYOL, Pierre. *ibidem*

Durante as suas incursões pelo bairro, os indivíduos vão construindo uma série de relações, vão conhecendo e se fazendo conhecer nos encontros interpessoais exigidos por suas atividades. Pessoas simples como vendedores ambulantes vão se tornando conhecidos com seus pregões que a todos os dias podem ser ouvidos em determinadas horas do dia. Uma cafetina torna-se conhecida das pessoas que frequentam sua casa com alguma assiduidade ou simplesmente porque seu nome é presença constante nas partes policiais dos jornais diários. Torna-se conhecida dos vizinhos ao cruzar com eles durante as compras, ou em simples passeios “despretensiosos”. Os moradores - todos eles - passam a ser conhecidos “de vista” aqueles que todos os dias se encontram nos *bonds*, nos mercados ou nas tabernas e botequins. Por serem inevitáveis esses encontros, as pessoas eram inseridas em uma rede de conhecimento público quase que obrigatoriamente.

São também nas incursões realizadas durante a vivência no bairro que os homens e mulheres vão se inserindo nas “práticas” do local que, embora não estejam delineadas em um tratado escrito, são evidenciadas em comportamentos públicos como a linguagem e o vestuário. São esses comportamentos que acabam construindo as diferenças tanto de um bairro para outro como de rua para rua ou como de pessoa para pessoa. Segundo Pierre Mayol, nas maneiras como se lida com essa “prática” ou códigos simbólicos de comportamentos sociais, vão se delineando quem são os “transgressores” ou “submissos” que inevitavelmente acabam sendo alvos de comentários ou servindo de exemplos.<sup>4</sup> “Não se deve ter esses comportamentos para não ser como aquele homem/mulher”.

---

<sup>4</sup> MAYOL, Pierre. *ibidem*.

Existem normas – a *conveniência*<sup>5</sup> - e delas advém um jogo de exclusão para os “desgarrados” – os que não seguem a “cartilha” do bairro. As atitudes dos indivíduos no cotidiano delineiam para o público a sua personalidade. Pode-se saber quem é “gentil”, pois sempre esboça um sorriso; quem é “áspero”, pois nunca sorri; quem é trabalhador e quem é “vagabundo” de acordo com as formas como se comporta no dia a dia. Destarte, é muito importante saber como as pessoas convivem com essas normas, quem as assume ou de que maneira as assume e as implementa.

Um passeio pelas ruas da Campina de mais de um século atrás pode nos ajudar nessa descoberta.

### a) A Cara do Bairro

Nos primeiros anos da década de oitenta do século passado, a cidade que surge nos comentários de Marques de Carvalho, importante literato paraense, parecia um lugar em transformação. Isso pode ser constatado, por exemplo, numa caminhada de Hortênsia, jovem mulata personagem de seu romance homônimo. Ela se dirigia à *Santa Casa*, em busca de um emprego de enfermeira.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Este conceito é usado por Pierre MAYOL (no nível do comportamento) como “(..) um compromisso pelo qual, cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com a sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados”. Assim, sabendo comportar-se e sendo conveniente, os moradores do bairro se tornam parceiros de um contrato social que se obrigam a respeitar “para que seja possível a vida cotidiana”. MAYOL., Pierre. “O Bairro”. In CERTEAU, Michel. op cit P. 39.

<sup>6</sup> O romance foi publicado no ano de 1888, impresso pela na tipografia da Livraria Moderna Editora de Belém, o que me leva a crer que a cidade descrita pelo autor vivenciava ainda a década de oitenta.

Apressada, cruzou o portão da *choupana* em que vivia com a velha mãe, a lavadeira Maria, na estrada da Constituição, em direção à rua. Eram ainda nove horas da manhã e o característico sol da cidade já se fazia presente e *atravessava ufano as vastidões do infinito*.

“Às margens da estrada, em grandes trechos de terrenos desprovidos de construções, cobertos de baixos e úmidos matagais farfalhavam (...) ramarias bonitas (...)

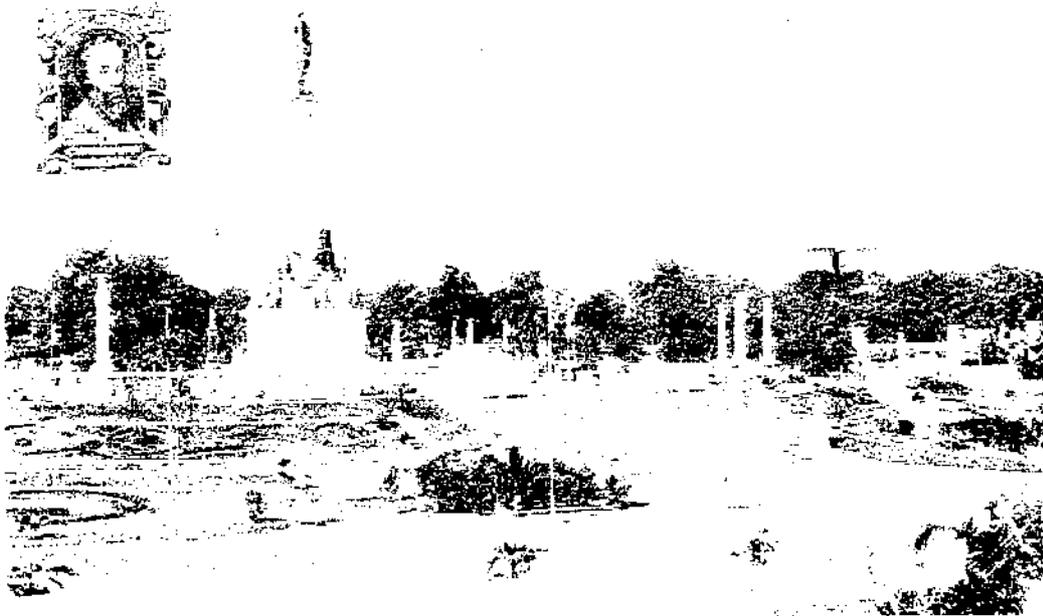
Mulheres seguiam rua abaixo ou rua acima , conduzindo trouxas, balaio, baldes e embrulhos. Alguns homens, brancos ou mulatos, caminhavam também apressados, de guarda sol aberto, resguardando-se das ardentias solares. Parecia andar pelo espaço um grande sopro animador de atividade operosa e benéfica, fermentadora de ocultos, desconhecidos germens de trabalho e restauração de uma sociedade inteira.”<sup>7</sup>

Separada apenas por poucas quadras do bairro da Campina, a imagem da estrada da Constituição oferecida pelo autor passa a idéia de uma cidade que aos poucos ia ficando para trás, em que não eram raros os trechos desprovidos de habitações e áreas tomadas por matagais. É importante lembrar que essa descrição cria uma evidente contradição entre a cidade habitada por Hortênsia e outras pessoas de seu grupo social, e a que foi mostrada

---

<sup>7</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P46

nos álbuns da bela Belém.<sup>8</sup> Nestes, apareciam principalmente fotografias de elegante residências e de suntuosas praças, como podemos ver abaixo:



**Praça da República em 1902, antes Largo da Pólvora.<sup>9</sup>**

À medida que a personagem Hortênsia do romance de Marques de Carvalho caminhava em direção às ruas da Campina, aproximava-se também da vida citadina que seria característica marcante de tempos futuros. Homens e mulheres, seguindo a lógica de um dito *progresso*, faziam-se notar nas ruas. Apressados e envolvidos com suas atividades, onde

“(…) até as formigas andavam aos milhares pelo chão,  
entre a relva, à margem da estrada, numa ativa labutação de

<sup>8</sup> PARÁ. *Belém da Saudade: A memória de Belém em cartões postais*. Belém: SECULT, 1996.

<sup>9</sup> PARÁ. *Belém da Saudade: A memória de Belém em cartões postais*. *idem*.

ganancioso, de avarento insaciável, que não está disposto a perder um só instante em uma alta reparadora de forças.”<sup>10</sup>

Seguindo por uma trilha que ainda possuía relva nas margens da estrada, Hortênsia afastava-se não apenas de sua *choupana*, mas também de uma parte da cidade que definitivamente não detinha o foco de atenção das autoridades e dos ricos negociantes.

Depois de caminhar pela rua São Vicente de Fora, chegou finalmente à rua da Trindade, para ela a porta de entrada da Campina. Ali, chamou-lhe a atenção uma carroça

“(…) repleta de bagagens velhas(…) com seu monótono barulho oco de rodas mal fixadas aos eixos. O cavalito alongava a tábua do pescoço, enterrava obliquamente as patas na areia do solo, bufava pelas grandes narinas acinzentadas, estendia o magro dorso reluzente de suor sob as chicotadas do carroceiro – um preto baixo, reforçado, vestido de drill azul, pés no chão, cabeça coberta por um velho chapéu de massa preta, safado e cheio de buracos (…)

Hortênsia tomou a direção oposta e caminhou para o Largo da Trindade”<sup>11</sup>

Surgiam novamente os costumeiros trabalhadores em uma via - ainda de areia - que tornava cadenciados os passos do velho animal de tração. Quem o conduzia era um típico

---

<sup>10</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 46. (1ª ed: 1888)

<sup>11</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 49.

personagem daqueles tempos. O Largo da Trindade nesse período ainda apresentava, para o literato, uma aparência bucólica em que uma vegetação rasteira se espalhava em torno de sua igreja e animais ruminavam “(...) deitados no chão, com as patas recolhidas sob o largo ventre penugento e palpitante”, além de galinhas e de casas pintadas a cal com muitas janelas.<sup>12</sup> Mas à medida que a jovem mulata caminhava, a paisagem se modificava, e alguns elementos e personagens marcantes da vida urbana de Belém do final do século passado começavam a surgir para compor o cenário.

“Chegara à esquina da rua da Trindade, no sítio onde atualmente existe a curva da linha de *bond* que sobe pela Caetano Rufino. Foi sempre adiante, estugando o passo, muito lépida e contente(...) Assim chegou ao Largo de Sant’Anna, em cuja pequena área rumorejavam as ramas de três árvores raquíticas, pouco altas. Um interminável arruído de rodas de carro subia da baixa, do bairro comercial. Era a exalação vital da humanidade operosa, incessantemente movimentada no afanoso labutar pela vida. A natureza parecia reanimada de um espírito novo, muito vibrátil e forte, capaz de restaurar tudo ao seu poderoso choque.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 49/50. A paisagem descrita lembra ainda uma vida campestre, com animais domésticos e com casas tipicamente encontradas nas fazendas do interior da Província.

<sup>13</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 50/51.

Ficavam para trás as imagens de uma cidade bucólica, de vida natural e pacata. Linhas de bondes, pouca vegetação, barulho ensurdecedor de carros que cruzavam as ruas em muitos trajetos. Era a *exalação vital da humanidade operosa*, como queria o autor descrever a nova paisagem que se revelava para jovem mulata quando esta se via no coração do bairro da Campina. A foto abaixo pode nos dar uma idéia do que viu Hortênsia:



**Rua Conselheiro João Alfredo, antes rua dos Mercadores<sup>14</sup>.**

É interessante observar que estavam aqui delineadas claramente as nuances de um bairro em transformação que ainda convivia com o “velho” e o “novo”, com o “arcaico” dividindo lugar com o que, naqueles anos, era considerado “moderno” pelos letrados da cidade. Mas Marques de Carvalho não foi o único a descrever essas ruas de maneira tão conturbada. Ao desembarcar no porto de Belém em 1882 o viajante Joaquim de Almeida

<sup>14</sup> PARÁ. *Belém da Saudade: A memória de Belém em Cartões Postais*. Belém: SECULT, 1996.

Leite Moraes descreve a cena que via à sua frente meio que “atordoado” com a intensidade da vida urbana naquela região

“Que vozeria enorme é esta que nos atordoa os ouvidos? Ruído estrondoso do tropel de um povo; o rodar convulsivo de carros, semelhante um trovão que não se interrompe... tudo nos aponta o comércio que fala de viva voz com a América e com a Europa! Naquele tumultuar de povo pelas ruas e pelas praças, naquele estremecimento do próprio solo, sente-se o desenvolvimento progressivo de todas as forças vivas da civilização moderna.”<sup>15</sup>

A idéia contida nessas palavras é que aquelas ruas eram o coração da cidade, pois foi apenas quando chegou a elas que a jovem mulata presenciou o cenário “moderno” que descreveu; lembremos que foi ao desembarcar no porto de Belém, que abria caminho para a Campina, que o viajante acima deparou-se com o “desenvolvimento progressivo de todas as forças vivas da civilização moderna”.

Uma cidade que se ia modificando dia após dia e um bairro que se desenvolvia de diversas formas, seja através da presença de mais gente nas ruas, da diversificação das atividades ou do surgimento de novos e grandiosos edifícios. Aliás, Hortênsia também presenciou o labor dos operários na construção desses novos prédios, pois ao seguir pela rua Nova de Sant’Anna

---

<sup>15</sup> MORAES, J.A. Leite. *Apontamentos de Viagem São Paulo*. Cia. Letras, 1995. P. 302.

“(...) Foi sair ao lado das paredes de uma enorme construção em andamento, onde trabalhavam centenas de operários nus da cintura para cima, expondo ao sol a pele lisa das costas.”<sup>16</sup>

Essas transformações que a cidade, principalmente a Campina, estava sofrendo relacionavam-se diretamente com a complexificação social peculiar a esses anos. Para compreender isso é interessante conhecer as razões desse crescimento. Desde meados do século XIX a borracha já se insinuava timidamente tanto na lista de produtos do extrativismo da região para a exportação quanto nos comentários dos viajantes que passavam pela província. A partir da década de 1850, esse produto começa então a pesar significativamente na economia paraense.<sup>17</sup>

O alto preço desse produto no mercado internacional refletiu-se diretamente na ordem urbana dando origem às modificações que a cidade conheceu durante as últimas décadas do século passado, com a implementação de um padrão regular para as áreas anexadas à Capital. Já em 1858, o Presidente da Província previa em seu plano de urbanização a abertura de vias e quarteirões maiores, além da arborização de algumas ruas.<sup>18</sup>

Para embelezar a cidade, alguns espaços mereceram atenção especial do poder público. Nesse sentido se pode seguramente afirmar que as ruas centrais foram os alvos principais dessas decisões, pois eram as portas de entrada de comerciantes ou visitantes que por essas terras desejassem se aventurar, assim que desembarcassem dos navios que os trazia à já não tão *modesta* cidade de Belém.

<sup>16</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 51.

<sup>17</sup> Entre 1836 e 1852, os dados oficiais noticiavam a produção de 44.276 arrobas e em 1861-62, quando só a goma elástica fina figura nos quadros da produção, já se podia falar em 106.046 arrobas. FERREIRA REIS, A. C. Síntese de História do Pará. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1972. P.134.

<sup>18</sup> DERENJI, Jussara. “A seleção e Exclusão no Meio Urbano”. in *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Col. Eduardo Galvão, Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém -PA, 1994.

Era necessário também ampliar a rede de serviços urbanos para atender a uma crescente população que se multiplicava e se distribuía em diversas atividades. A observação do crescimento demográfico da cidade ao longo do século XIX pode dar uma boa idéia de como ela estava se ampliando e diversificando. Em 1833 viviam na capital 12.467 habitantes<sup>19</sup> e em 1873, 34.464<sup>20</sup>. Esses números aumentaram vertiginosamente nos anos seguintes, pois em 1890 eram 50.064 habitantes, tendo esse número quase duplicado em 1900 para 96.560, praticamente o dobro em apenas dez anos.<sup>21</sup> Um crescimento tão significativo acabava modificando o perfil da então próspera capital paraoara.

As razões que levaram a esse crescimento podiam ser buscadas em muitos fatores, porém o mais importante foi sem dúvida a entrada de imigrantes europeus e de trabalhadores nordestinos que transportaram para as terras do norte seus sonhos de uma vida sem males. Não se pode esquecer também que com o fim da escravidão, uma porcentagem significativa de negros, egressos do cativeiro, saíam do interior da província em direção à cidade para tentar a vida livre das correntes e que os escravos que viviam na cidade teriam que pleitear atividades garantissem sua subsistência.<sup>22</sup>

Para atender às necessidades de uma população que crescia rapidamente, o comércio, os serviços e os espaços de lazer também se diversificavam. Entre os anos de 1860 e 1870 a cidade ganhou o Mercado Público Municipal, junto ao Ver-O-Peso, e teve também algumas de suas ruas iluminadas a gás carbônico, serviço que perduraria até o ano de 1896.<sup>23</sup> Mais tarde, na década de 70, foi iniciado o serviço de calçamento de algumas ruas com

<sup>19</sup> FERREIRA REIS, A C. *Síntese de História do Pará*. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1972. P. 137.

<sup>20</sup> APEPA. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Dados Estatísticos e Informações para o Imigrante*.

<sup>21</sup> APEPA. Recenseamento der 1920. 4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias. Populações das capitais do Estado do Brasil em 1872, 1890, 1900 e 1920. Belém do Pará.

<sup>22</sup> Esse assunto - imigração - será melhor desenvolvido no item sobre a população.

<sup>23</sup> PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém - Estudo de Geografia Urbana. 1º Vol.* (Col. Amazônica. Série José Veríssimo). Belém, UFPA, 1968. P.129.

paralelepípedos de granito importados de Portugal; inaugurou-se o Serviço Telegráfico através de cabos submarinos, além da inauguração do belo Teatro da Paz, que seria um dos principais símbolos de progresso esboçado pelas elites nas décadas futuras.

O poder público gozava no meio urbano de uma ampla estrutura representada por 3 palácios, batalhões de linha de infantaria, tesouraria da fazenda, alfândega, arsenais militares da marinha e guerra, repartições provinciais e companhia de bombeiros.<sup>24</sup> O porto era movimentado e sempre muito cheio de embarcações vindas da Europa, América do Norte ou do sul do Brasil.

A intensa atividade comercial que chegava a estarrecer um recém chegado à cidade<sup>25</sup> estava refletida nos 5 bancos, 4 companhias de seguros, estação da estrada de ferro, 12 trapiches públicos e particulares, diversas pontes e rampas, 6 companhias de navegação nacionais e estrangeiras – notadamente inglesas e americanas, 103 escritórios, 15 depósitos, 98 armazéns, 43 fábricas dos mais diversos produtos, dentre ao quais, fogos de artifícios, caixas de borracha, cal, chocolate, carros de luxo, cera e licor entre outros.<sup>26</sup>

Foi também o período em que a colônia portuguesa, já bastante numerosa e socialmente distribuída pelas ruas da capital, inaugurou o prédio definitivo do Hospital D. Luiz e o Grêmio Literário Português.<sup>27</sup>

Relatando as condições da cidade em 1875, o governador Pedro Vicente de Azevedo falava de *uma grande capital de comércio ativo e laborioso*. Dizia mais que, a cidade

<sup>24</sup> APEPA. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Dados Estatísticos e Informações para o Imigrante*. P. 181.

<sup>25</sup> MORAES, J A Leite. *Apontamentos de Viagem*. São Paulo: Companhia das Letras: 1995. P. 302.

<sup>26</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. Belém: Cidade miasmática. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP. P. 145. P. 145.

<sup>27</sup> PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana. 1º Vol.* (Col. Amazônica. Série José Veríssimo). Belém, UFPA, 1968. P. 130.

“(…) ocupando uma extensa área, possuindo notáveis edifícios públicos e alguns doze jornais, sendo nada menos do que cinco diários, seu lindo porto enfeitado de navios procedentes do Sul do Império, Estados Unidos, Europa e, sobretudo, dos que navegavam constantemente para as diversas linhas do Amazonas e Tocantins, apresenta aos olhos do estrangeiro uma animação e progresso que não estão em harmonia com essa decadência das cidades do interior”<sup>28</sup>

Belém não havia crescido apenas no número de habitantes. A produção de borracha em terras amazônicas, exportada do porto de Belém gerou rendas suficientes para que a cidade começasse a sofrer sensíveis modificações. Afinal de contas, Belém não podia assemelhar-se às cidades do interior da província, mostradas no relatório acima, em desarmonia com o progresso vivido naqueles anos. A capital paraoara deveria se apresentar como local propício tanto para as importantes transações comerciais como para o bem viver de quem era diretamente privilegiado pela economia gomífera. Foi essa cidade, com gana de rápida transformação, que a jovem mulata Hortênsia encontrou quando foi em busca de seu primeiro emprego.

Mas parece que as finanças, a população e as ruas da cidade não caminhavam no mesmo passo rumo ao “progresso” e à “civilização”. Enquanto o Teatro da Paz - que foi inaugurado em 1878 e custou ao tesouro provincial nada menos do que 765:251\$281 -

---

<sup>28</sup> Documento extraído da obra de PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana*. 1º Vol. (Col. Amazônica. Série José Veríssimo). Belém, UFPA, 1968. P. 130.

atendia às necessidades de entretenimento de alguns privilegiados<sup>29</sup>, as pessoas mais carentes utilizavam os espaços públicos para desenvolver atividades diversas, nem sempre condizentes com os sentidos e os usos esperados pelas autoridades para tais locais.

Dentro de uma lógica urbana, podemos pensar que ruas eram lugares para se tráfegar, assim como um Largo construído em torno de uma igreja era um local em que as pessoas se amontoariam durante as festividades religiosas, esperariam o início dos cultos ou sentariam para conversar agradavelmente. Ainda aludindo a imagens mais ou menos consagradas destes logradouros, podemos seguramente afirmar que a *Praça* é pensada como um espaço amplo que se abre na estrutura interna das cidades, uma confluência de ruas, um espaço onde, em geral, se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos e, em alguns casos, pequenos lagos artificiais, devendo ser usadas geralmente como espaços voltados para passeios e distração social.<sup>30</sup> Todavia as praças localizadas no bairro da Campina no período estudado eram aproveitadas pela população de maneiras bem diversas.

Em alguns trabalhos sobre a cidade de Belém no final do século passado, o Largo da Pólvora foi mostrado como um local voltado para o deleite dos mais abastados.<sup>31</sup> Os motivos que levaram a essa idéia podem ser buscados no fato de que em torno desse largo estavam o Grande Hotel, o Teatro da Paz, as confeitarias, o “Café Chic” e os cafés concertos - locais de sociabilidade das elites da cidade.

---

<sup>29</sup> De fevereiro a dezembro de 1878, 126 espetáculos foram exibidos nesse teatro, o que evidencia que havia um público interessado nesse tipo de entretenimento. PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana. 1º Vol.* (Col. Amazônica. Série José Veríssimo). Belém, UFPA, 1968. P. 130.

<sup>30</sup> Sobre as praças ao longo da História, é importante verificar SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a Praça*. São Paulo: EDUSP, 1993. Neste trabalho o autor faz um apanhado das concepções acerca do Jardim – espaço privado onde se pode desfrutar da natureza e da tranquilidade por ela oferecida, e da Praça – Local de encontros públicos dentro das cidades que coloca o homem em contato com a natureza. Ambos voltados para a diversão, entretenimento ou espaço de tranquilidade e distração.

<sup>31</sup> CANCELA, Cristina. *Adoráveis e Dissimuladas*. Campinas: 1997 Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia da UNICAMP; RITZMANN, Iraci Gallo. Belém: Cidade miasmática. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP.

Porém, não eram apenas os membros das famílias de elite que podiam ser encontrados passeando em agradáveis fins de tarde, desfrutando da bela paisagem fornecida ou da frescura proporcionada à sombra de frondosas árvores. Outros personagens também davam o ar de sua graça, insinuando a pobreza por entre as belas árvores que embelezavam as praças como o Largo da Pólvora.

Enquanto um jornal da época anunciava o quanto eram bem aproveitadas as praças da cidade pelas *distintas famílias* “(...) que todos os domingos dão verdadeiros exemplos de modos pacatos e civilizados (...) as únicas maneiras decentes de conseguir diversão na nossa querida cidade”<sup>32</sup>, um jornal do mesmo período apregoava que o Largo da Pólvora havia se convertido em local de desordens e imoralidades, pois

“(...) os sujeitos sem moral a cuidar que todos os dias andam por ali vendendo as coisas que trazem às mãos como flores doces ou o nosso afamado açai (...) não cessam de perturbar a ordem pública com palavões que utilizam em suas *oratórias*(...) Poderia então algumas praças da polícia dar uma voltas por ali para que possam as famílias decentes visitar esse afamado lugar sem medo de ser ofendidas em sua moral.”<sup>33</sup>

Vê-se dessa forma que, para além de ser de uso exclusivo das famílias das elites, esta praça servia como espaço de trabalho para as pessoas pobres da cidade, notadamente para os vendedores ambulantes – as pessoas “sem moral a cuidar”, como queria o jornalista

<sup>32</sup> O LIBERAL DO PARÁ. Belém. 13/12/86. P. 02.

<sup>33</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. BELÉM. Belém 23/01/82. P. 02.

- que podiam aproveitar o fato de ser um local frequentado por pessoas mais abastadas para vender seus produtos. Além deles, podiam ser encontrados trabalhadores como o boleiro cearense Francisco, que

“(...) no Largo da Pólvora, perto da botica da esquina da rua Caetano Rufino, foi atacado por um grupo de ladrões ou malfeitores em número de seis, três dos quais com fardas do 15º batalhão, todos eles armados de cacetes. O fim manifesto do ataque era o roubo.”<sup>34</sup>

Observa-se assim que outros sujeitos como trabalhadores dos veículos, soldados “pouco corretos” e outros indivíduos dados à práticas ilegais também apareciam por entre as árvores do Largo da Pólvora. A observação de notícias como essa vai aos poucos desconstruindo a imagem de lugar *aprazível, tranquilo e seguro*. Para além disso, mais próximo estava de ser entendido como espaço de disputa pela sobrevivência cotidiana.

Além disso, as *belas* praças da cidade acabavam servindo de palco para as pessoas simples resolverem suas querelas cotidianas. Assim, vez ou outra, podia ser presenciada uma briga como a que aconteceu entre um casal que achou de resolver suas diferenças amorosas na praça Pedro II. Ele, José Raymundo Alves, espancou sua amante “uma esfolhada chamada Rita”<sup>35</sup>. O conflito entre os dois teria começado após ambos terem se embriagado em botequins que existiam por aquelas imediações, pois como lembra o jornal

<sup>34</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. BELÉM. Belém, 24/ 08/ 83. *Bandidos*.

<sup>35</sup> A REPÚBLICA, Belém, 28/03/1890. P. 02.

“(...) este ciúme e esta cachaça levam um cristão a praticar coisas que é da gente ficar de queixo caído”<sup>36</sup>

Esta mesma praça era também, em algumas ocasiões, tomada por muitos homens e mulheres pobres. Era o momento em que os circos populares eram montados e recebiam a visita de muita gente interessada nas atrações que eles podiam oferecer.

Em uma noite da década de 1880, A velha Maria, Hortênsia e seu irmão, o mulato *malandro* chamado Lourenço, foram assistir a um desses espetáculos em um circo armado na praça D. Pedro II.

“O circo levantava-se no centro da praça D. Pedro II (...) Visto da esquina da rua de São Vicente de Fora, por onde vieram os nossos personagens, parecia um grande balão estendido no solo(...) *Grande quantidade de povo apinhava-se à entrada, fazendo esse barulho confuso e murmurante que se observa nas reuniões de muitas pessoas. Homens azafamados iam e vinham dum para outro lado, agrupavam-se em frente a um botequim ambulante, palestravam com as vendedeiras de doces, fazendo compras, apresentando propostas, combinando entrevistas próximas*”<sup>37</sup>

Mais uma vez aparecem os vendedores ambulantes aproveitando ocasiões festivas para pleitear uma renda a mais, misturando-se ao grande número de pessoas que ocupavam

---

<sup>36</sup> A REPÚBLICA, Belém, 28/03/1890. P. 02.

as praças nessas ocasiões. O autor do romance, entretanto, não deixa de mostrar as “vendedeiras de doces” como mulheres dispostas a “negociar” e marcar “entrevistas futuras”, destino costumeiramente atribuído às mulheres pobres pelos letrados da cidade.<sup>38</sup>

Um caso interessante para demonstrar o quanto as atitudes dos homens e mulheres pobres da capital desagradavam as autoridades quando aconteciam nas praças públicas é o caso do conflito entre os carroceiros José Ferreira da Costa e André José da Silva, na Praça da Independência, saindo o segundo ferido na testa. Comentando o ocorrido, um jornalista lembrava que essa praça “é própria para não se fazer rolos” e que os dois carroceiros haviam atentado contra isso.<sup>39</sup>

Da mesma forma que as praças não atendiam exclusivamente aos usos *propícios*, os Largos que circundavam as igrejas pareciam também estar tendo utilizações diversificadas, nem sempre satisfatórias para algumas pessoas. Em 22 de setembro de 1881, um jornal anunciava que no dia anterior tivera início no Largo de Sant’Anna - “com todo o seu esplendor” - as festividades de Nossa Senhora de Sant’Anna.<sup>40</sup> Entretanto, apesar do uso rotineiro desse espaço pelas famílias católicas do bairro, não se pode dizer que as pessoas só o frequentavam com finalidades religiosas.

Em torno do largo de Sant’Anna não faltavam botequins que podiam oferecer diversão *profana* a quem estivesse interessado, além das casas de jogos que durante muito tempo causaram bastante dor de cabeça para as autoridades policiais. Mesmo que não

---

<sup>37</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 72. O grifo é nosso.

<sup>38</sup> Em seu romance, Marques de Carvalho constrói perfis femininos bastante coerentes com a literatura médica que se referia à mulher nesse período. As teorias misóginas de Lombroso, em que a mulher era descrita, mesmo biologicamente, como um ser facilmente indutível à perversão podiam ser percebidas nas páginas de *Hortênsia*. Tratando especialmente de mulheres pobres, podemos verificar que elas – as personagens – aparecem como infiéis, meretrizes, incestuosas ou bisbilhoteiras.

<sup>39</sup> A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 12/04/1890. P. 02.

<sup>40</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 22/07/81. P. 02.

tramitando pelos botequins ali localizados, dois “molecotes ociosos”, apelidados de “Capivara” e “Beirão” frequentavam o Largo de Sant’Anna para divertir-se “(...) num trapézio que foi ali improvisado”. A polícia foi chamada para lembrar que “(...) aquele não era o lugar para suas molecagens”, mas parece que eles não deram muita importância às ordens das autoridades. Ao contrário, “(...) zombaram da intimação”

“Uma das praças sentiu-se estimulada em seus brios e fez um arreganho militar aos moleques. Então um desses por sua vez, fez o valente agente de segurança pública conhecer-lhe o peso do braço, imprimindo-lhe um tabefe e safando-se em seguida”<sup>41</sup>

Talvez na mesma medida que os policiais acreditavam que aquele não era um espaço para as molecagens dos dois garotos, estes acreditavam ter o direito a utilizar o Largo para as suas “peripécias”. O que se percebe é que longe de atender exclusivamente às festividades religiosas ou somente acolher ao público dessas celebrações tais espaços adquiriam usos diversificados e que as pessoas que os utilizavam acabavam impondo suas perspectivas, mesmo através da resistência física.

Quanto à utilização das ruas, não faltavam reclamações contra os ajuntamentos que se formavam nas esquinas das ruas da Campina. Com um artigo comicamente intitulado *Falta de inteligência*, um jornal de 1884 fazia o seguinte comentário:

---

<sup>41</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. BELÉM. Belém, 31/07/81. P. 02.

“Será possível que tão pouco inteligentes são alguns maus habitantes de Belém (...) a ponto de não perceberem que as ruas devem ser usadas apenas para caminhar de um lugar a outro? Será que não sabem eles que lugar de parar e debater ou são os bancos da Câmara ou os cafés? Só pode ser a falta de inteligência ou de pudores que levam todas as noites um bando de homens e mulheres vagabundos a juntarem-se nas esquinas, chamando a atenção dos transeuntes e agredindo aos olhos e aos ouvidos das famílias que moram nessas imediações.<sup>42</sup>

O entendimento dos letrados acerca da utilização das ruas aparecia de maneira bem clara: eram lugares voltados exclusivamente para o deslocamento de um lugar a outro. Não haveria então como entender o porque de algumas pessoas insistirem em amontoar-se nas esquinas onde ficavam por algum tempo entretidos em conversas, gargalhadas ou outras manifestações. Talvez se tivesse considerado que para essas pessoas a função dos espaços públicos tinha um sentido muito mais amplo, houvesse uma possibilidade de não considerar os homens e mulheres que ali se amontoavam como pouco inteligentes ou desavergonhados.

De fato, se para as elites as diversões aconteciam na maioria das vezes em ambientes privados como suas próprias residências, salões e teatros, para a grande maioria dos moradores da cidade as coisas não se davam dessa forma. Para os que viviam em moradias pouco confortáveis como os cortiços ou casas de cômodos - não eram raros no

---

<sup>42</sup> O Liberal do Pará. Belém 13/10/1884. P. 02.

centro da cidade - era mais fácil implementar seu lazer nas ruas, afinal eram espaços públicos onde também poderiam encontrar conhecidos, rir, “bisbilhotar”, falar sobre suas vidas ou entregar-se a colóquios amorosos. Lembrava ainda o mesmo artigo

“Em nem um lugar esses ajuntamentos são mais frequentes do que no Largo de Sant’Anna, na esquina da Riachuello com a travessa das Gaivotas e na rua das Flores e a isso lembramos que contra a falta de inteligência e pouco respeito à moralidade pública, um bom remédio seria a ação das praças da polícia, dando beco a esses vagabundos.”<sup>43</sup>

Como se pode observar mais uma vez, as ruas da Campina continuavam chamando a atenção dos “letrados” pelas atitudes de seus moradores. Claro que esses comportamentos eram mais “notórios” porque se tratava das ruas centrais, também ocupadas pelas ricas famílias da cidade. Eram por isso mais visadas as atitudes dos pobres do bairro.

Vemos assim que a utilização dos espaços públicos pelas pessoas mais pobres estava em desarmonia com as perspectivas urbanas das elites letradas. Vendedores ambulantes, carroceiros, mendigos, prostitutas, menores “vagabundos”, ou outros personagens da urbe belemita, longe de limitarem-se aos becos, às ruelas ou suas próprias moradias onde suas presenças podiam ser pouco percebidas, aventuravam-se por esses “agradáveis” passeios públicos, confundindo-se à paisagem urbana.

No total das notícias que pesquisei é possível observar o quão habituais eram os “distúrbios” nessa região.

**Notícias divulgadas nos Jornais Diários de Belém informando sobre brigas, desordens, roubos, assassinatos, vadios, loucos, meretrizes, cáftens e cafetinas<sup>44</sup>**

<i>Jornal</i>	<i>Notícias divulgadas</i>	<i>Campina</i>	<i>Total</i>
D. Notícias 1880-1896	430	336	78,1 %
A República 1890-1898	325	272	84%
O Lib. Pará 1881-1886	65	49	75,9%

Da mesma forma, na documentação policial com a qual se podia fazer um balanço dos delitos em que os habitantes da cidade estavam envolvidos, não apenas essas pessoas eram em sua maioria moradores daquelas ruas como também eram estas os palcos das querelas, ainda que envolvendo indivíduos de outras localidades. Em uma estatística criminal é possível observar essas colocações de forma mais clara.

**Prisões efetuadas em Belém ( Janeiro a Julho de 1894)<sup>45</sup>**

	<i>Jan.</i>	<i>Fev.</i>	<i>Mar.</i>	<i>Abr.</i>	<i>Mai</i>	<i>Jun.</i>	<i>TOTAL</i>
Sub-prefeito de Sant'Anna	62	28	53	30	85	45	303
Sub-prefeito da Trindade	24	27	41	22	36	35	185
Sub-prefeito da Sé	46	28	33	29	76	56	248
Sub-Prefeito de Nazareth	09	03	01	06	11	05	35
Chefe de Seg Pública	13	10	29	35	18	15	125
Dr. 1º Prefeito	09	04	20	06	14	22	75
Dr. 2º Prefeito	08	03	12	10	23	16	72

<sup>43</sup> O Liberal do Pará. Belém 13/10/1884. P. 02.

<sup>44</sup> Inicialmente, pesquisei apenas nestes jornais, procurando notícias sobre prisões de ébrios, meretrizes, cáftens, cafetinas e pessoas envolvidas em outras atividades ilegais como desordens, furtos e ferimentos em toda a cidade. Com a delimitação do bairro da Campina como espaço a ser pesquisado, isso passou a ser um recorte na busca de fontes, buscando então em outros jornais apenas notícias envolvendo tais indivíduos nestas ruas. Além dos acima citados foram pesquisados os jornais A VOZ DO CAIXEIRO, O DEMOCRATA, A FOLHA DO NORTE e A PROVÍNCIA DO PARÁ. Todos na Hemeroteca Pública da Biblioteca Arthur Vianna. Belém - PA.

<sup>45</sup> Infelizmente, esta foi a única documentação que tive acesso, separando as prisões por delegacias. No entanto é possível dialogar com esses dados e verificar que a maioria das prisões realizadas em Belém nesse ano tiveram as ruas do centro da cidade como palco. APEPA. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Mapas Nominais, 1894.

**Prisões efetuadas em Belém (Julho a Dezembro de 1894)**

	<i>Jul./Ago.</i>	<i>Set.</i>	<i>Out.</i>	<i>Nov.</i>	<i>Dez.</i>	<i>TOTAL</i>
Sub-prefeito de Sant'Anna	85	74	42	20	34	255
Sub-prefeito da Trindade	36	19	08	17	26	106
Sub-prefeito da Sé	76	60	41	47	44	268
Sub-prefeito de Nazareth	11	09	20	10	11	61
Chefe de Secur. Pública	24	09	09	13	22	67
Dr. 1º Prefeito	14	17	32	17	25	105
Dr. 2º Prefeito	23	13	23	20	28	107

As delegacias responsáveis pelo policiamento das ruas do bairro da Campina eram basicamente as subdelegacias da Trindade e de Sant'Anna. Porém, pela proximidade existente com o bairro vizinho da Sé, não era difícil que as patrulhas desta subdelegacia efetuassem prisões na Campina. O que se observa a partir disso é que a grande maioria das detenções ocorridas em Belém foram efetuadas por estas três subdelegacias, enquanto que a de Nazareth, responsável pelas áreas um pouco mais afastadas do centro – a estrada de Nazareth em seu prolongamento até a estrada de São Brás - apresentava um número de detenções bem inferior a qualquer uma delas<sup>46</sup>. Havia ainda as prisões levadas a cabo pelo Chefe de segurança Pública e pelos 1º e 2º Prefeitos que podiam empreender detenções em qualquer região da cidade.

Os números acima nos levam a crer em duas coisas: a primeira é que, se a população se concentrava principalmente naquelas ruas, inevitavelmente os “infratores” também residiram ou frequentaram aquela parte da cidade. Em segundo, evidenciava

<sup>46</sup> Como se pode observar nos números apontados pela Secretaria de Segurança Pública, o número de prisões efetuadas pela subdelegacia de Nazareth alcançaram um índice mais alto no mês de outubro, provavelmente em virtude da grande movimentação que aquelas ruas evidenciam durante as festividades do Cirio de Nazareth. Durante o mês inteiro, o Arraial de Nazareth se mantém funcionando durante a noite, atraindo muitas pessoas para aquela região.

uma maior preocupação em policiar aqueles espaços – o que se deve em grande parte por ser o centro da cidade o lugar por onde circulava o capital advindo da economia da borracha e também por ser o local onde fixaram residência as “importantes famílias” dos comerciantes do látex na Capital<sup>47</sup>. O surgimento de estabelecimentos voltados para o lazer e para a vida boêmia na cidade – cafés, botequins, tabernas, hotéis e mesmo bordéis podiam ser encontrados por aquelas imediações – acabou atraindo a atenção das autoridades públicas já que eram espaços que “atentavam” tanto contra o trabalhador ideal e à família quanto a saúde física e moral dos indivíduos.<sup>48</sup>

Isso explica porquê as prisões efetuadas pela Subprefeitura de Nazareth atingiam bem menos “infratores” que a de Sant’Anna. A maior incidência de prisões em Nazareth se dava principalmente no mês de outubro, quando a população da cidade convergia para aqueles lados atraída pelas festividades do Círio de Nazaré, que proporcionava diversões até horas avançadas. Havia, portanto, uma preocupação constante da Polícia com a concentração de pessoas nas ruas. Todos esses fatores fizeram, então, daqueles anos, um período bastante complicado para a “efervescente” Campina e seus *habituês*.

Se de fato os homens e mulheres pobres de Belém haviam transformado O Largo da Pólvora, as ruas da Campina ou qualquer outro espaço da cidade em local de “imoralidades” jamais poderemos afirmar, já que o simples fato de estarem ali podia significar aos jornalistas uma ofensa. Porém a imagem das ruas, largos e praças que rastreamos em nossas fontes foi a de homens e mulheres despossuídos dividindo espaço com as *Distintas Famílias* em seus *adoráveis* passeios. Acreditamos ser por esse motivo

<sup>47</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque. Belém-PA, 1870-1910*. Recife: 1990. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de História da UFPE.

<sup>48</sup> Ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*, São Paulo: Brasiliense, 1986, *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na corte Imperial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995. ENGEL, Magali. *Meretrizes e*

muito interessante misturar-se a essa gente e conhecer suas práticas. Matizar esse “povo” é sem dúvida muito importante para entender algumas atitudes do governo para com os populares de Belém e também nos afastar de uma noção homogênea sobre os “campinenses” daqueles anos.

## **b) População: A pluralidade cultural do lugar**

Para a movimentação dessa riqueza - o “ouro branco” como foi chamada a borracha - as elites de Belém empenharam-se em conseguir um grande número de braços para os seringais e também para ficar na capital, onde os serviços urbanos se diversificavam em virtude dos êxitos que a economia gomífera proporcionava.

Mas quando pensaram a atração de trabalhadores para o interior da Província no intuito de suprir a mão de obra que havia se dirigido aos seringais<sup>49</sup>, não ficou de fora também a intenção de “civilizar” as terras do norte. O imigrante prioritariamente esperado seria o trabalhador branco e morigerado, conhecedor das virtudes do trabalho e que não fosse se entregar às pândegas e à vadiagem quando aportassem em terras paraoaras.<sup>50</sup>

Com o objetivo de trazer esse trabalhador europeu, uma verdadeira rede de propaganda foi organizada e, para tanto, contou com o apoio do governo provincial. Isso

---

*Doutores: Saber médico e Prostituição no Rio de Janeiro, 1830-1890.* São Paulo: Brasiliense, 1988. e RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>49</sup> Bárbara Weinstein mostra em seu livro como se deu esse debate entre os políticos paraenses na intenção de assentar no interior colônias agrícolas que pudessem manter a produção de gêneros para atender ao consumo da população. WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência.* São Paulo: EDUSP, 1993.

<sup>50</sup> Ver RITZMANN, Iraci Gallo. *Belém: Cidade Miasmática.* São Paulo, 1997. Dissertação ( Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP .

pode ser verificado na organização e publicação de uma obra, em 1886, pelo então presidente Tristão de Alencar Araripe, que continha as mais diversas informações a respeito da Província do Pará e de sua Capital.<sup>51</sup>

O livro chamava a atenção, principalmente, para o quanto estariam preparadas as terras do norte para absorver a mão de obra estrangeira que para estas terras quisessem migrar, tentando inclusive desmentir algumas informações muito difundidas sobre o clima - algumas vezes mostrado como insuportável para o imigrante europeu - e as doenças que vez ou outra assolavam os paraenses.<sup>52</sup>

A idéia da vinda de imigrantes para suprir a “falta de trabalhadores” passou a fazer parte das discussões entre as “elites pensantes” da cidade . A vinda de imigrantes para a capital paraense foi vista com bons olhos não apenas na obra de Tristão de Araripe mas também nas páginas de jornais que frequentemente criticavam as atitudes do governo.

Em artigo publicado no “Diário de Notícias” alguns jornalistas informavam que também faziam parte dos que “pugnam pela introdução da imigração espontânea, que pode encontrar no vasto e ubérrimo vale da Amazônia muito o que fazer”<sup>53</sup>. Pediam ainda no artigo que, nessa mesma noite, a elite econômica e intelectual se reunisse e manifestasse suas idéias sobre a questão.<sup>54</sup>

<sup>51</sup> APEPA. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Dados estatísticos e informações para os Imigrantes*. Typ. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, Pará, 1886. Este livro foi mais amplamente analisado em RITZMANN, Iraci Gallo. Belém: Cidade miasmática. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP.

<sup>52</sup> O clima adquiria, nos comentários de Araripe, características agradáveis e até curativas enquanto que as doenças eram sempre atribuídas ao não cumprimento, pela população, de medidas higiênicas adequadas. O autor chega mesmo a considerar como uma atitude ignorante a de julgar o clima do Pará insalubre. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Dados estatísticos e informações para os Imigrantes*. P. 33/35.

<sup>53</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 17/11/1885. P. 02.

<sup>54</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 17/11/1885. P. 02.

Colocadas nas mãos das elites as decisões a respeito da vida das pessoas que viriam preencher o “vasto e ubérrimo” vale amazônico, os “ricos e sábios” senhores de Belém decidiriam também quem seriam os imigrantes e que cidade encontrariam.

“Ao governo, caberia portanto solucionar os problemas estruturais como a segurança pública, o saneamento, a alimentação, e o mais importante, a extinção do escravismo, pois que a escravidão funcionava como um cordão sanitário entre nós e o resto do globo”<sup>55</sup>

Portanto a cidade devia ser “maquiada” para receber os imigrantes que viriam somar-se ao povo do Pará e contribuir finalmente para a tão propalada “civilização”. Além disso, essas medidas seriam muito eficazes para eliminar de forma lenta e gradual o escravismo, sem o prejuízo dos senhores, dando os passos necessários no sentido de “clarear” as idéias e os corpos dos homens paraoaras.

A lei n.223 de 30 de junho de 1894 autorizava o governo a promover a entrada de trabalhadores europeus para serem usados como mão de obra para a indústria e agricultura. A preferência era dada aos trabalhadores que trouxessem suas famílias, fossem aptos para o trabalho e tivessem ótima conduta. Esta seria analisada e atestada pelas autoridades policiais através da autenticação do visto consular.<sup>56</sup> Ao garantir a entrada principalmente de estrangeiros, caminhava-se a passos largos no sentido de manter a “superioridade” da

<sup>55</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. Belém: *Cidade Miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP. P. 34.

<sup>56</sup> APEPA. *Actos e decisões do Governo do Estado - 1895 e 1896*. Belém Typ. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belém, 1896. Ver também SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T A. Queiróz. 1980.

mão de obra utilizada, já que para as elites paraenses não restavam dúvidas que “(..) a escolha de vir tentar a vida por conta própria, em terras estranhas, se transformava assim na prova cabal da idoneidade e capacidade do imigrante”.<sup>57</sup>

Mas, para desespero das autoridades, entre os trabalhadores que chegaram à Belém, uma grande leva era de cearenses que migraram para a Amazônia fugindo da grande estiagem que assolou sua cidade em 1877. A respeito da migração de nordestinos para o Pará, Arthur Vianna escreveu em 1902 que

“A horrível seca que devastou o Ceará de 1877 a 1879, elevou a imigração para a nossa província ao apogeu; o horror do sofrimento daquele povo de heróis, era despejado com os andrajosos infelizes, pelos paquetes do sul, nos trapiches de Belém; legiões de homens, mulheres e crianças suplicavam urgentes socorros; precisavam de roupas para cobrir o corpo, alimentos para revigorar o organismo abatido, de remédios para curar as enfermidades, de empregos para ganhar a vida.”<sup>58</sup>

O migrante cearense, diferentemente do imigrante europeu, era “persona non grata”. Esses indivíduos deveriam ser enviados imediatamente para os seringais para não permanecerem na cidade. Afinal era essa a única intenção do governo e dos grandes

---

<sup>57</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. Belém: *Cidade Miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP. P. 34.

<sup>58</sup> VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Col. Amazonas - série Camilo Salgado. Belém, 1975. P. 63. A primeira edição dessa obra data de 1902.

proprietários ao acolher esse “pobre homem nordestino”. Entretanto, as agruras pelas quais haviam passado em sua terra natal mostravam seus resultados nos corpos dessas pessoas. Por esse motivo muitos não eram aceitos para os trabalhos nas áreas extrativas e tinham que ficar na cidade. Como bem lembra Iraci Ritzmann, Belém não foi apenas a porta de entrada das levas de homens, mulheres e crianças que aqui aportavam. Foi também o espaço onde muitos se fixaram, buscando na cidade uma ocupação que lhes garantisse a sobrevivência.”.<sup>59</sup>

Não eram apenas os trabalhadores rejeitados pelos seringalistas que acabavam ficando na cidade. Quando percebiam a condição de extrema exploração que o trabalho nos seringais proporcionava, muitos davam um jeito de fugir para a capital onde acreditavam poder levar uma vida menos árdua e mais compensatória. Outros fugiam dos seringais porque as relações de trabalho estabelecidas com os coronéis da borracha acabavam por endividá-los e lança-los em uma relação de dependência absoluta. Essa fuga significava para eles a esperança de um destino melhor, longe das condições subumanas de exploração que vivenciavam nas áreas extrativas.

Em fevereiro de 1884, alguns artigos publicados no Diário de Notícias buscavam a instalação de um Asilo de Mendicidade e de uma Casa de Correção na Capital. Lembravam em suas linhas que antes da chegada em massa dos imigrantes nordestinos não se viam pelas ruas do centro tantos pedintes.

“(…) apenas se viam (…) alguns cegos e aleijados esmolando à caridade, e isto unicamente nos sábados, e agradecidos,

---

<sup>59</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. Belém: *Cidade Miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP. P. 145.

aceitavam até um simples pires de farinha. (...) depois, eis que uma sucia de vadios e malandros fitaram os olhos no Pará, e toca a correr-se para aqui, porque talvez em seus lugares ou fossem conhecidos, ou se desconhecesse a caridade”.<sup>60</sup>

Essas idéias em relação ao imigrante nordestino revelavam não apenas o medo de um acréscimo no número de indigentes pelas ruas como também a clara idéia de que seu lugar na imigração era nas tarefas de extração de borracha e não nas ruas da capital.<sup>61</sup>

Não foi possível definir o número de imigrantes estrangeiros e de nordestinos que se fixaram na Campina. Todavia, por ser o bairro mais populoso e que abrigava o centro comercial, ele foi sem dúvida um dos mais procurados pelos recém chegados na cidade que pretendiam pleitear alguma ocupação, seja no comércio ou serviços públicos ou através de expedientes.

Mas além dos europeus, representados em maior número por portugueses, Belém acolhia uma grande diversidade de imigrantes. Amélia Bemerguy demonstrou em seu trabalho sobre a imigração de judeus marroquinos para o Pará o quanto foi significativa a presença destes nas cidades do interior e principalmente em Belém, a capital da Província. Ao chegar na cidade os judeus mantinham relações de solidariedade entre suas comunidades, construíam sinagogas e desenvolviam atividades de trabalho muito peculiares

---

<sup>60</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém. 12/02/1884. P. 03.

<sup>61</sup> Ao comentar a presença de trabalhadores nordestinos no Pará, Iraci Gallo Ritzmann chama a atenção para o uso pejorativo da expressão *cearense* para caracterizar qualquer nordestino encontrado pelas ruas da cidade.

como os regatões, espécies de comércio realizado em embarcações que percorriam as regiões ribeirinhas.<sup>62</sup>

Além dos judeus, pode-se falar seguramente de uma grande variedade de nacionalidades como italianos, espanhóis, norte-americanos, húngaros, franceses, etc. Todos convivendo na cidade e desenvolvendo atividades variadas. Não se pode esquecer também dos negros e índios que sempre estiveram presentes na paisagem urbana. Após a abolição, os negros passaram a desenvolver um número maior de ocupações na cidade, agora como trabalhadores livres; enquanto que os índios ou mestiços, vez ou outra apareciam em algum comentário jornalístico ou em uma documentação policial envolvidos em algum delito. O resultado disso tudo era uma grande variedade étnica que confluía para o espaço das ruas. É importante frisar então que essa diversidade observada na cidade tinha espaço principalmente nas ruas do bairro da Campina, o mais populoso e também o mais agitado da Belém do final do oitocentos.

Os motivos para isso podem ser buscados no fato de que, para uma cidade que não gozava de indústrias o suficiente para a formação de bairros operários nas áreas periféricas, a principal alternativa de trabalho estava no setor terciário. E não há como negar que o “comércio” acontecia quase que exclusivamente em ruas como a dos Mercadores, Santo Antônio e no Bulevar da República a partir da implantação desse regime político. E mais, havia o Mercado Municipal, o Ver-O-Peso e o Porto, motivos suficientes para qualquer pessoa interessada em manter alguma atividade de subsistência procurar fixar moradia nessas redondezas. Porém o que nos interessa entender aqui é principalmente como os personagens da imigração - juntamente com os nordestinos, negros índios e mestiços que

---

<sup>62</sup> BEMERGUY, Amélia. *Imagens da Ilusão: Judeus Marroquinos em busca de uma terra sem males*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP.

viveram na Campina naqueles anos - se relacionaram; como experimentaram essa diversidade de referências culturais, hábitos, práticas e línguas.

No que diz respeito aos europeus, é interessante verificar como forjaram suas relações tão longe de sua terra e, na maioria das vezes, de suas famílias, das quais estavam separados por todo um oceano. A saudade deve ter sido cortante em algumas ocasiões, principalmente quando a nova terra não realizava os sonhos cultivados ainda no além mar. Entretanto, as fontes são muito “discretas” no sentido de relatar um sentimento tão íntimo e ao mesmo tempo tão presente nos seres humanos que é a saudade de casa. Precisamos estar bem atentos para não deixar que essa possibilidade se evapore, pois como falar da vida dessas pessoas sem falar de seus sentimentos?

Uma das formas que esses estrangeiros encontraram de lembrar de casa foi justamente não deixar que se apagasse a chama de suas origens. A música, os trajes, as danças eram manifestações de culturas diversas, sempre presentes nas ruas, nas tabernas e no interior das moradias. Aliás, foi de dentro de sua casa que a velha Maria ouviu o lamento “desafinado de um português sem instrução”, arrancando de uma guitarra algumas notas para cantar uma “triste *moda* transmontana(...) sentidíssima, saturada de toda a singela poesia popular das aldeias portuguesas”<sup>63</sup> cantada no início de madrugada.

A letra, descrita por Marques de Carvalho tal qual a “pronúncia” dos portugueses que devia ser muito ouvida naqueles anos, contava a história de alguém que chorava a morte de outro, onde soluços de guitarra preenchiam os espaços entre uma e outra estrofe.<sup>64</sup>

“Repousa, meu bem, repousa,  
No tranquilo cemitério,

<sup>63</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará. 1989. P. 136/7.

Qu'eu não venho perturvar  
O teu profundo mistério!

De joelhos, tristemente  
Curvo a triste fronte dura  
E mil lágrimas derramo  
Sobre a tua sepultura.”

A dor da perda e as lágrimas derramadas talvez sejam mais pungentes do que a saudade da terra natal e dos familiares. Mas entoar toadas tão tristes podia evidenciar estados de espírito. É por isso no mínimo emocionante tentar perceber a saudade no canto desse notívago lusitano, pois “a voz na estrada cantava sempre”

“Que tormento e que saudade  
Sinto o meu paito invadire,  
Pensando que para siempre,  
Acabas de me fugire!”<sup>65</sup>

Essa situação é fictícia, porém não menos interessante. Marques de Carvalho, o autor do romance de onde foi colhida a canção, viveu em Belém em uma época em que era muito grande a presença de portugueses pelas ruas. Quase todos os caixeiros, muitos boleiros, domésticas, aguadeiros. Definitivamente não deve ter sido difícil para esse literato ter tido acesso a esse “lamento” que traz aos nossos ouvidos do presente, inclusive com carregado sotaque, imagens embaçadas da vida naqueles tempos. O que queremos sugerir é que manifestações musicais estavam tão presentes no meio urbano quanto o suor

---

<sup>64</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 137

que, durante o trabalho, pingava dos corpos portugueses pouco acostumados ao calor dos trópicos.<sup>66</sup>

Continuar trilhando o caminho da “saúde de casa”, para evidenciar as práticas culturais dos estrangeiros no bairro da Campina pode ainda nos ser bastante útil. Teria sido ela ou a vontade de estar entre seus patrícios que fazia com que o botequim *El Amor Español*, na rua Benjamim Constant, vivesse constantemente lotado e causando descontentamento à vizinhança?<sup>67</sup>

A grande maioria dos frequentadores deste botequim era composta por imigrantes espanhóis que viviam em Belém. Estes “(...) juntam-se desde as seis horas da tarde até as duas da madrugada”<sup>68</sup>, provavelmente quando ficavam livres de suas tarefas diárias. Certamente podia se ouvir ali muitas histórias de suas terras, dialogar sobre como estaria a vida na Espanha ou trocar experiências sobre as dificuldades que enfrentavam diariamente na nova terra. Não podemos deixar de imaginar que músicas típicas de seus lugares deviam ser cantadas e que alguns até mesmo arriscassem alguns passos de dança, pois ali era um local “(...) que pela algazarra que faz não deixa os vizinhos sossegados”<sup>69</sup>. Infelizmente mais não pode ser dito, pois a fonte de que dispomos não nos fornece informações mais detalhadas.

Dentre os outros estrangeiros que podiam ser encontrados na capital em atitudes que desagradavam alguns moradores, podemos falar de duas hebraicas, “cafetinas” residentes

<sup>65</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 137.

<sup>66</sup> Em um trecho do romance, Marques de Carvalho mostra a cena de um aguadeiro português, conduzindo um boi que puxava seu veículo, com os barris de água. O português era descrito como um homem “de farto bigode louro e cutis tostada pelos ardentes ósculos do sol. Gotas de suor brilhavam-lhe a testa, por baixo do chapéu de palha do Chile e na ponta do nariz”. Este também entoava uma “canção popular de Traz-os-Montes”. CARVALHO, Marques de. *Hortênsia*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria do Estado de Cultura. Lendo o Pará, 1989. P. 47/48.

<sup>67</sup> FOLHA DO NORTE. Belém 01/03/1900. P. 02.

na rua primeiro de Março denunciadas em jornais do período.<sup>70</sup> A meretriz Lina Yagziska, austríaca de nascimento e que “exercia o ofício” em Belém<sup>71</sup> e a “louca” Carlota Hungara que, depois de sair do hospital de alienados para onde muitas vezes já havia sido conduzida, vagava nua pelas ruas da cidade, escandalizando a população<sup>72</sup> ou ainda os *Turcos mendigos* que andavam esmolando pelas ruas do bairro da Campina.<sup>73</sup> Usemos apenas esses “colunáveis” para representar uma série de anônimos a cujos nomes não pudemos ter acesso, pois tanto na documentação policial como na documentação do governo sobre a imigração não passaram de números ou estatísticas. Cada um trazia de seus lugares traços culturais que se misturavam aos dos nativos da região e de outros lugares desse imenso país.

Dentre os nordestinos que viviam na cidade o maior número, como vimos anteriormente, era composto por cearenses. Uma vez em Belém misturavam-se com seus habitantes e dividiam o mercado de trabalho entregando-se a variadas formas de sobrevivência. Uma atividade muito procurada pelos nordestinos do sexo masculino era a de policiamento. Entre os praças e cabos do corpo de polícia o fato de ser analfabeto não era um grande empecilho para adquirir uma farda.

Mas a crescente presença de cearenses nos corpos da polícia não tardou a chamar a atenção das autoridades públicas para o fato de que, em alguns casos, a solidariedade entre esses nordestinos pudesse sugerir uma certa conivência com a criminalidade empreendida por seus conterrâneos. No relatório de Segurança Pública de 1885, o Chefe de Polícia revelava essa preocupação, alertando que se muitos cearenses continuassem ingressando

---

<sup>68</sup> FOLHA DO NORTE. Belém 01/03/1900. P. 02.

<sup>69</sup> FOLHA DO NORTE. Belém 01/03/1900. P. 02.

<sup>70</sup> A REPÚBLICA. Belém 09/04/92. P. 02 e 15/01/1900. P. 02.

<sup>71</sup> A REPÚBLICA. Belém 11/04/1900. P. 02.

<sup>72</sup> A REPÚBLICA. Belém 28/01/1900. P. 02.

nas fileiras da polícia, muito poderiam lucrar com isso os “malfeitores cearenses” que povoavam a cidade.<sup>74</sup> Caso isso prosseguisse, temiam que ficassem impunes, por exemplo, os conterrâneos que mendigavam pelas vias públicas.

Veza ou outra nos jornais também podíamos encontrar pequenas notas falando sobre algum cearense envolvido em brigas ou desordens. Durante o período do carnaval, por exemplo, não faltavam pessoas ou grupos organizados de cearenses mascarados brincando pelas ruas. Por esse motivo foi preso um deles que estava fazendo desordens no Largo de Sant’Anna<sup>75</sup> e também Mariana de Castro, que “divertia-se de maneira indecente nos festejos de carnaval”<sup>76</sup>

Da mesma forma que os cearenses desfilavam suas práticas culturais pelas ruas os negros, mulatos, caboclos, indígenas e mestiços da região também trouxeram sua “contribuição” no sentido de tornar ainda mais plural o universo cultural de Belém naqueles anos. No que diz respeito aos negros e mulatos, algumas de suas manifestações “desagradavam” algumas pessoas na cidade. Além de sofrerem sanções das autoridades policiais, manifestações como batuques, capoeiragem ou o simples ajuntamento de pessoas de cor nas esquinas sugeria aos diversos jornalistas verdadeiras demonstrações de imoralidade.

Observemos por exemplo como um batuque ocorrido no dia 06 de janeiro na casa do Mestre Antônio Pereira foi descrito em um jornal da época.

<sup>73</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. BELÉM. Belém 24/07/83. P. 02.

<sup>74</sup> APEPA. Relatório de Governo de 1885. *Segurança Individual*.

<sup>75</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém 30/01/83. P. 02.

<sup>76</sup> A REPÚBLICA. Belém 09/08/96. P. 01. Infelizmente, a notícia é muito curta e não nos permite saber que atitudes a acusada apresentava, o que poderia nos levar a conhecer muito mais sobre as atitudes dessas pessoas durante esses festejos.

“As divas rodopiavam; a orquestra gemia, errava mansamente; pelo ar um cheiro de poeira e cipó catinga, quando no melhor de uma quadrilha marcada por Mestre Antônio – *bate c’o pé no chão e tira lume* – rompeu um rolo monumental em que saíram feridos Matheus da Cruz na cabeça e A. Euzébio no braço.”<sup>77</sup>

Hoje nós poderíamos ter ficado completamente ignorantes dos ferimentos que esses dois brincantes sofreram nessa animada noite de janeiro. Isso se os jornalistas não estivessem tão interessados em depreciar as manifestações como o batuque onde os dançantes arrastavam o pé até fazer a poeira levantar. Como o objetivo desta parte do trabalho é apenas verificar de que forma essas manifestações se faziam presentes, reservaremos para mais algumas páginas à frente a oportunidade de discutir a razão das irônicas palavras dos homens das letras sobre esses lugares.

Outra manifestação de negros e mulatos que vivia causando dor de cabeça à polícia era a *capoeiragem*. Em 11 de maio de 1882, um jornalista analisava o relatório do Chefe de Polícia da Corte, o qual sugeria que “(...) essa prática fosse qualificada como crime especial com penas novas e da alçada da política”<sup>78</sup>. A leitura desse relatório servia de base para que o jornalista chamasse a atenção da polícia para o ajuntamento de capoeiras pelas ruas, “(...) que fogem ao controle da nossa polícia”<sup>79</sup>. A prática da dança/luta chamada de capoeira, implementada nas ruas principalmente por negros e mulatos já havia causado prisões de desordeiros. Podemos lembrar das prisões do negro forro João do Espírito Santo

<sup>77</sup> A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém 06/07/1892. P. 02.

<sup>78</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém 11/05/1882. P. 02.

preso no largo da Trindade por agredir o português João Furtado usando “(...) da afamada capoeira”<sup>80</sup> e também de Pedro Benedito, escravo de D. Anna Maria Lins, preso por “(...) praticar a capoeiragem sem nem procurar beco”.<sup>81</sup>

Além dos capoeiras, os jornalistas também chamavam a atenção para o ajuntamento de negras nas esquinas do bairro da Campina durante altas horas da noite. Aliás, em um dos casos, salientavam que apenas estavam dando voz a algumas famílias moradoras da redondeza, indignadas com os ajuntamentos.

“Algumas famílias residentes à travessa das Mercês, entre as ruas Nova de Sant’Anna e Flores, exigem que solicitemos do Sr. Subdelegado do 2º Distrito, severas providências contra os abusos continuamente praticados dia e noite naquela travessa por uma sucia de negras depravadas, que com palavras obscenas, insolentemente ofendem a moral pública, sem medo de serem punidas”<sup>82</sup>

Os batuques, os “capoeiras” as negras nas esquinas. Nesses ajuntamentos, traços da cultura afro-brasileira (música, dança, cultos religiosos) difundiam-se e chegavam a causar mal estar nas elites letradas. Mas felizmente, independente disso, essas práticas não foram banidas das ruas e passaram a fazer parte do cotidiano da cidade.

---

<sup>79</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém 11/05/1882. P. 02.

<sup>80</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém 15/09/81. P. 02.

<sup>81</sup> A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém 18/08/86. P. 02.

<sup>82</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém 30/01/83. P. 02.

No que tange às práticas religiosas, folclore e misticismo, alguns casos instigantes podem ser trazidos à tona. Dentre eles está a interessante história de Lúcio,

“(...) um preto que está sofrendo de elefantíase e que para entreter o tempo se emprega na rendosa industria de *pajé*, ou curandeiro, ou feiticeiro, sendo frequentado por quantas mulheres de vida equívoca, que desejam ser felizes, que o vão consultar e comprar as drogas da felicidade”<sup>83</sup>

Lúcio tornara-se popular e suas práticas, rotuladas de tantos nomes, caíram na simpatia de muitas mulheres que recorriam a seus sortilégios para alcançar algumas melhoras, seja no amor ou no dinheiro. O que importa perceber é que a pajelança, pelo menos dentro de um conceito bem amplo, é uma prática ritual indígena, apesar de não estar sendo implementada por um índio. Na verdade, esse caso só demonstra o quanto as práticas dos diversos sujeitos que estavam na cidade acabavam se difundindo e passaram a fazer parte do dia a dia das pessoas.

O misticismo que as levava a acreditar nesses rituais também aguçava alguns “temores”. Qualquer pessoa que conhecesse a lenda da Matinta Pereira<sup>84</sup>, figura lendária do folclore amazônico, teria verdadeiro pavor de ter sua casa rondada por ela, podendo inclusive esse caso ir parar em uma delegacia. Foi mais ou menos por esse motivo que a velha Helena Maria de Jesus, 61 anos, lavadeira, moradora à travessa do Príncipe nº 29, foi

<sup>83</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 03/05/1883. P. 02

<sup>84</sup> Matinta Pereira era uma figura folclórica, ainda hoje muito conhecida das pessoas na Amazônia. Geralmente encarnada na figura de uma mulher idosa pode causar muitos malefícios para as pessoas para quem “aparece”. Ver CASCUDO, Câmara. *Dicionário de Folclore Brasileiro*. Brasília: IRN, 1981.

conduzida à presença do delegado de polícia para prestar depoimento. Maria Rosa, sua vizinha, afirmava que ela vestia-se em trajes de “Matinta Pereira”. Helena Maria respondeu apenas

“(…) que nunca se preparou nesses trajes e que se Maria Rosa deu queixa contra ela respondente é porque tem raiva da mesma respondente e é sua inimiga. Disse mais (...) que sempre que Maria Rosa vê a respondente costuma provoca-la com palavras que a decência manda calar e diz que entra a respondente para deitar consigo na rede”.<sup>85</sup>

Não nos cabe julgar aqui se seria mesmo Helena Maria uma temível “Matinta Pereira”. Interessa porém perceber que, ainda que se tratasse de uma inimizade entre vizinhas, Maria Rosa jogou com superstições que estavam presentes no imaginário popular e conseguiu com isso fazer com que iniciassem averiguações para investigar se tratava-se ou não de uma “assombração”.

Esses eram portanto alguns traços do universo cultural que podiam ser encontrados na cidade de Belém e ruas do bairro da Campina nas últimas décadas do século passado. Mas, passando para uma outra etapa do trabalho, é interessante verificar como a diferenciação social se colocava naquele espaço e, nesse sentido, a observação das moradias pode nos dar muitas informações.

---

<sup>85</sup> APEPA. Fundo: Autos da Secretaria de Polícia. Auto de perguntas feitas a Helena Maria de Jesus. 06/09/1988.

### c) Moradias: Os muros da desigualdade

Uma das características mais marcantes das ruas da Campina era sem dúvida a diferença social latente que dividia seus moradores. Isso pode ser evidenciado de muitas formas. Todavia, as moradias podem revelar-se um *locus* privilegiado para essa discussão.

Em julho de 1888 houve um conflito na rua do Espírito Santo. Theodora da Conceição, uma jovem empregada doméstica de 20 anos, moradora dessa mesma rua, parece ter ofendido a uma família moradora em um sobrado que ficava em frente à taberna do português Agostinho Lopes dos Santos. Ao que tudo indica, graças a esse desentendimento, um auto foi encaminhado para que, confirmada sua culpa, Theodora da Conceição assinasse um Termo de Bem Viver.

Agostinho L Santos, o português proprietário da taberna já citada, foi chamado a testemunhar sobre o ocorrido, ao que afirmou que quando voltava do comércio

“(…) ouviu dizer no seu estabelecimento que Theodora tinha ofendido a família no sobrado fronteiro ao em que mora o respondente, não sabendo explicar em que consistiu a ofensa.”<sup>86</sup>

Perguntado se os comportamentos de Theodora da Conceição costumavam ofender a vizinhança e os bons costumes, além de onde e com quem mora a acusada, respondeu

“(…) que conhece a acusada presente de vista e que nunca viu praticar atos ou proferir palavras que ofendam os bons costumes, no entanto tem ouvido dizer que ela tem por hábito

---

<sup>86</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos crimes para a assinatura de Termo de Bem Viver em que é acusada Theodora da Conceição. Julho de 1888.

esses defeitos, sabendo morar a acusada em um quarto na casa de Otaviano José de Paiva”.<sup>87</sup>

Da mesma forma que a testemunha acima, as outras duas, Vitorino José Esteves, 20 anos, também português, residente na mesma rua e o maranhense Manoel Agostinho Ferreira de 22 anos afirmaram saber que Theodora da Conceição tinha praticado as injúrias contra a família moradora no sobrado porque haviam “ouvido dizer”. Em nenhum dos relatos fica claro que ela tenha de fato cometido as ofensas de que estava sendo acusada.

Uma possibilidade de explicação sobre a certeza das testemunhas de que ela era de fato culpada – apesar de não terem presenciado ou sequer já terem-na visto em situação parecida – paira na diferença social que separava as duas partes envolvidas. A família ofendida morava em um grande sobrado, enquanto que Theodora da Conceição era empregada doméstica e vivia só em um quarto que alugava na casa de Otaviano José de Paiva, uma casa de cômodos.

Não podemos deixar de manifestar nossa alegria quando ao final dos inquéritos se concluiu que Theodora da Conceição era inocente, pois era uma mulher de “boa conduta moral e morigerada que vive de seus serviços de criadagem em casas de família e comporta-se com sã moral”.<sup>88</sup> Mas não é a função do historiador atuar como juiz, por isso interessa perceber aqui apenas os conflitos advindos da diferenciação social entre os moradores do bairro da Campina. Entre os sobrados e os cortiços, essas pessoas viveram muitas histórias.

---

<sup>87</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos crimes para a assinatura de Termo de Bem Viver em que é acusada Theodora da Conceição. Julho de 1888.

<sup>88</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos crimes para a assinatura de Termo de Bem Viver em que é acusada Theodora da Conceição. Julho de 1888.

Os apressados transeuntes que passavam por aquelas estreitas ruas, quem sabe poderiam conseguir uns poucos segundos para estacionar em frente a um dos belos sobrados que podiam ser vistos por ali e admirar as imponentes e bem trabalhadas fachadas que eles exibiam. Estas construções eram, sem dúvida os louros que alguns moradores de Belém – muito poucos, é verdade – colheram após um bom investimento.

Possuíam de dois a três pavimentos e sempre muito espaçosos. Alguns ostentavam um modelo arquitetônico que já estampava a influência do *Art Nouveau*, estilo que, no início da década de oitenta, insinuava-se timidamente em terras paraoaras.

As ruas em que essa construções apareciam com mais intensidade eram as da Boa Vista (25) , dos Mercadores (25), da Indústria (28), Santo Antônio (22) e a do Rosário (70). Já entre as travessas, o maior número estava na do Passinho (26).<sup>89</sup> Não tenho como afirmar que todos os proprietários de sobrado eram pessoas abastadas, pois é possível que alguns tenham adquirido por herança sem necessariamente gozar ainda da riqueza de seus antepassados. Entretanto, o fato de possuir um imóvel como esse já colocava uma substancial diferença entre seus proprietários e os homens pobres daquelas ruas, pois o aluguel de um sobrado podia render uma boa quantia que certamente equilibraria um orçamento.

É interessante perceber também que essas pomposas habitações eram mais frequentes na medida em que se aproximavam das ruas em que se dava o variado comércio da capital. Isso fica claro no caso da rua dos Mercadores, da Indústria e de Santo Antônio, onde, aliás, residiam algumas das pessoas mais ricas da cidade.<sup>90</sup> Caso algumas delas

<sup>89</sup> Informações retiradas de CRUZ, Ernesto. *As Edificações de Belém*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1982. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1982

<sup>90</sup> Ernesto Cruz, ao se referir à esta rua, lembra que “Figuravam entre os proprietários vultos de importância na sociedade da época (...) Eram pessoas abastadas da época com propriedade em vários dos caminhos”. CRUZ, Ernesto. *As Edificações*. p229

possuíssem entre suas propriedades algumas loja que funcionavam naquelas imediações, seria mais seguro e vantajoso morar em suas proximidades.

Mas outras possibilidades ainda se colocam. Ao que pudemos perceber as ruas em que era constante a presença de botequins, de meretrizes e “criminosos” não abrigavam também os belos sobrados, ou pelo menos eles não existiam em um número expressivo. Na rua das Flores, havia apenas os de nº 73 (de propriedade de Maria Antônia Rodrigues de Castro Góes), 75 (Visconde de Arary) e 94 (Furtado & Irmão); na Nova de Sant’Anna os de nº 11 (Maria Augusta de Oliveira Cantão), 66 (João Bernardo Guelfe Freire) e 76 (Raimunda Joaquina de Lima); na da Trindade os de nº 14 (Manoel da Cunha Mendes), 24 (Bernardino Antônio da Silva Nobre) e o sobrado pertencente a Inês Chermont Pereira, este último sem número.

Nas ruas General Gurjão e Riachuelo nenhum sobrado podia ser encontrado e na travessa das Gaivotas, somente na parte mais próxima da rua dos mercadores (comércio), os de número 1 (Alfredo Antônio Pereira da Silveira Bastos), 2 e 4 (Antônio Rodrigues dos Santos Almeida) e 3 (Bruno Álvares Lôbo).

Isso sem dúvida pode nos apontar não apenas uma territorialização da pobreza nesse espaço como também uma separação arquitetônica entre as “zonas” de prazeres ilícitos e a vida das “boas famílias”. Essa afirmação acaba tomando contornos mais visíveis quando se vai na direção oposta e passamos a procurar a localização das moradias populares como os cortiços e casas de cômodos.

Durante as visitas sanitárias empreendidas às ruas do terceiro distrito no decorrer do ano de 1883, algumas moradias da mesma região foram consideradas inadequadas no que se refere às suas condições higiênicas. Por esse motivo foi multado o proprietário do

cortiço localizado na confluência da General Gurjão com a travessa das Gaivotas.<sup>91</sup> Por falta de latrinas esgotos “adequados” foram multados os proprietários das casas de nº 14, 16 e 20, na rua Riachuello e nessa mesma rua José Bezerra também foi multado por não possuir em sua moradia esgotos que dessem vazão às águas que se amontoavam em seu quintal.<sup>92</sup>

Também nos jornais desse período podia-se obter rapidamente informações sobre a localização de alguns cortiços como os *Sete Facadas* na rua Nova de Sant’Anna (nº 19 e 21)<sup>93</sup>, o cortiço em que morava Maura Mathias, “conhecida desordeira” na Riachuello<sup>94</sup> e dos que ficavam na General Gurjão, canto da Travessa do Passinho e canto com a Riachuello, “verdadeiras fontes de dor de cabeça para seus vizinhos”<sup>95</sup>. Não vamos nesse momento encaminhar a discussão sobre o porque das chamadas de atenção dos jornalistas para essas moradias, pois isso faremos mais à frente. Interessa porém perceber que era em ruas como a Riachuello, das Gaivotas e General Gurjão, por onde amontoavam-se as meretrizes e aconteciam os “ajuntamentos”, que essas moradias eram mais frequentes.

O restante das casas que compunha as ruas “suspeitas” eram as numerosas moradias de apenas um pavimento, pouco espaçosas e com fachadas simples. Havia na travessa das Gaivotas 82 casas térreas numeradas<sup>96</sup> e 32 na General Gurjão<sup>97</sup>. Na Riachuello elas

---

<sup>91</sup> APEPA. Ofícios da Inspetoria de Saúde Pública. 1884. Caixa 409. Doc. 136. Doc. 160.

<sup>92</sup> APEPA. Ofícios da Inspetoria de Saúde Pública. 1884. Caixa 409. Doc. 160.

<sup>93</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 12/10/90. P. 02.

<sup>94</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 15/11/89. P. 02.

<sup>95</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 22/01/86. P. 02.

<sup>96</sup> CRUZ, Ernesto. *As Edificações de Belém*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1982.. P. 258-259.

<sup>97</sup> CRUZ, Ernesto. *As Edificações de Belém*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1982.. P. 238-239.

também eram maioria <sup>98</sup>. Se pode parecer que esses não eram números expressivos há de se considerar que essas ruas não eram tão longas, cobrindo poucas quadras.

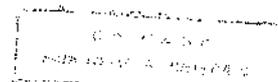
As casas em que viviam as famílias abastadas sem dúvida gozavam da confiança dos jornalistas que quando se referiam a elas as adjetivavam de “as boas famílias” enquanto que os moradores dos cortiços e das casas de cômodos eram sempre descritos como sujeitos destituídos de moralidade, predispostos aos maus comportamentos.

Concluimos dessa forma que as ruas da Campina abrigavam tipos sociais muito diversificados, que ocupavam locais específicos. Habitações que podiam tanto ostentar luxo e riqueza como representar uma ameaça à imagem higiênica da cidade. Casas de Sobrado de um lado, cortiços e casas sem esgotos de outro. Moradias “familiares” de um lado, desclassificados sociais de outro. As “forças da civilização” conviviam ainda com a insalubridade física e urbana. Era essa a aparência do mais importante bairro de Belém nas duas últimas décadas do século passado.

Nas próximas páginas, acompanharemos como o “mal estar” causado nas elites pelos comportamentos de pessoas tão diferentes entre si foi tratado pelo poder público.

---

<sup>98</sup> Sobre essa rua não conseguimos informações exatas. A despeito disso, quando se caminha por ela nos dias de hoje não é difícil perceber que a maioria das casas são pequenas e estreitas, construções datadas ainda do final do século passado e início deste, principalmente na confluência com a rua primeiro de março (antiga das Gaivotas), ainda hoje ponto de prostituição.



## A CONSTRUÇÃO DA UTOPIA

“Mas é que o erro das pessoas inteligentes é tão mais grave: elas têm os argumentos que provam”  
Clarice Lispector

### 1- O BOM TRABALHADOR

Durante a segunda metade do século XIX, os dirigentes do império brasileiro encontrava-se diante da desconfortante possibilidade do fim de um regime que havia sustentado as relações sociais durante muito tempo: o escravismo. Célia Marinho de Azevedo<sup>1</sup> debruçou-se sobre essa “ansiedade” das elites brasileiras em preparar o país para um futuro de trabalho livre, ordem e progresso chegando a diferentes projetos visando este

fim.

Azevedo mostrou que as diversas discussões implementadas com o objetivo de instituir uma nacionalidade desaguaram inevitavelmente na “busca de um povo”, repetidamente expressada por diversos reformadores durante todo o século XIX. Em um primeiro momento os emancipacionistas voltaram-se para os homens pobres nacionais, fossem eles livres ou escravos. O caminho seria extraí-los de suas vidas “abjetas, inúteis e isoladas” na visão das elites brasileiras, para integrá-los em uma sociedade harmoniosa a caminho do progresso.

Num segundo momento, a partir da década de 1850 e ganhando força a partir da década de 1870, Azevedo percebe entre os emancipacionistas uma crescente simpatia pelas soluções imigrantistas que passaram a buscar no exterior o povo ideal para constituir a nacionalidade brasileira. Assim, nas últimas décadas do século XIX, caiu por terra a preocupação com o destino dos homens pobres nacionais. Nessa nova etapa, ficaram esquecidos diante da discussão sobre o imigrante preferencial, mais adequado para purificar a “raça brasileira”, projetando finalmente para o futuro desse povo uma identidade nacional depurada de heranças “indesejáveis”. Ambos os momentos identificados pela autora convergiam para uma idéia: era necessário reeducar o olhar sobre o trabalho. Preenchê-lo de positividade .

Mesmo antes disso Sidney Chalhoub<sup>2</sup>, chamou a atenção para como o “mundo do trabalho” se transformou em um transtorno para as elites brasileiras. Com o fim do tráfico negreiro, as elites brasileiras foram levadas a refletir sobre o fim da propriedade escrava. Teriam portanto as classes dominantes de “reajustar” o seu universo mental - sua visão de

---

<sup>1</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

<sup>2</sup> CHALOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 50R

mundo diante das transformações econômicas e sociais que se operavam no seio da sociedade.

Essa situação se estende até o “tão temível” 13 de maio que finalmente desvinculava o trabalhador de sua força de trabalho. A intenção das elites, como sugere Chalhoub, era que o liberto, já senhor de sua força de trabalho, deveria vendê-la ao proprietário. Na prática, pretendia-se configurar mecanismos para que os escravos migrassem pacatamente do mundo da escravidão para o mundo do trabalho assalariado sem uma outra opção. Para tanto, era preciso revisar conceitos e construir valores capazes de gerar uma nova ética do trabalho. Longe do caráter compulsório ou degradante, o trabalho deveria revestir-se de positividade.

Chalhoub ressalta ainda que no Rio de Janeiro os debates parlamentares do ano de 1888 voltaram-se para a formulação de um convincente projeto de repressão à ociosidade, pois, já que se pretendia moldar o trabalhador ideal, os parlamentares acreditavam que primeiramente devia-se dar caça às práticas que desviavam os homens do caminho do trabalho. Nessas discussões parlamentares a repressão a ociosidade foi percebida como “a salvação pública para o Império do Brasil.”

Ao que nos parece, nas “longínquas” terras do norte, também se fizeram ouvir os ecos dessa discussão. Se não pelas vozes dos mesmos pensadores, os intelectuais paraoaras também preocuparam-se com a repressão aos comportamentos considerados “perniciosos”, seguindo a mesma lógica. Mesmo antes do 13 de Maio de 1888 a vida dos “vagabundos” de Belém já encontrava muitas barreiras.

O Código de Posturas Municipais de 1880, em seu título III, cap. XIII, referente à tranquilidade pública, estabelecia que todas as pessoas que fossem encontradas vagando pelas ruas em estado de embriaguez seriam conduzidas a uma delegacia de polícia até que

cessassem os efeitos do álcool, tendo ainda que pagar uma multa de 5 mil réis. Da mesma forma, ao referir-se aos costumes públicos, o mesmo código proibia que fossem proferidas palavras consideradas obscenas nas ruas e locais públicos. Também não era permitido aos moradores da cidade fazer “bulhas”, vozerias, gritar, organizar batuques e sambas, tocar tambor, carimbó, além de se proibir os ajuntamentos de escravos, fâmulos ou criados nas lojas, tabernas, açougues, ruas e praças. Brincar nas ruas e praças e dançar em cordões de pastoras fora de épocas carnavalescas também estavam terminantemente proibidos.

As relações de trabalho nas terras paraenses, ingressavam definitivamente nas esferas do capitalismo internacional. O comércio da borracha havia aberto um vasto campo de exploração de mão de obra livre composta em sua grande maioria de migrantes cearenses e nativos da região. A enorme variedade de homens livres nacionais e estrangeiros que fixaram moradia na cidade também sofriam as consequências dos “temores” que o fim da escravidão causava aos proprietários de escravos paraenses. Não podia ser diferente em um tempo em que todas as relações sociais estavam de alguma forma afetadas por esse regime. Como salienta Sandra Lauderdale Graham, a escravidão “permeava e corroía todas as relações sociais”<sup>3</sup>. Os homens livres pobres que viviam na cidade foram os primeiros alvos da tentativa de instituir uma nova ética do trabalho e afastar o fantasma da ociosidade. O “vício da embriaguez”, tantas vezes lembrado nos jornais e nos autos policiais, era considerado mais do que nunca uma prática reprovável, pois não eram poucos os médicos da época que atribuíam a esse vício a degeneração física e moral. Mantendo o homem ébrio, o álcool afastava o trabalhador das virtudes do trabalho e o lançava no mundo da desordem e imoralidade.

Sambas, batuques e carimbós também estavam proibidos pois, na visão dos

intelectuais paraenses estas práticas de lazer eram terminantemente inconciliáveis com o trabalho. Quanto mais próximos dos animados ritmos dançados nesses locais, mais longe estariam de ser moralmente completos. Essas manifestações eram heranças das camadas populares - negros e tapuios - que ameaçavam contaminar mesmo o trabalhador ideal, o europeu.

Acreditava-se que a escravidão não havia possibilitado ao negro noções de justiça, respeito à propriedade e liberdade. Sua saída do cativeiro representava o quase certo ingresso no mundo do crime e da ociosidade. A proibição dos sambas e batuques evidenciava o mal estar que essas manifestações podiam causar às elites da cidade, pois lá se concentrava um grande número de pessoas “destituídas de predicados morais.”<sup>4</sup> A repressão não apenas pretendia impedir a propagação da ociosidade pelas ruas com punição aos “vagabundos”, como também indicar os caminhos e os hábitos adequados para um verdadeiro trabalhador.

Construir o bom trabalhador era uma idéia bastante recorrente na imprensa da época. Não foram raras as crônicas que implícita ou explicitamente divulgavam noções enaltecedoras sobre o trabalho ou sobre o bom trabalhador. Isso ocorria mesmo quando satirizavam situações corriqueiras passadas no cotidiano da cidade.

No dia 18 de maio de 1883 podia ser lido nas páginas de um jornal diário um artigo bem peculiar àqueles anos, sob o título de

### **Virtuosos Vagabundos**

Informam-nos alguns moradores da rua das Flores que todas

---

<sup>3</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

<sup>4</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 13/12/82. *Que nos ouça a polícia*. P.02

as noites reúnem-se em uma taberna de esquina com a rua das gaiivotas, uma sucia de vagabundos que entre um trago e outro, ofende a vizinhança, pronunciando um sem número de palavras obscenas. Imersos no vício da ociosidade, esses depravados estão longe das virtudes de que devem gozar um homem direito. Ao contrário, chafurdam na lama que é sua vida, repleta de álcool e de imoralidade.”<sup>5</sup>

Em tom de ironia, o jornalista responsável pelo artigo aproxima duas palavras inconciliáveis naqueles anos - “virtuosos” e “vagabundos” - que seu próprio texto faz questão de afastar. Uma boa maneira de distanciar os trabalhadores do “mundo” da ociosidade - onde estavam os botequins, os sambas e os batuques - seria criar um paralelo. Paradoxos como vício-virtude, moral-imoral, trabalhador-vadio eram de grande valia para mostrar aos moradores da cidade que trabalho e botequim eram idéias contrárias.

Sempre preocupado em evidenciar o caráter violento e imoral dos homens e mulheres pobres que frequentavam os botequins ou “ajuntavam-se” nas ruas em prosas alongadas pelo álcool, o mesmo jornal que publicou a matéria acima nos informa que

“Na rua Nova de Sant’Anna, canto da travessa de São Matheus, em frente à mercearia Zuavo, reúne-se todas as tardes uma sucia de vagabundos e vendedeiras de frutas, doces e mingaus, os quais não só impedem o livre trânsito como também insultam e ameaçam a quem lhes faz a menor

---

<sup>5</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 18/05/83. *Virtuosos Vagabundos*. P.02

observação. Não haverá um corretivo para aquela sucia?”<sup>6</sup>

As atitudes das pessoas que protagonizavam essa reclamação desrespeitavam o Código de Posturas Municipais, sucedendo-se diariamente. Quando repreendidas em seus comportamentos, reagiam ameaçadoramente, segundo o jornalista. Claro que não podemos esquecer de como gostavam os jornalistas de enfeitar as notícias, fosse para torna-las mais interessantes, no que se refere à vendagem, fosse para fortalecer seus argumentos.

Dentre as etapas que podiam conduzir à construção do conceito de trabalho, Chalhoub ressalta que essa atividade deveria ser percebida pelos moradores da cidade como elemento ordenador da sociedade. Ao receber da sociedade segurança, direitos individuais e honra, o homem devia mostrar sua gratidão através do amor e afinho ao trabalho. Além disso, uma união umbilical entre trabalho e moralidade foi instituída. Era através de sua total entrega ao trabalho que um indivíduo podia tornar-se moralmente melhor. A repressão ao ocioso-imoral se justificaria pelo seu caráter educativo e regenerador. Punir os “vagabundos” e as vendedeiras, que perturbavam o sossego público não tinha outra intenção que não a de arrancá-los de suas vidas abjetas e inseri-los dentro do ordenado mundo do trabalho burguês.

Para os privilegiados da borracha, a ociosidade era uma coisa terrível. Contudo, não era *toda* a ociosidade. Não raro, era possível encontrar, a qualquer hora do dia ou da noite, os homens ricos da cidade aproveitando a boa vida que o dinheiro podia proporcionar. Porém, quando a ociosidade vinha de mãos dadas com a pobreza o perigo estava configurado e a repressão se avizinhava. A *má* ociosidade era certamente determinada pela posição social das pessoas. Nas duas últimas décadas do século passado, foi muito usada

---

<sup>6</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 17/07/88. P.02

uma divisão lógica entre um suposto mundo do trabalho e o do não trabalho, elaborada a partir de esquemas construídos pelas elites para pensar a sociedade. Funcionando como imagem invertida do mundo do trabalho, o mundo da ociosidade e do crime seria colocado como universo marginal destituído de moralidade, espaço por onde transitavam meretrizes, criminosos, vagabundos e toda a sorte de “marginais” que pudessem ser rotulados.

Este mundo deveria ser minuciosamente conhecido para poder ser controlado de maneira satisfatória. Não se pretendia de maneira alguma que este universo de desordem viesse a interferir no ordenado mundo do trabalho.

É Chalhoub novamente que nos lembra da hierarquia moral que conduz do ocioso/imoral ao modelo de virtude do homem que ama e que se dedica ao trabalho. Com uma hierarquia dessas, é impossível pensar a existência de universos distintos para o trabalho e ociosidade ou entre vício e virtude. Essa dualidade é utópica, pois

“(…) há na verdade apenas um mundo coerente e integrado na sua dimensão lógica. Não faz sentido então pensar o ocioso e o criminosos como indivíduos que vivem à margem do sistema, marginais em um suposto mundo da ordem. Cabe pensar a ociosidade e o crime como elementos fundamentais para a reprodução de um determinado tipo de sociedade”<sup>7</sup>

O autor sugere com isso que a existência da criminalidade e da ociosidade justificariam os mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres. Essa idéia pode nos abrir os olhos para o fato de que os “maus hábitos” atribuídos aos homens e

mulheres pobres são na verdade interpretações feitas sobre suas vidas pelas elites econômicas e letradas.

## 2 - RISCOS DE CONTÁGIO

As tentativas de ordenação dos comportamentos dos grupos sociais mais pobres também teve uma farta influência do saber médico. Em primeiro lugar porque a questão da saúde pública havia se transformado numa inesgotável fonte de dor de cabeça para as elites paraenses do período. Foi assim que a medicina acaba assumindo a tarefa de organizar o suposto caos urbano em que a cidade se encontrava imersa.

No que se refere às preocupações com a saúde da população, as doenças epidêmicas que acometiam os moradores da cidade ocuparam as pautas de discussões entre os políticos responsáveis pelo poder público. Dentre as enfermidades que ceifavam muitas vidas naqueles anos, outras não foram mais perniciosas do que a varíola e a febre amarela que em seu rastro de morte vitimaram um grande número de pessoas.

De 1878 a 1900, 2.335 pessoas faleceram acometidas por varíola. Os anos mais cruéis foram os de 1884 (587 mortes), 1888 (747), 1899 (245) e 1900 (246). Segundo os dados oficiais - que certamente não incluíam as pessoas que morreram antes mesmo de dar entrada nas enfermarias - os únicos anos em que a varíola não fez vítimas fatais foram os de 1886, 1891, 1892, 1893 e 1894. Nos demais foram sempre registradas mortes de pessoas que acabaram sendo vítimas atroz da “feiosa varíola, sem contudo que se caracterizasse uma epidemia”<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. op cit. P.50

<sup>8</sup> Os dados foram colhidos na obra de VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Belém: UFPA, Col. Amazonas - série Camilo Salgado. 1975, p.63. A primeira edição dessa obra data de 1902 A expressão “a

Já podendo ser percebida em terras paraenses desde o século XVIII, a permanência da varíola foi atribuída ao incessante tráfico de escravos negros realizada pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Seria então o porto, local onde atracavam os navios abarrotados de escravos, a via por onde Belém era infectada<sup>9</sup>, escolhendo como vítimas os negros e a população nativa do lugar. Ainda nesse período, algumas medidas foram tomadas visando impedir a propagação do mal, quais sejam a denúncia obrigatória dos doentes, a remoção e isolamento das vítimas, o asseio das ruas e praças, a remoção do lixo e de animais mortos, disparos de pólvora seca nas ruas mais afetadas, queima de fumo de alcatrão pelas ruas e o uso de perfumes pelas pessoas e nos ambientes das casas<sup>10</sup>, deliberações típicas de casos em que não se conhece a etiologia da doença. Atacando a enfermidade por todas as suas possíveis frentes se contemplavam todas as tendências médicas com o objetivo de impedir a propagação da doença.

Todavia, com o fim do tráfico negreiro, as autoridades sanitárias acabaram tendo que encontrar outro grupo para lançar a culpa pela infecção da cidade que continuava sofrendo com a varíola. Quando em 1878 uma grande estiagem castigava a província do Ceará, um grande número de homens e mulheres migraram para a Amazônia, concentrando-se a maior parte deles na Província do Pará. Muitos foram acometidos pela varíola ainda no trajeto e, os que sobreviveram até a chegada a Belém foram imediatamente conduzidos até as enfermarias da santa casa. Foram então, segundo os médicos, os

---

feiosa varíola” era muito usada pela imprensa da época para caracterizar essa enfermidade que deformava o corpo e o rosto das pessoas acometidas dessa enfermidade.

<sup>9</sup> VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. Belém: UFPA, Col. Amazonas - série Camilo Salgado. 1975, p.63. A primeira edição dessa obra data de 1902. Pp 35 e 36

<sup>10</sup> VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. Belém: UFPA, Col. Amazonas - série Camilo Salgado, 1975. p.63. A primeira edição dessa obra data de 1902.P39

responsáveis por um novo surto epidêmico de varíola que acometeu a capital nos próximos anos.<sup>11</sup>

O ano de 1884 trouxe consigo a maior intensidade de casos da doença até então verificados em terras paraenses. Só os casos contabilizados pelos hospitais e enfermarias pelos hospitais e enfermarias da capital falavam de 587 mortes. Nesse ano o governo provincial se viu obrigado a reativar a enfermaria José Bonifácio, que no passado havia tratado os doentes de varíola mas que já havia sido desativada.

A imprensa chamava a atenção da câmara para que esta se preocupasse mais com o asseio das ruas e praças<sup>12</sup>, além de alertarem diariamente sobre os focos de miasmas e sua devida reparação.

Tão arrasadora quanto a varíola, a febre amarela foi responsável pela perda de muitas vidas humanas. A diferença era que, em vez de negros e nativos em quem a enfermidade causava apenas uma incômoda moléstia, a febre amarela dizimava os imigrantes europeus. Eram eles que morriam diariamente dessa enfermidade.<sup>13</sup>

Da mesma forma que a varíola, essa doença teria adentrado em Belém pelo zona portuária, em alguma das muitas embarcações que ali ancoravam. O culpado dessa vez foi um navio dinamarquês, o *Pollux*, que vinha de Pernambuco, onde a peste grassava sem piedade. Esta embarcação conseguiu burlar a quarentena obrigatória e alguns dias depois a febre amarela alastrou-se pela cidade, acometendo ricos e pobres indistintamente. Corria o ano de 1850.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará* Belém: UFPA, Col. Amazonas - série Camilo Salgado, 1975, p.63. A primeira edição dessa obra data de 1902.P60

<sup>12</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 20/01/1884. P.02

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>14</sup> VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará* Belém: UFPA, Col. Amazonas - série Camilo Salgado. Belém,

Ignorando a lógica do mosquito, que transportava a doença, os sanitaristas, alarmados com a situação, disparavam tiros de canhão nas esquinas e utilizaram o método da sangria como o tratamento possível.<sup>15</sup> Dentre as causas a que os médicos atribuíam para o surgimento da doença despontavam as indigestões, fadigas, desequilíbrio atmosférico, exposição à chuva ou sereno, calor excessivo e má qualidade da água usada pelas pessoas.<sup>16</sup>

Crentes nessas causas, as autoridades públicas procuravam de todas as maneiras preservar o imigrante europeu. Segundo Ritzmann, era recomendado aos

“(...) estrangeiros não aclimatados à região amazônica (...) se precaver das doenças através da não ingestão de alimentos exóticos, da construção de suas moradias em terrenos secos e devastados em torno, para permitir a circulação do ar; cuidar de se proteger do calor nas horas mais quentes do dia. Todos esses cuidados, somados aos comportamentos morais prescritos pelas ‘elites civilizadas’, garantiriam, na opinião médica, a saúde dos que vinham somar na construção da civilização.”<sup>17</sup>

Não havia dúvida de que as campanhas contra a febre amarela tinham como

---

1975, p.63. A primeira edição dessa obra data de 1902.

<sup>15</sup> COSTA, Carlos Alberto Amaral. *Oswaldo Cruz e a Febre Amarela no Pará*. Belém: SECULT. Col. História do Pará. Série Athur Vianna. Pp37 e 41.

<sup>16</sup> SANTOS FILHO, L. C. e NOVAES, J. N. *A Febre Amarela em Campinas. 1889-1900*. Campinas: Ed. UNICAMP. Col. Campesiana. P17.

<sup>17</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. *Belém, Cidade miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História)

objetivo prioritário garantir a vida da mão de obra “morigerada” e “civilizada” e dos proprietários europeus que viviam na província. Só no ano de 1871 a febre amarela já tinha ceifado a vida de um grande número de estrangeiros que viviam na capital, dentre os quais a maioria eram portugueses. Em uma estatística oficial, que contava os anos de 1878 a 1900, não houve um só ano em que a febre amarela não tivesse feito vítimas, sendo os mais alarmantes os de 1897 (340 vítimas fatais), 1898 (222), 1899 (391) e 1900, quando 466 pessoas vieram a falecer. Triste fim de século para a *Belle-Époque*.

Mesmo nos anos em que a doença se apresentou de maneira endêmica, os obituários divulgados nos jornais anunciavam com muita frequência o falecimento de um ou mais estrangeiro, vítima do “vômito preto”, como era chamada pelos jornalistas. No ano de sua maior incidência, 1900, a febre amarela vitimou os integrantes de uma companhia lírica italiana que se encontrava na cidade para mais um “grandioso” espetáculo. Vinte e nove artistas foram acometidos pela febre amarela, os quais vieram a falecer ainda em Belém.<sup>18</sup>

Diante de situações tão alarmantes, os políticos paraenses preocupavam-se com a imagem que a “próspera” capital da borracha acabaria adquirindo em terras do além mar. Uma rede de atendimento de urgência foi montada para socorrer os enfermos, com o rápido atendimento e tratamento das vítimas. Mas o mais importante era prevenir e eliminar os focos de propagação. A cidade deveria urgentemente ser saneada e desodorizada.

## **a) MEDIDAS SANEADORAS**

Na luta contra a varíola e febre amarela, não cansavam os médicos de salientar que

---

– Departamento de história da PUC-SP.

<sup>18</sup> Conf. RITZMANN, Iraci Gallo. *Belém, Cidade miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de história da PUC-SP. P 123.

a saída estava na salubridade das ruas e das casas. Mais do que nunca, implementavam medidas para a contenção das epidemias. As controvérsias entre os próprios médicos sobre a desinfecção ou não dos locais em que se encontravam os doentes acirravam os debates em torno das doenças<sup>19</sup>, porém nem uma medida causou mais rebuliço do que a instituição da vacinação obrigatória.

Procurando atingir um número maior de habitantes, principalmente aqueles que se negavam a procurar os postos de atendimento, foi estabelecida a vacinação de casa em casa nos idos de 1884, tendo à frente o Dr. Antônio Rogério Gouvêa.<sup>20</sup> O embate corpo a corpo com a população, que negava-se a colaborar com os médicos, se transformou em uma fonte constante de dor de cabeça para os sanitaristas. Tanto que, em 1887, o Dr. Augusto Thiago Pinto lembrava da necessidade que tinham de que se procedesse uma campanha na imprensa em favor da vacinação.<sup>21</sup>

Apesar da preocupação das autoridades se voltar tanto para a contenção da varíola quanto da febre amarela, Ritzmann observa que a estrutura hospitalar montada para receber os doentes destas duas enfermidades mostrava uma certa hierarquia.

No período em que os variolosos eram atendidos na barraca negra, os amareletos portugueses foram atendidos em enfermarias montadas com o auxílio financeiro da parcela

---

<sup>19</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. *Belém, Cidade miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de história da PUC-SP. Pp 101-104.

<sup>20</sup> APEPA. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios da Inspeção de Saúde Pública. 1884.

<sup>21</sup> MPEG. Pará, Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior passou a administração da Província para o Sr. Dr. Miguel de Almeida Pernambuco em 06 de maio de 1888. Pará, Typ. do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888.

social abastada(...) localizadas no Hospital São Luiz I, considerado na época o exemplo de um estabelecimento de saúde moderno e equipado com tudo que havia de recurso para o tratamento de doenças”<sup>22</sup>

Pela eleição de suas vítimas, as doenças tiveram tratamentos e atendimentos diferenciados, pautado na escolha dos que deveriam ser salvos com mais urgência.

Sobre a higienização das ruas e das casas cumpre lembrar das inspeções sanitárias que foram empreendidas no ano de 1884, época bastante calamitosa para os habitantes da cidade devido a uma intensa presença da varíola. Nessas visitas, um inspetor de saúde, acompanhado de sua equipe, percorria as ruas, descrevendo em seu relatório as condições higiênicas das vias e das moradias.

O inspetor responsável pelo 3º distrito, em que estava o bairro da Campina, entre os dias 01 e 08 de outubro desse ano, relatava que percorreu as casas da travessa das Gaivotas, rua do Riachuello, rua do general Gurjão e travessa das Mercês.

“À rua do General Gurjão, canto com a travessa das Gaivotas, existe um cortiço de propriedade de um tal Francisco Ilhéu, que foi multado pelo fiscal, visto o estado de imundície em que se acha o dito cortiço.

À rua do Riachuello, canto com a travessa das Mercês, encontrei outro cortiço em idênticas condições, pelo que foi multado o proprietário.

---

<sup>22</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. *Belém, Cidade miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História)

À travessa das Gaivotas, entre as ruas Carlos Gomes e Arlecrim, o calçamento está completamente arruinado e formando um grande rêgo que serve de depósito de lixo para os moradores.

As calhas da travessa das Mercês estão, em quase toda sua extensão, obstruídas pela lama e pelo lixo, convindo que seja limpas o quanto antes.

As visitas feitas por mim nas casas particulares nada tem que se reclamar contra seus moradores, salvo recomendações feitas por mim contra o pouco asseio de algumas latrinas e pequenos depósitos de lama que se encontram em alguns quintais.

A limpeza da cidade parece-me que nada tem ganho com o novo arrematante, pois as principais ruas continuam no mesmo estado, observando-se por quase todas as partes o lixo depositado.

A rua Nova de Sant'Anna, canto da travessa das Mercês, continua a ter nas bocas de lobo grande quantidade de lama pútrida e fedorenta e como estas as do largo das Mercês, ainda hoje por mim verificadas.<sup>23</sup>

Optamos por transcrever essa fonte na íntegra para melhor evidenciar as preocupações das autoridades sanitárias naquele momento. O inspetores de saúde anotavam

o estado das ruas, chegando mesmo a criticar os órgãos responsáveis pelo reparo das vias em más condições. Observa-se que estava em plena ascensão o poder dos higienistas, que chegavam a palpar em assuntos que não eram de sua alçada. A constatação da *cidade doente*, acabava delegando aos médicos - higienistas o poder de mando e desmando sobre a aparência urbana.

Sobre as moradias particulares, o inspetor informava que estavam em boas condições. Não podemos deixar de pensar em como devia se espalhar rapidamente pela vizinhança o assunto de que os inspetores de saúde estavam percorrendo as casas. Certamente o medo de uma multa deve ter levado muitos moradores a “dar uma geral” na casa antes da chegada dos inspetores, só não podendo fazer muita coisa em relação às latrinas e quintais, onde foi percebido um certo “desleixo” dos moradores. Mas certamente não foram essas moradias os alvos principais dessas visitas. Estes apareciam no documento relatados em poucas linhas: os cortiços.

## **b) AS AUTORIDADES CONTRA OS CORTIÇOS.**

Desde 1880, o Código de Posturas Municipais proibia a construção de cortiços no meio urbano, porém quando os médicos intensificaram a propagação das teorias de contágio, aterrorizando a população com o medo dos “miasmas morbíferos”, os moradores dessas habitações tiveram muito mais com que se preocupar do que apenas pleitear a sobrevivência diária. Seria, acreditavam os médicos, nessas precárias habitações que estava a gênese das doenças que grassavam sobre a população da cidade. Um artigo de jornal lembrava em abril de 1885 que “(...) há dois anos, tem-se multiplicado nesta capital essas

---

<sup>25</sup> APEPA. Fundo: Secretaria da presidência da Província. Série: Ofícios da Inspeção de Saúde Pública. 1884

construções sórdidas, a que o vulgo dá o nome de cortiço”<sup>24</sup>.

É necessário lembrar que a população da cidade se encontrava em um acelerado crescimento e a concentração de pessoas nas ruas do bairro da Campina acabou propiciando a construção de moradias coletivas que abrigavam muitas famílias em espaços bem reduzidos. Mais do que nunca as campanhas profiláticas procuravam abrir os olhos das autoridades para o quão perigosas seriam essas habitações. Irritado com a pouca preocupação das autoridades para essa questão, o jornalista alertava que

“Não tem explicação a indiferença da câmara municipal para com estas construções; além de contrárias à higiene, à moral e à edificação regular da cidade, elas se opõem às posturas municipais.”<sup>25</sup>

Sim, o medo das epidemias certamente era presença constante nas primeiras tentativas de erradicação dos cortiços do meio urbano. Todavia, cabe pensar em uma série de fatores que podem ser somados a essa preocupação. O crescimento e concentração da população nas ruas do bairro da Campina fez com que a campanha desodorizante desse as mãos à especulação imobiliária, no intuito de desocupar terrenos que podiam ser vendidos a preços exorbitantes. Os cortiços estavam construídos em áreas muito interessantes, avidamente disputadas pelos comerciantes e pelos abastados da borracha que pretendiam estar próximo dos locais onde a vida “chic” se desenvolvia.

Outra preocupação em relação aos cortiços também já podia ser percebida no artigo

---

<sup>24</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém. 21/ 04/ 1885. P 02

<sup>25</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 21/ 04/ 1885. P 02

acima; além de contrárias à higiene e à paisagem urbana, as habitações coletivas eram também um breve contra a moral. Cientes que estamos dos esforços empreendidos pelos políticos da época para a construção do trabalhador ideal, a luta contra a ociosidade e a positividade do trabalho, tornava-se inadmissível a permanência de um local em que proliferavam os maus hábitos. Um dos argumentos portanto, utilizados para justificar a eliminação dos cortiços era que tais habitações eram

“(...) viveiros de quantos vícios e imoralidades estragam a classe ruim da população desocupada, que formiga atualmente nesta capital”<sup>26</sup>

Seriam, portanto, os cortiços inimigos diretos do progresso, já que “enfejavam” a cidade, abrigavam a “classe ruim”, transmitiam doenças e corrompiam as pessoas física e moralmente, pois a imoralidade grassava nessas moradias como fome em tempos de guerra.

Só nos jornais, podemos enumerar uma grande soma de notícias sobre a existência dos cortiços nas ruas da cidade, tão empenhados que estavam os jornalistas em descobrir e denunciar os “focos de imoralidade”. Destarte, a documentação do governo também debruçava-se sobre esse assunto de maneira bastante recorrente. No relatório de governo de 1891, o secretário de saúde pública pretendia fortalecer seu argumento de que os cortiços eram um campo profícuo para a propagação de doenças, já que suas construções possuíam muitos compartimentos, mal iluminados e muito pouco arejados. A separação do solo era muito precária, feita muitas vezes por um assoalho de madeira gasto e insuficiente para proteger da umidade. Segundo ele

“Efetivamente, os cortiços são a completa negação de todas as

regras de higiene; são o verdadeiro tipo das moradias insalubres”<sup>27</sup>

Ao contrariar “todas as regras de higiene”, os cortiços tornaram-se os inimigos prioritários das autoridades públicas e dos jornalistas empenhado em alcançar o progresso para as terras do norte. Para tanto, uma ligação umbilical foi construída entre vagabundos, ociosos, imorais e moradores de cortiço.

“No cortiço, só mora a dêsmona de porta de taverna e canto de quartéis, e o vadio que se sustenta do furto, e que mal chega a ter 10 mil réis para pagar o quarto em que habita com sua companheira. Está provado que o cupro carbólico e a cai podem sanear por alguns dias esses alcouces, mas a gentália, que como o micróbio mais terrível, aí ficou, cedo recomeça no trabalho de germinação da desordem (...) e o cortiço volta a ser o viveiro de onde sai o gatuno, o assassino e o mandarim para infestar a sociedade.”<sup>28</sup>

Aqui já podemos perceber claramente um desvio; não era mais o cortiço – a construção em si – a fonte da preocupação das autoridades. As lentes dos higienistas

---

<sup>26</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 21/04/1885. P 02

<sup>27</sup> MPEG. Pará, Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior passou a administração da Província para o Sr. Dr. Miguel de Almeida Pernambuco em 06 de maio de 1888. Pará, Typ. do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888

<sup>28</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 15/10/1896. P02

estavam voltadas agora para seus moradores, pois ainda que se eliminasse as construções, os micróbios permaneceriam e germinariam novamente os óvulos da desordem. Eram os moradores as fontes de propagação das enfermidades físicas e morais, num momento em que essas duas idéias tornaram-se indissociáveis.

### 3) OS “MICRÓBIOS” DOS CORTIÇOS”

Em seu relatório da Inspeção de Higiene pública de 1886, o Dr. Pedro A Navegantes, também mostrou-se bastante preocupado com a presença dos cortiços no meio urbano. Era necessário destruí-los, pois os defeitos de sua construção eram “insanáveis”, e nada podia ser feito para remediar suas condições higiênicas. Até aí, nada o diferenciava dos demais sanitaristas do período, preocupados em erradicar os cortiços das ruas da cidade. Todavia, foi apenas no decorrer de sua fala que percebemos algumas notas sobre a necessidade que tinham alguns moradores de recorrer aos cortiços para morar.. Lembrava ele que... “(...) a população da cidade tinha necessidade de encontrar moradia barata, e é por esta causa que a pobreza toda se aloja em cortiços”<sup>29</sup>

Diferindo um pouco dos políticos e sanitaristas do período, o inspetor Pedro Navegantes via a necessidade de se proporcionar moradias de baixo custo para os pobres para que eles não precisassem recorrer às habitações coletivas. Sua proposta era que, através de favores de grandes proprietários de terrenos baldios no meio urbano, fossem construídas moradias populares dentro de condições higiênicas “satisfatórias”.. Para lá seriam remanejadas as famílias que habitavam os cortiços. Estes seriam eliminados sem

---

<sup>29</sup> MPEG. Pará, Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior passou a administração da Província para o Sr. Dr. Miguel de Almeida Pernambuco em 06 de maio de 1888. Pará, Typ. do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888

que os antigos moradores forjassem essas habitações em outros lugares.

Adentrando mais ainda em questões muito importantes, o inspetor Pedro Navegantes ressaltava que

“Não se pode exigir limpeza e asseio dos moradores sem dar-lhes meios de serem asseados e limpos; não é justo querer os fins sem admitir os meios”<sup>30</sup>

Infelizmente, as solicitações do inspetor nunca foram atendidas. O presidente da câmara, o chefe de polícia e o médico responsável pela saúde pública manifestaram-se contrários aos pedidos, respondendo que eram .. “ impossíveis de ser tomadas de pronto, porque exigem votação de lei e crédito necessário.”<sup>31</sup>

Como solução, reafirmavam a necessidade das visitas domiciliares, limpeza das ruas e praças, esgotamento de pântanos e rigoroso cumprimento dos artigos do código de posturas referente ao asseio das habitações.<sup>32</sup> Não havia nem uma inovação sobre as medidas adotadas. O que estava mais reforçado era somente um maior policiamento para com as posturas municipais, e isso significava o acirramento da guerra às habitações coletivas e insalubres. Ritzmann observa que, nas duas últimas décadas do séc. XIX

---

<sup>30</sup> MPEG. Pará, Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior passou a administração da Província para o Sr. Dr. Miguel de Almeida Pernambuco em 06 de maio de 1888. Pará, Typ. do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888

<sup>31</sup> MPEG. Pará, Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior passou a administração da Província para o Sr. Dr. Miguel de Almeida Pernambuco em 06 de maio de 1888. Pará, Typ. do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888

<sup>32</sup> MPEG. Pará, Governo. Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Júnior passou a administração da Província para o Sr. Dr. Miguel de Almeida Pernambuco em 06 de maio de 1888. Pará, Typ.

“(...) a propaganda contra os cortiços tornou-se cada vez mais acirrada e estabeleceu de forma mais direta que pobre morava em barraca e vagabundos e prostitutas moravam em cortiços”<sup>33</sup>

As barracas eram casas de madeira, construídas nas áreas mais periféricas da cidade e, apesar dos espaços reduzidos, eram ocupadas apenas por uma família. Segundo a autora, o objetivo de confinar a pobreza nas barracas demonstrava uma nítida intenção de suburbanizar as camadas populares, pois mesmo os médicos assumiam que as barracas também eram habitações insalubres.

“Motivos outros que não os da saúde pública, levaram os médicos, engenheiros, jornalistas e autoridades públicas a abrirem uma guerra moral e salubre contra os cortiços. A hierarquização entre cortiços e barracas continha um projeto político e urbano de isolamento da pobreza nas áreas mais afastadas do centro da ‘bela cidade’ que se queria construir.”<sup>34</sup>

Definidos os locais que cabiam aos pobres, aqueles que ousassem permanecer nos

---

do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888

<sup>33</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. *Belém, Cidade miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de história da PUC-SP. P 173

<sup>34</sup> RITZMANN, Iraci Gallo. *Belém, Cidade miasmática*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de história da PUC-SP. P 174

cortiços o faziam unicamente porque eram destituídos de padrões de honestidade e de moralidade. Partindo dessa absurda construção mental ligavam umbilicalmente os cortiços, e seus moradores à imoralidade. Tais conclusões inevitavelmente tornaram mais conturbado o cotidiano dos moradores dessas habitações “insalubres”, rotulados à sua revelia como vagabundos, criminosos e prostitutas.

Após toda essa discussão sobre as idéias construídas pelas elites paraenses sobre as condições de moradia e as práticas cotidianas das camadas mais pobres da cidade, é importante que investiguemos como isso se reverteu em atitudes repressivas no dia a dia dessas pessoas. Com esse objetivo, elegemos alguns segmentos que apareciam com bastante frequência nos discursos de uma elite letrada, quais sejam: meretrizes, ébrios e jogadores. Muitos deles se entrelaçavam e podiam ser inseridos em dois ou nos três grupos acima, embora todos estivessem certamente incluídos no suposto universo da ociosidade.

### **a) Meretrizes**

Muito preocupados em sanear a vida dos habitantes da cidade – o que significava submeter a um laudo médico as práticas e comportamentos, públicos e privados - as elites letradas empreenderam uma dura campanha para coagir a presença das meretrizes pobres nas ruas. Certos de que as mulheres que residiam nos cortiços, e demais habitações coletivas, eram prostitutas, e que estas não eram poucas, a guerra contra as habitações coletivas populares e a guerra contra a imoralidade seria também a guerra contra as

prostitutas.

Quando enrolaram as mangas e decretaram o “mãos à obra”, era justamente porque muito havia a ser feito, pois entre os anos de 1880 e 1900 a presença de prostitutas em algumas ruas da cidade era realmente maior do que em outros períodos.<sup>35</sup> Tanto nos jornais quanto em obras literárias que retratavam a vida nas ruas, essa era uma situação que podia ser facilmente observada . Todavia, seríamos levianos ao afirmar que a presença de meretrizes podia ser percebida igualmente por toda a cidade; foi principalmente nas ruas do bairro da Campina que as fontes nos revelavam a presença dessas mulheres. Foi na rua da Trindade que Marques de Carvalho , em seu romance, localizou a casa de uma disputada prostituta.<sup>36</sup>

Concentrando-se principalmente na rua das Gaivotas, mais tarde Primeiro de Março, as meretrizes podiam ser encontradas também nas ruas Riachuelo, das Flores, e nas travessas do Passinho e das Mercês. Não é difícil entender o porque dessa localização, já que, além de ser o lugar de maior concentração populacional daqueles anos, era também o espaço por onde circulava a maior parte do dinheiro advindo do lucrativo comércio da borracha, em bancos ou firmas onde ocorriam as transações.

O porto, a rua dos mercadores e o mercado do Ver-o-Peso também podiam ser incluídos nessa “exposição de motivos”, já que, ao aportar na cidade para passear, negociar ou estabelecer moradia, o faziam principalmente por aquelas imediações. Por ali, muitos hotéis, pensões e casas de cômodos podiam oferecer moradia com preços bastante variados. Era no mercado do Ver-o-Peso, ladeado ao porto, que ancoravam as embarcações do

---

<sup>35</sup> Essa afirmação diz respeito ao aumento da população, urbanização das ruas centrais e abertura de muitos espaços voltados para a prostituição durante esse período.

<sup>36</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de

interior da província, repletas de frutas, verduras e pequenos artigos domésticos que eram postos a venda para a população. Os embarcações ficavam ancorados uma duas ou mais noites, havendo sempre algum disposto a passear pelas quentes noites da cidade, em busca de um efêmero encontro ou de “bate papos” despreziosos com os noctívagos da Campina.

Era exatamente nas ruas da Campina que se encontrava o maior número de tabernas, bordéis e botequins da cidade. A publicidade desses locais estava garantida pela imprensa, não necessariamente com palavras gentis sobre suas acomodações ou seus frequentadores. Brigas, ferimentos, desordens ou comportamentos imorais eram sempre identificados com esses estabelecimentos pelos jornalistas, o que sugere que a concentração de “boêmios” por aquelas imediações não era insignificante.

“Quando não estão pelas ruas, dando mostras despudoradas de suas vergonhas, são os botequins e bordéis que pululam aos montes pelas redondezas da Praça Pedro II e Largo da Pólvora, o teatro de seus torpes comportamentos”<sup>37</sup>

Ao que nos parece, essa situação não era uma invenção daqueles anos, pelo menos no que diz respeito à presença de prostitutas pelas ruas. No passado, outras mulheres públicas já haviam gasto seus sapatos em esperançosos “trottoirs” por aquelas ruas, provavelmente com menos atenção voltada para elas do que suas sucessoras. Certamente, essa estrondosa preocupação para com as “perigosas” meretrizes também tem a sua

---

Cultura do Estado. Lendo o Pará, 1989.

<sup>37</sup> O DEMOCRATA. Belém, 15/09/1890. P02

história.

Em tempos em que era cada vez mais necessário convencer a população dos valores do trabalho e em que as campanhas médico-saneadoras pretendiam desodorizar e tornar salubres as ruas e as pessoas, as prostitutas representavam uma ameaça em potencial. Magali Engel nos dá uma idéia sobre as formas como foram percebidas as meretrizes nas últimas décadas do século XIX.

“Estritamente vinculada às idéias de *prazer excessivo e não reprodução*, a prostituição é inserida pelo médico no espaço da sexualidade pervertida. Deste modo, a prostituta é classificada – ao lado do libertino, do pederasta, do onanista, do sodomita, da lésbica e da ninfomaniaca – entre os tipos que apresentam um comportamento sexual desviante, segundo os critérios médicos de avaliação. A noção de desvio, utilizada na elaboração desta patologia, traz explícita a percepção da sexualidade doente como uma distorção da natureza e, assim, a perversão sexual, qualificada de antifísica e antinatural, é identificada como doença do organismo.”<sup>38</sup>

A definição de que o corpo da prostituta era um organismo doente, em uma época em que a medicina pretendia eliminar todo e qualquer foco de contágio, lançou essas mulheres ao topo da lista dos inimigos públicos das autoridades belemitas. Médicos e

---

<sup>38</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. P 72

autoridades policiais, em nome do binômio saúde/moral empenharam-se na tarefa de coibir as ações das meretrizes nas ruas da cidade.

Casando com as definições médicas de que os cortiços eram fontes de propagação de doenças e que as habitação coletivas eram ocupadas unicamente por vagabundos e prostitutas, um jornal publicou o seguinte artigo, endereçado ao Chefe de Segurança Pública.

“É um escândalo ver-se todos os dias e noites, um grupo de mulheres sem ocupação, usando de linguagem condenada pela civilização postar-se na esquina da estrada de São José e rua do Arcipreste Manoel Theodoro. A nada respeitam e as pessoas que por ali passam são desacatadas; o insulto impera ali.

Confiamos que o Chefe de Segurança providenciará no sentido de eliminar com aquele centro de imoralidade em tempo. Essas meretrizes moram em cortiços que existem naquelas imediações.”<sup>39</sup>

Seus ajuntamentos eram considerados focos de imoralidade e a proximidade dessa região com os cortiços levava a supor que se eram meretrizes e desordeiras, não havia outra residência para elas que não fosse os “terríveis” cortiços.

Por outro lado, as meretrizes também eram pintadas como as fiéis representantes do crime e da ociosidade. Não apenas afastavam o homem do trabalho honesto como também

o induziam à criminalidade. Bastante preocupado com o aumento da criminalidade na capital paraense, o secretário de segurança pública de Belém, em 1897, sugere que o grande número de cearenses existente na cidade contribuía generosamente para essa situação.

“Isso é demonstrado pelo mapa demonstrativo da criminalidade no Pará. A população cearense não corresponde ao terço da população paraense, entretanto ocupa o segundo lugar na escala de criminalidade. Pela estatística que apresento, aliás incompleta, vê-se que o cearense é mais propenso aos atentados contra as pessoas”

Com um grande número de cearenses nas ruas, um verdadeiro temor estava instaurado nas autoridades públicas. Isso se reverteu em um ostensivo policiamento das ruas numa tentativa profilática de conter a criminalidade. Como a cidade crescia e consolidava sua urbanização sob os auspícios da borracha., Belém pareceu ao secretário de Segurança pública uma cidade que crescia e se tornava palco privilegiado para a ação de pessoas “mal intencionadas”.

“ A Capital do Estado como já tive ocasião de notar, é a que apresenta o maior número de criminosos. A razão deste anômalo crescimento da criminalidade, concomitante com o desenvolvimento mental e industrial dos centros populosos, está no contato mais imediato de indivíduos de índole e

---

<sup>39</sup> O DEMOCRATA. Belém, 17/08/1894, P 02

costumes diversos que (...) mais áspero o conflito vital na reunião dos ociosos que (...) vem procurar fortuna sem trabalho, na prostituição, no jogo, no alcoolismo e em todas essas profissões industriais e modos de vida suspeitos que constituem a fronteira do crime.”

Já verificamos no capítulo anterior a diversidade social e cultural que podia ser observada nas ruas da Campina. Aqui percebemos o medo que essa “mistura” de índoles e costumes causava nas autoridades, principalmente porque as cearenses eram um número bastante significativo entre as suspeitas mulheres da Campina. Como acreditavam os intelectuais do período que o homem era extremamente influenciado pelo meio, os habitantes da cidade correriam grande risco de ser contaminados por um meio viciado que uma populosa capital inevitavelmente gerava. A ociosidade desfilava pela cidade, com as pernas de ébrios, jogadores e meretrizes, ameaçando contaminar sua população com os vícios de uma vida “desregrada”.

Podemos depreender daí os dois principais motivos que levaram à perseguição das práticas das meretrizes pelas ruas. Não apenas ameaçavam a saúde da população como também atentavam contra o mundo positivo da ordem e do trabalho. Ameaçavam contaminar a população com as doenças físicas e com a latente ociosidade/criminalidade que suas vidas esboçavam.

A preocupação com as práticas das meretrizes pode ser facilmente percebida quando recorremos aos jornais da capital entre 1880 e 1900, quando marchavam a passos largos, as idéias de progresso e salubridade. Quase que diariamente, os jornalistas falavam em suas notícias de mulheres que haviam sido presas por “ofensas à moral pública” ou que

coíbiavam os vizinhos de sair às janelas, com suas atitudes “imorais”. Em alguns casos chegavam mesmo a funcionar como informantes da polícia, chamando a atenção desta para a localização de meretrizes desordeiras ou de alguma cafetina. Todavia, diferente do seu significado para os leitores daqueles anos fatídicos, essas crônicas e artigos acabaram trazendo valiosas informações para nossa pesquisa, tanto sobre as práticas dessas mulheres quanto sobre os mecanismos de repressão a seus comportamentos, implementados no cotidiano das ruas.

No dia 12 de setembro de 1882, uma reclamação sobre um quarto habitado por três mulheres, supostamente meretrizes, foi divulgado em um jornal. O título, bastante esclarecedor do conteúdo do texto era *Escândalo*

“Pessoa fidedigna nos informou que na travessa Sete de Setembro, quase ao sair do Largo do Quartel, existe um quarto habitado por 3 mulheres públicas que passam a vida a escandalizar os vizinhos e os transeuntes”

É importante observar que a reclamação da pessoa *fidedigna* atentava para a moradia das três mulheres. Mesmo na vida privada, seus comportamentos estavam submetidos à vigilância dos vizinhos, da imprensa e das autoridades públicas, acionadas por notas como essa

“Dia e noite levam no seu ponto de *honra* e de tal sorte que as famílias estão impossibilitadas de sair às janelas a qualquer hora. À noite reúnem-se os *D. Juans* e então o escândalo sobe

ao apogeu. Os palavrões aumentam e as ações começam mesmo em público”<sup>40</sup>

As frágeis janelas, que separavam a casa e a rua, causavam medo nos incomodados. Pondo de (des) honra para as meretrizes e de vergonha para os recatados vizinhos, era a partir das janelas de suas próprias moradias que as tentativas de controle dos comportamentos das meretrizes tinha início.

Aliás, para essas mulheres, morar se transformou em um problema recorrente. Além das campanhas que pretendiam erradicar os cortiços, multar e sanear as casas de cômodos, havia também a intolerância de alguns moradores. Foi graças às reclamações dos vizinhos que o Chefe de Segurança Pública mandou despejar a casa de número 70... “(...) ocupada por mulheres de vida alegre, que ofendem a moral com linguagem indecente”<sup>41</sup>

Da mesma forma, a maranhense Joana Maia , *mulher de vida airada*, teve seu quarto apedrejado por mais de uma semana, motivo pelo qual recorreu à polícia.<sup>42</sup> Não podemos deixar de lembrar também, dos casos de Luiza Farias, Maria Bernadete e Ambrosia Freire, que também tiveram suas casas apedrejadas pelos vizinhos, sendo inclusive a primeira atingida na cabeça e ido parar na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia<sup>43</sup>

As razões que levavam os vizinhos a atitudes tão extremadas certamente são demasiado vastas. Entretanto, é bom não perder de vista que os jornais, ao denunciar as

<sup>40</sup> O DEMOCRATA. Belém, 16/04/1892. P 01

<sup>41</sup> FOLHA DO NORTE. Belém 04/01/1900 P.01

<sup>42</sup> O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 15/08/82. P 02

<sup>43</sup> Essas notícias foram colhidas respectivamente nos jornais: Diário de Notícias. Belém 18/09/83, P02, A REPÚBLICA. Belém, 18/05/91, P02 e A VOZ DO CAIXEIRO. Belém, 26/02/1884, P 01

meretrizes e satirizar suas mazelas acabavam forjando uma oposição direta entre os moralmente sadios e os desregrados; entre o trabalhador e o ocioso/criminoso, categoria em que enquadravam as meretrizes.

“Ali na rua do Riachuello, há sempre um saragaço promovido pelas lingas de rosas desfolhadas que moram lá. Anteontem espocou um bem no canto da travessa do Passinho. Ah se a polícia soubesse.”<sup>44</sup>

As notícias terminavam sempre com as chamadas de atenção das autoridades para que houvesse um melhor policiamento das ruas.

“As horizontais domiciliadas na travessa Primeiro de Março, estiveram anteontem, à noite, a reclamar enérgica repressão por parte da polícia, se esta não fosse o que é”

Segundo esse jornalista, as meretrizes acima eram mais perigosas, pois na tentativa de atrair “amantes”

“Assaltavam os transeuntes, tirando-lhes os chapéus, que levavam para o interior dos cubículos; os boleiros e condutores de bonde, quando passavam por ali os veículos,

---

<sup>44</sup> A REPÚBLICA. Belém, 10/07/1891. P 01

atiravam pilhérias e gracejos obscenos”<sup>45</sup>

Além de apresentar comportamentos considerados imorais, as meretrizes pobres, utilizando estratégias para atrair cortejadores, arrastavam para suas moradias *insalubres* e *pecaminosas* os homens que as elites pretendiam ter como disciplinados trabalhadores. Mesmo de dentro dos bondes, onde estavam entregues a uma atividade laboriosa, os condutores flertavam com alegres “pilhérias”, logicamente atraídos pelo encanto das animadas meretrizes da Campina.

Não havia, portanto, dúvida para as autoridades de que era preciso moldar em esquemas disciplinares o comportamento das prostitutas, já que não se podia erradicar a prostituição. Com o objetivo de remover a principal causa de “desordens”, de que era constantemente teatro a capital, visando também “estabelecer efetivamente as normas necessárias para o respeito e moralidade pública”, o chefe de polícia José Segundino Lopes Gomensato enviou no dia 07 de junho de 1890 uma circular para todos os delegados e demais autoridades sob seu comando, para que cumprissem as seguintes determinações:

- a) As habitações das mulheres que reconhecidamente forem de vida livre deverão ser registradas em livros especiais desta secretaria, com declaração do respectivo nome.
- b) Fica expressamente proibido que as mulheres de que falo acima se coloquem fora de suas casas ou estejam nas janelas sem a precisa deferência nos modos e vestuários.
- c) Fica do mesmo modo proibido que nas portas ou janelas de

---

<sup>45</sup> FOLHA DO NORTE. Belém, 25/01/1900. P 01

suas casas se agrupem pessoas sob pretexto algum ou travarem contenda de qualquer natureza.

d) As janelas ou rótulas quando abertas deverão ser munidas de cortinas que impossibilite que seja devassado o interior das mesmas habitações.

As medidas restritivas acima contemplavam em todos os aspectos os repetitivos alertas dos jornalistas, que sempre se referiam aos ajuntamentos organizados dia e noite na porta das meretrizes, conflitos entre seus cortejadores, entre elas próprias ou entre eles e elas. Queixavam-se também dos trajés indecentes com que se mostravam ao público ou das visões imorais que o interior de suas moradias proporcionava a “desavisados” transeuntes. De maneira bastante abrangente, o Estado impunha às meretrizes normas de comportamento que tornariam suportável sua existência em algumas ruas.

Outras personagens envolvidas no mundo da prostituição também causaram dor-de-cabeça às autoridades paraenses, merecendo também a atenção dos jornalistas. Os cáftens e cafetinas também eram apontados como figuras pervertidas, componentes de um suposto mundo da desordem. Em termos de periculosidade, seriam até mesmo mais perigosos que as próprias meretrizes.

O Código Penal de 1890, título VIII, relativo aos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor, prescrevia em seu capítulo III que

“(…) excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém, para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de

outrem, prisão celular por um ou dois anos. Também era crime induzir mulheres, que abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo por intimidação ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição”.

Não havia, como ainda hoje não há no Brasil, uma lei que proíba a prostituição em si. Esta era atacada pelas suas margens. À medida que se reprimia seus comportamentos, se multava os donos dos bordéis e se coibia a ação de cáftens e cafetinas, seria ponto para o Estado.

As maneiras como foram descritos nos artigos jornalísticos são exemplos bastantes contundentes do “perigo” que esses homens e mulheres causavam à sociedade. Em 1881, o cáften popularmente conhecido por Vai-e-volta, foi denunciado à polícia. Este era o proprietário de algumas escravas que forçava à prostituição. O jornalista que escreveu a matéria e alguns “homens ilustres” reivindicavam que lhes fossem tomadas as escravas e que a elas fosse dada a liberdade.

“Em nome da lei e da justiça, solicitamos do honrado Sr. Dr. Juiz de Direito dos Órphãos sua atenção para essa demora, da qual se decorre prejuízo dos interesses das escravas, não menos se origina uma certa desconfiança dos nossos tribunais.”<sup>46</sup>

Pelas posturas políticas adotadas pelo jornal que divulgou esta notícia, certamente o

jornalista não era um abolicionista. O “curioso” é que, nesse caso, mais importava a punição do cáften, ainda que para isso algumas mulheres escravas viessem a ganhar a liberdade. Se o final da escravidão já podia ser previsto sem a ajuda de uma cartomante pelos “poderosos” da cidade, era necessário que a nova sociedade não herdasse os “maus costumes” como os do cáften em questão. Com o fim da escravidão, como já foi dito, a sociedade precisaria de trabalhadores, logo urgia expurgar das ruas influências perniciosas.

Tão associadas à insalubridade quanto às meretrizes, as cafetinas eram frequentes alvos de denúncia nos jornais. Desodorizar a cidade significava também coibir as ações dessas mulheres, construtoras da “cidade doente”.

“Na rua das Gaivotas, paira uma doença grave. Na casa de número 32 vive a paulista Maria da Anunciação, conhecida cafetina, que vive a captar mulheres para esse vício imundo que é a prostituição. Pedimos que a policia de movimento no sentido de remover das ruas esse câncer, que aos poucos vai apodrecendo a sociedade”<sup>47</sup>

Percebida como um organismo lógico, a sociedade positiva daqueles anos pretendia livrar-se de qualquer mal que ameaçasse desestruturá-la. Foi, então, a cafetina tomada como uma doença, um câncer capaz de corroer as entranhas da sociedade e, o que era mais temível, propagar-se gradativamente. Médicos e autoridades policiais deveriam interceder, sendo que os primeiros diagnosticariam

---

<sup>46</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 10/09/1881. P 02

<sup>47</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 15/03/1887. P 02

Maria da Anunciação como um ser doente e insalubre, e a polícia seria o bisturi que auxiliaria na extirpação dessa enfermidade das ruas.

Alguns rostos femininos da imigração, ao chegarem na cidade, por algum motivo voltaram-se para o comércio do prazer. Certamente suas vidas não foram fáceis, pois não lhe davam sossego os olhares perscrutadores dos saneadores, dos jornalistas e da polícia.

O subprefeito da Trindade, tendo tomado conhecimento de que a hebraica Fortunata residente a rua do Riachuello é cafetina, mandou-a vir a sua presença e procede a inquéritos a fim de averiguar-se da veracidade desse fato<sup>48</sup>

Uma outra “hebraica” também foi denunciada à polícia alguns anos mais tarde. Esta era moradora a travessa Primeiro de Março, entre as ruas Paes de Carvalho e Vinte e Oito de Setembro, “(...) que submersa na podridão do vício, exerce a profissão de cafetina”<sup>49</sup>. A posição em que ela se encontrava - *submersa na podridão do vício* - indica a associação feita entre o vício e a prostituição. Caracterizava-se como a negação ao trabalho, pois nos indivíduos em que não proliferavam as virtudes, que só o trabalho honesto poderia proporcionar, grassariam inevitavelmente os vícios.<sup>50</sup>

Para quem vinha de outras províncias, inserir-se no universo da prostituição que acontecia nas ruas da Campina, os jornalistas permaneciam de olhos bem abertos.

---

<sup>48</sup> A REPÚBLICA. Belém, 09/04/1892. P 02

<sup>49</sup> FOLHA DO NORTE. Belém, 15/01/1900. P 02

<sup>50</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das

“Chegou a acha-se entre nós, vindo do sul, o ilustre cáften Alfredo de tal, cujas proezas no Rio, Bahia, etc., torna-o um alvo das respectivas polícias, que de lá o puseram a trote.”<sup>51</sup>

Tanto quanto nas províncias do sul as elites paraenses pretendiam dar caça ao ócio/insalubridade/imoralidade, o que fazia com que os sentidos se aguçassem e percebessem a presença de um “corpo nocivo”. Alfredo e outros tantos cáftens e cafetinas desse período, certamente não foram os precursores desta prática em terras paraoaras. Todavia, em um momento em que os “homens bons” esforçavam-se em repensar os comportamentos socialmente aceitos e instituir uma nova ética do trabalho, para todo aquele que não pretendesse enquadrar-se no ordenado “mundo do trabalho”, viver se tornou bastante perigoso. Viver era mais do que nunca um problema para as meretrizes, cáftens e cafetinas de Belém, mas não apenas para eles...

## b) ÉBRIOS

No capítulo XIII do Código de Posturas Municipais - *Providências sobre loucos, bêbedos e feras em jaulas* – art. 90, ficava estipulado que qualquer pessoa que fosse encontrada vagando embriagada pelas ruas da cidade seria detida nas estações policiais, até que ficasse sóbrio. Passada a embriaguez, teria que pagar a multa de 5 mil réis. Sem dúvida é preciso contextualizar essa resolução para poder entendê-la.

Quando traçaram as características do homem sadio e honesto, apto a conduzir as

terras do norte ao progresso e à civilização, os abastados tomaram o trabalho como o fio condutor de suas conjecturas. Era ele, em única instância, a linha de fronteira entre uma vida honesta e plena de virtudes e outra desregrada e tomada por vícios.

“Todo aquele que ama sua família, sua casa e seu trabalho, engata aos poucos a alavanca que lançará nossa província ao progresso. Pelo contrário, aquele que vive das pândegas, do vinho e da cachaça, somente impede que possamos um dia nos dizer tão civilizados quanto as terras cultas que nos servem de modelo. Para mim, a vergonha é ver essa horda de homens e mulheres embriagados pelas ruas, a qualquer hora do dia. Mas o maior ressentimento é contra a polícia, que cruza os braços e deixa que o vício circule e se alastre impunemente pelas ruas desta triste capital.”<sup>52</sup>

A embriaguez era pensada pelos jornalistas, juristas, médicos e políticos como um dos entraves ao progresso. O ébrio atentaria contra a família, a propriedade, a salubridade e conseqüentemente a civilização pois ao conservar-se ébrio, não poderia dedicar-se a uma atividade laboriosa. Em sua preocupação, o jornalista acaba nos dando idéia do quanto era grande o número de pessoas embriagadas pelas ruas . Ora, para aqueles que haviam enriquecido com a borracha e que pretendiam experimentar uma vida “civilizada”, fez-se necessário empreender uma verdadeira cruzada contra o vinho e a cachaça, fosse através da

---

<sup>51</sup> FOLHA DO NORTE. Belém, 11/04/1900. P 02

<sup>52</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 21/02/1880. p 02

imprensa, fosse através da ação policial. Aliás, o desempenho da polícia chegava a receber críticas da imprensa por não estar agindo de forma a eliminar completamente a sua presença pelas ruas.

Com as prescrições do Código de Posturas Municipais e as “chamadas de tenção” da imprensa, a temporada de caça aos ébrios estava iniciada. Quase que diariamente os jornais passaram a comentar uma ou mais prisões de homens e mulheres embriagados pelas ruas da cidade. Descritas de formas satíricas ou aterrorizantes, tais notícias pretendiam criar uma oposição entre os ébrios e as pessoas moralmente direitas. Vejamos dois exemplos.

“Quem não conhece o Pedro Tomas? Vive nas tabernas com a cara avermelhada. Mas não era de vergonha, pois isso ele não tem. É a cachaça sua companheira inseparável, amiga de todas as horas, que só o abandona quando a polícia o conduz a seu lugar de honra. Alguém sabe onde? À cadeia respondemos uníssonos.”<sup>53</sup>

Outro caso...

“Para todos que prezam pelo bem das suas famílias, uma importante luta têm pela frente. É preciso eliminar das ruas esses seres vergonhosos que só podem servir de mau exemplo para nossos filhos e de mal estar para nossas distintas senhoras que precisem sair às ruas. Em estado de total

embriaguez, muitos homens e mulheres andam pelas ruas, ofendendo os ouvidos da humanidade com suas palavras imundas e trajas já tão curtidos que chegam mesmo a mostrar suas vergonhas. Se queremos continuar a ter, no futuro, famílias honradas e sadias, é melhor que as autoridades públicas hajam rapidamente no sentido de arrancar das ruas e dar corretivo a essas pessoas, se é que assim podemos classificá-las.”<sup>54</sup>

Tanto em seu lado irônico quanto no aterrorizante, as notícias que comentavam as ações de pessoas embriagadas tinham como objetivo principal eliminar essas pessoas das ruas, pois os “amigos da cachaça” ameaçavam corroer as bases de uma sociedade sadia e difundir o vício pela cidade. A caça ao ébrio esteve portanto pautada na ânsia por uma sociedade ordenada e progressista.

A ação da polícia se mostrava cada vez mais efetiva diante das críticas e denúncias feitas pelos jornalistas. Somente no mês de dezembro de 1880, as multas relativas à prisão por embriaguez chegaram a 25 contos de réis, um número bastante elevado quando sabemos que a multa por pessoa era de 5 mil réis. O dinheiro arrecadado pelo comandante geral da guarda urbana foi - ou pelo menos é o que nos informaram - conduzido à Câmara Municipal.<sup>55</sup>

A caça ao ébrio relacionava-se com a saúde do corpo e, por conseguinte, da

---

<sup>53</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 23/06/1882. P 02

<sup>54</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 12/08/1884. P 02

<sup>55</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 03/01/1882. P 02

sociedade.

“Diz-nos o Dr. Alcântara que o álcool é responsável pela degeneração do organismo de muitos indivíduos. Se a medicina atesta, porque não age a polícia no sentido de dar caça aos ébrios que empestam as ruas desta cidade”<sup>56</sup>

Ávidos por extirpar das ruas essa “doença”, os médicos apoiavam-se na opiniões de cientistas que afirmavam que o álcool era capaz de corroer o organismo humano e social. No entanto, a polícia se mostrava incapaz de eliminar essas pessoas das ruas, pois apesar das muitas prisões que a todos os dias eram divulgadas nos jornais, as denúncias dos jornalistas continuavam a suceder-se. Essa constatação pode ser de grande importância para nós; todavia, não cabe neste momento discutir o porque perseveravam nas ruas os “amigos da cachaça”, que é assunto para o próximo capítulo

A caça aos “bebuns” de Belém, inevitavelmente conduziu a um maior policiamento das tabernas e botequins, onde se reuniam as pessoas que consumiam o vinho e a cachaça. No dia 16 de abril de 1882, os habitantes da capital paraoara leram uma instigante notícia. O chefe de Polícia, “(...) em atenção às constantes reclamações da imprensa”, ordenou aos subdelegados que dessem caça aos ajuntamentos nas esquinas e tabernas. Para demonstrar a importância dessa medida, o jornalista nos conta um pequeno “causo”.

“(...) Como sabe passo duas vezes por dia no bond da casa  
Carvalhaes para a minha, e vice versa, e ainda não tive

ocasião de passar pela travessa das Mirandas ou Quinze de Agosto, que não visse uma taberna, ou fora dela, um ajuntamento de sujeitos ociosos, ajuntamento que suponho ser permanente.”<sup>57</sup>

Permanecendo lotadas, as tabernas eram os espaços privilegiados dos ébrios. Estes eram deliberadamente mostrados como sujeitos ociosos, cujo ajuntamento causava incômodos no jornalista . Tornando-se indissociáveis essas duas imagens – álcool e ócio - a caça à ociosidade se converteu também na caça ao ébrio.

“Há ocasião em que os vagabundos estão repimando em cadeiras, entretidos em animada e imoral palestra, da qual somam ativa parte a s mulheres de má vida.”<sup>58</sup>

A imagem descrita pelo jornalista pretendia instituir uma profunda antipatia entre os habitantes da capital que viviam “regradamente” e os frequentadores das tabernas e botequins. Os homens eram bêbados e vagabundos e as mulheres que estavam nesses locais eram prostitutas.

Nas páginas do romance de Marques de Carvalho, uma taberna supostamente situada na estrada de Nazaré, canto com a praça Pedro II, foi descrita com curiosa minúcia. Ali, onde “vozes de homens e clarões de candeeiros saíam a jorro para o sossego da

---

<sup>56</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém. 15/02/1881. P 02

<sup>57</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 16/04/1882. P 03

<sup>58</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 16/04/1882. P 03

praça”, entrou o mulato Lourenço, irmão/amante de Hortência.

“Era uma pequena sala térrea, circundada de tosca armação branca, tosca, mal provida de víveres. Só um caixeirinho, português de tipo, servia cachaça a uma preta hedionda, sonolenta e seminua. Mas via-se logo, por entre as aberturas do enxovalhado reposteiro de paninho, estendido a uma porta de comunicação aberta para o interior do pavimento térreo, uma larga varanda, bem provida de luzes, cheia de mesas e duros bancos de acapú, em redor dos quais muitos homens disseminavam-se profusamente no aconchego das grandes discussões.”<sup>59</sup>

Descritas como ambientes insalubres, as tabernas eram também povoadas por excluídos sociais como a “preta hedionda” que era servida pelo caixeiro. Além dela, as tabernas eram frequentadas por

“(…) pretos e mulatos vadios, que reuniam-se a noite, naquele antro com pretensões a botequim, para não ser importunados pela polícia. Ali circulava até uma hora muito adiantada a hedionda rival do absinto e do conhaque(…) a ordinária cachaça, derrancadora dos mais sólidos estômagos e dos mais

---

<sup>59</sup> CARVALHO, Marques. *Hortência* Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura do Estado. Lendo o Pará, 1989. P 146

fortes espíritos.”<sup>60</sup>

As palavras do literato evidenciam a divisão classista que envolvia os boêmios da cidade. Eram os “pretos e mulatos vadios” que compunham a grande maioria da população da cidade. Eram eles também os frequentadores das “sujas” tabernas onde a cachaça – a mais acessível das bebidas alcóolicas – era consumida até altas horas, escondido da polícia, é claro. Para quem frequentava o salão do Grande Hotel ou os refinados Cafés que começavam a ocupar os arredores do Largo da Pólvora, o absinto e o conhaque eram uma boa pedida. Poderiam beber tranquilamente sem o medo de que a polícia invadisse o estabelecimento e acabasse com a festa.

Como não poderia deixar de ser, o literato lembrava ainda de como a cachaça levava à degeneração do corpo e do espírito, opinião muito corrente entre os médicos e jornalistas contemporâneos. Ainda que a taberna descrita pelo literato seja fictícia, sua descrição desse espaço nos ajuda a perceber as maneiras como os intelectuais do período pensavam os espaços de lazer dos homens e mulheres pobres de Belém. Na sequência, o autor lembra que

“E não raro a polícia devia se apresentar – com a aproximação da madrugada – para interromper distúrbios e terminar sanguinolentas rixas.”<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> CARVALHO, Marques. *Hortência* Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura do Estado. Lendo o Pará. 1989. P 147

<sup>61</sup> CARVALHO, Marques. *Hortência* Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de

Não devia ser segredo para muitos moradores da cidade que aqueles anos foram de muita caça aos ébrios, nas ruas tabernas e botequins. Os jornais alardeavam isso cotidianamente. Contudo, para justificar a invasão de tais estabelecimentos pela polícia, e as eventuais prisões os jornalistas sempre acentuavam a ameaça social que os frequentadores desses lugares representavam. Enquanto o literato falava de rixas e distúrbios para contar sua história, os jornalistas divertiam-se com palavras parecidas.

“Foi anteontem ferido no braço o espanhol Alphonsus de tal, residente no Largo da Trindade. O autor do ferimento, segundo nos consta, foi um homem bastante embriagado que vinha de algum botequim que existe por aquelas imediações.”<sup>62</sup>

Em outro caso..

“Antônio Abrantes, ao regressar para o quartel, foi atacado por um grupo de tapuios dominados pela cachaça. Felizmente uma patrulha apareceu para conter o furor destes amigos da desordem, conduzindo-os para a cadeia.”<sup>63</sup>

As atitudes violentas, ataques a transeuntes e desrespeito à moral pública foram

---

Cultura do Estado. Lendo o Pará. 1989. P 147

<sup>62</sup> O DEMOCRATA. Belém, 01/10/1889. P 02

<sup>63</sup> O DEMOCRATA. Belém, 15/03/1890. P 02

intimamente associados à figura dos frequentadores das tabernas e botequins populares. Além de vadios e vagabundos, foram também descritos como pessoas de alta periculosidade.

Em muitos casos, os presos por embriaguez foram também indiciados por ofensas à moral pública, motivo pelo qual muitas mulheres foram ter com os delegados de polícia do período. Ao resolverem suas questões afetivas em espaços públicos, algumas em estado de embriaguez, elas tornaram-se alvo dos diversos comentários de jornalistas que mantinham a população e a polícia informadas sobre o cotidiano das ruas.

“A conhecida vagabunda Amélia, por nome bicuda, fez rolo com outra ilustre rainha das tabernas, esta de nome Iemanjaraci. Com cachaça até as ventas, as duas galinhas, digo, senhoras, engalfinharam-se como se estivessem em uma arena, ficando ao fim com poucos pedaços de tecidos a cobrir sua hedionda nudez. O motivo da rixa era um outro vagabundo que vive a mamar pelos alcouces imundos que se multiplicam pelas ruas da cidade. Felizmente a polícia chegou para participar da festa e as conduziu, junto com o motivo da briga para bem longe das ruas.”<sup>64</sup>

Muitas outras passagens jornalísticas tentavam construir uma certa familiaridade entre a polícia, os habitantes da cidade e alguns personagens das ruas. Acompanhados sempre de frases como “a conhecida vagabunda/ desordeira” ou “a velha amiga da

desordem”, esse conhecimento público contribuía para que se multiplicassem as mazelas do seu cotidiano. As mulheres que despontavam nestas notícias certamente teriam uma enorme dificuldades em empregar-se em ocupações domésticas em casas de família, além de se tornarem motivos de comentários entre os vizinhos e os próprios parentes.

Entre os eruditos médicos que empenhavam-se em tratar e diagnosticar as enfermidades que assolavam a população, as idéias correntes de que as doenças proliferavam devido a uma profusão de “causas correspondentes”, não tardariam a chegar até o consumo da cachaça. Se o mal real de doenças como a varíola e a febre amarela era ainda desconhecido, os “germens” existiam aos montes e estes sim eram conhecidos. Haveria uma latente cumplicidade entre o terreno orgânico e o moral. Assim, as visitas constantes a locais “suspeitos” e as fadigas noturnas tornariam as pessoas fariam destas pessoas alvos frágeis para serem acometidos pelas enfermidades.<sup>65</sup>

A associação entre o botequim e as enfermidades certamente contribuiu para que se efetivasse a caça aos ébrios das ruas. Os frequentadores, ao servirem de péssimos exemplos, deveriam ser caçados e punidos. Ao Estado cabia portanto reeducar seus comportamentos e regenerá-los do vício que corroía seus corpos e seus espíritos.

### **C ) JOGADORES**

Jogar cartas ou roleta não era uma atividade muito segura para alguns moradores naqueles anos. Os “errantes” que insistiam em divertir-se dessa forma acabaram se chocando com as duras críticas da imprensa, além de vez ou outra terem ido para em uma

---

<sup>64</sup> A REPÚBLICA. Belém, 25/06/1891

<sup>65</sup> VIGARELLO, Georges. “O Trabalho dos Corpos e do Espaço”. In *Projeto História* n. 13. São Paulo: EDUC. Junho de 1996. P 11

delegacia de polícia. O Código de Posturas Municipais deixava bem claro que

“São proibidos todos os jogos de parada e azar por meio de cartas, roletas e qualquer outro aparelho. Incorrerão na multa de 30 mil réis os infratores, que serão tanto os jogadores como as pessoas em cujas casas fizer o jogo, sendo apreendidos os aparelhos.”<sup>66</sup>

Essas linhas merecem um tratamento pormenorizado, pois estão nelas imbuídas algumas idéias bastante esclarecedoras sobre esse momento histórico. Segundo Sidney Chalhoub, os parlamentares da corte chegaram à conclusão de que a principal virtude de um cidadão era o gosto pelo trabalho, que fomentaria nele o sadio hábito da poupança. Logo, uma pessoa que não conseguia acumular e que vivia na pobreza, era de imediato associada ao mau trabalhador.<sup>67</sup> Ora, os jogos proibidos não apenas impediam a poupança, pois as cartas e as roletas consumiam dinheiro, como também instituíam o medo nas autoridades de que, imersos no vício do jogo, as pessoas viessem a afastar-se do trabalho; para os que conseguiam ganhar nas cartas ou nas roletas, estava evidenciada a possibilidade de ganhar dinheiro para além de uma cansativa rotina de trabalho.

Pior ainda, para sustentar o vício, poderiam atentar contra a propriedade privada e isso era bastante preocupante para as elites da cidade. Comentando sobre os frequentadores das “casas de tavolagem” existentes na rua Nova de Sant’Anna, um jornalista afirmava que

---

<sup>66</sup> APEPA. Livro de Leis Municipais. Ano: 1880. Actos do Governo da Província do Pará. Tomo XLII. Typographia do DIÁRIO DE NOTÍCIAS de João Campbell. Cap. XVIV, art. 108.

<sup>67</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das

“Dinheiro não podem ter pois não são dados ao trabalho. Seus únicos meios para conseguir o que gastar são os roubos e furtos que praticam pelas ruas dessa capital. Em favor do vício que os corrói, perdem as honradas pessoas, que têm seus bens saqueados por vagabundos entregues ao vício.”<sup>68</sup>

A caça aos jogadores e às casas de jogos teria que ser posta em prática o mais rápido possível, pois os jornais alertavam com certa frequência sobre o avanço da prática de jogos proibidos nas ruas da Campina, chamando sempre a atenção da polícia.

“Constando-me que nos distritos dessa delegacia há outras casas de tavolagem além da de Izidoro Pereira da Costa, contra o qual mandou instaurar um processo(...) e não devendo por isso circunscrever-se a ele essa providência, pois a lei, quer punindo, quer protegendo, é igual para todos. Recomendo a V.Sas que procurem verificar a existência de tais casas de tavolagem.”<sup>69</sup>

Seis meses depois, um novo ofício foi expedido com o mesmo objetivo.

---

Letras. 1995. P22

<sup>68</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 07/05/1881. P03

<sup>69</sup> APEPA. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios da Secretaria de Polícia. Ano: 1882.

“O Sr. Dr. Chefe de Polícia mandou proceder na forma da lei e de acordo com as ordens em vigor contra os donos e frequentadores das casas de jogos do largo de Sant’ Anna.”<sup>70</sup>

A imprensa não apenas intervinha no cotidiano das ruas denunciando os práticas ilícitas como também chamava a atenção para as estratégias de ação dos “criminosos”. No caso dos frequentadores das casas de jogos, alertavam que

“A prevenção contra a polícia é a seguinte: cada casa tem um agente externo munido de competente chave, o qual se coloca no Largo a espera dos fregueses, e os conduz àquela que melhor **lambuje** dá por esse serviço de pescaria”<sup>71</sup>

Nesse artigo podemos perceber que a imprensa mantinha alguns informantes infiltrados no “submundo”, que forneciam importantes detalhes acerca da práticas “ilícitas” que se desenvolviam na cidade. Quem sabe os próprios jornalistas não eram assíduos frequentadores desse universo e por isso o conheciam tão minuciosamente. Bem, isso não foi possível saber mas, visando atrair mais leitores, o jornalista afirma que em uma próxima edição revelaria o número das casas e o nome dos frequentadores. Não conseguimos descobrir os motivos, todavia, nos próximos números desse jornal, o jornalista não cumpriu sua “ameaça”.

Na literatura, a idéia da perniciosidade do jogo também esteve muito presente.

<sup>70</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém. 18/07/1882. P 02

<sup>71</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 09/01/1883. *O Vício e o Crime* P 02.

Atentemos para o seguinte trecho

“Em certos lugares, homens que aparentavam passear sem segundo sentido, desapareciam rapidamente por feios corredores mal iluminados e do fundo dos quais saía o ruído seco da roleta a girar sobre o tapete verde da jogatina descarada.”<sup>72</sup>

A idéia de que os homens que procuravam as casas de jogos eram indivíduos sorrateiros e dissimulados era condizente com a de que essa prática era criminosa e, portanto, vergonhosa. “Jogatina descarada”, descrevia Marques de Carvalho...

#### 4 - UMA QUESTÃO DE CLASSE

Quando as elites arquitetaram sua cruzada contra o que tomavam como maus comportamentos, uma divisão entre os *bons* e os *maus* boêmios esteve implícita nos discursos e nas práticas dos intelectuais do período. Certamente não foram apenas os homens e mulheres pobres os únicos a aventurar-se noite adentro, com todos os prazeres e diversões que ela podia proporcionar: o álcool, as belas mulheres, os amores fugazes, as cartas. Da mesma forma, não foram todas miseráveis as prostitutas que venderam seus encantos na Belém da borracha. O que delimitava uma enorme separação entre universos de

---

<sup>72</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura do Estado. Lendo o Pará, 1989. P 93

práticas muitas vezes semelhantes era a classe social a que pertenciam os envolvidos.

Foram os pobres, e apenas eles, as vítimas da perseguição sem trégua; os alvos da reeducação dos costumes; a quemurgia moralizar e disciplinar. Eram eles, como queriam os letrados do período, o entrave ao progresso e à civilização.

### **a) A *Gentil Cocote* e a *Torpe Meretriz***

Uma imagem...

“Na vida da mulher manteúda, tudo começa e tudo termina na cama (...) No aposento, tudo contribui para dar ao visitante uma idéia de luxo, não raro exagerado: os tapetes são de pele de urso, os espelhos tem moldura excessivamente dourada, os candelabros são quase sempre ornados de velas cor-de-rosa, os móveis têm incrustação de falso cobre. (...) Aqui vive a mulher elegante, a mulher de projeção, a marquesa das altas caçadas, a mulher manteúda, a dama de copas, a imperatriz da alcova, o ídolo do templo do amor. No topo da hierarquia das mulheres manteúdas, ela preocupa os moralistas pela influência perniciosa que exerce sobre a sociedade. Faz o coração dos banqueiros e dos homens de negócios se agitar e perturba os burgueses com suas roupas provocantes e poses

lascivas”<sup>73</sup>

A descrição feita por Laure Adler das cortesãs parisiense do século XIX demonstra um patamar mais elevado - se é que se pode pensar dessa maneira - que separa essas mulheres de muitas outras companheiras de ofício. O luxo de sua alcova, a elegância do vestuário ou o poder de sedução que exerciam sobre a burguesia, certamente foram característica de poucas meretrizes que viveram em Belém naqueles entre 1880 e 1900.

Certamente, era a essas mulheres que se referia Margareth Rago ao desvendar o universo da prostituição. Para essa autora, a figura da prostituta mistura-se com a imagem da modernidade. Em sua “função civilizadora”, desfilava pelas ruas a última moda européia e mediava importantes discussões políticas ao desfrutar da companhia de importantes políticos. A eles “ofereciam” seus leitos.<sup>74</sup>

De nomes afrancesados e precursoras de usos e costumes “modernos” em terras brasileiras, as cocotes frequentavam os teatros, as pensões alegres, os music halls e os cabarés de luxo. É quase certo que não dividiam as calçadas da rua das Gaivotas, das Flores ou da Riachuello com as legítimas representantes do “baixo meretrício”. Não eram os amantes destas que as cocotes desejavam. Como lembra Adler, “a vida cotidiana das mulheres venais depende inteiramente de seu *status*, do lugar onde exerciam seu charme, da sorte, de sua beleza, dos encontros”<sup>75</sup>

Eram as protagonistas das fantasias dos homens “bem nascidos” e dos juvenis desejos dos moços das elites, que inebriavam com seus caros perfumes importados, quase

---

<sup>73</sup> ADLER, Laure. *Os Bordéis Franceses*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 pp 21-22

<sup>74</sup> RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: Códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

sempre mimos de amantes abastados.

Não atentavam diretamente contra a moral pública, com roupas, gestos ou palavras obscenas pronunciadas no meio das vias públicas. Poderiam mesmo ser confundidas com as damas da sociedade durante o dia, posto que suas roupas e seus acessórios eram provenientes das mesmas “maisons” e das caras modistas francesas onde vestiam-se as boas senhoras. O perigo maior que as envolvia era justamente a influência que podiam exercer sobre as moças de família, afinal eram belas, ousadas e insubmissas; não estavam resumidas a um papel único de mãe / esposa, para o qual estavam sendo educadas as moças de família, sem passar pelas calçadas por onde desfilavam as “feias” meretrizes pobres.

Definitivamente, foram as prostitutas de luxo que povoaram o imaginário dos literato e dos poetas, que tanto esforçaram-se em descrevê-las.

“Das cocotes gentis do *demi-monde*

Tu és a flor altiva e caprichosa

Esse teu corpo é a fonte venenosa

onde a volúpia languida se esconde

Na tua alcova tépida e cheirosa

De cocote gentil do *demi-monde*

Entre as dobras de flácidos arminhos

Após o gozo sensual !?!... Responde

Nada, somente compaixão saudosa

---

<sup>75</sup> ADLER, Laure. *Os Bordéis Franceses*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 p 16

Por ti, oh flor altiva e caprichosa  
das cocotes gentis do *demi-monde*”<sup>76</sup>

Essas estrofes publicadas em um jornal do período, nos dão indícios de como as meretrizes da “alta roda” foram percebidas pelos letrados do período. Belas, inebriantes, voluptuosas e causadoras de compaixão saudosa, mesmo que causassem piedade.

Infelizmente, as fontes que nos permitem ter acesso ao cotidiano dessas mulheres são demasiado escassas. Não estavam nos jornais, quase nunca deixavam indícios nos autos e processos criminais e não frequentaram as estatísticas e relatórios de governo. Torcemos para que sua existência possa ter ficado timbrada em algumas amareladas páginas de um diário ou em algum modesto caderno de memórias que, infelizmente, não chegou a nossas mãos. Sua existência ecoa, na maioria das vezes, apenas nos textos literários, onde escritores fascinados com o universo de sedução das cocotes, passaram para o papel suas representações.

Muito timidamente, algumas fontes dão indícios dos locais onde as cocotes esperavam por seus amante abastados. O *Cabaré Français* certamente foi um deste locais, que chegava ao conhecimento do público através da páginas do jornais cotidianos. Bem diferente dos “freges” ou dos bordéis frequentados pelas meretrizes pobres, não foi nas seções policiais dos jornais que as informações sobre este estabelecimento surgiram. Ao contrário, era anunciado como fino estabelecimento.

“Inaugura-se em breve no canto do Largo da Pólvora com a  
rua Gama Abreu, em frente do circo Providência, um novo

estabelecimento de bebidas no gênero francês denominado *Cabaré Français*. É dirigido por Mme. Farge e os preços, ao que nos dizem, módicos quando possível.”

Certamente o estabelecimento de Mme. Farge e sua meninas não eram para aqueles que apenas possuíam a cachaça para embriagar-se. Ali, o absinto e o conhaque, dentre muitas outras bebidas, embriagavam os “bons” boêmios, até que fosse chegada a hora de repousar da noite nos braços de uma bela dama.

Sorte igual não tiveram as meretrizes pobres e seus cortejadores. Essas mulheres apareciam, sem nenhuma modéstia tanto nos jornais como nas fontes policiais pois estavam no centro do picadeiro. Era para elas que se voltavam os holofotes censores de médicos, juristas e jornalistas, enquadrando-as dentro de um universo marginal, completamente destituído de padrões morais.

Se não existia no Brasil uma legislação que proibisse a prostituição, as práticas das meretrizes pobres estavam podadas pelo Código de Posturas Municipais de 1880, que proibia que fossem proferidas palavras obscenas nas ruas e lugares públicos, praticar, em público, atos ou gestos considerados imorais e obscenos; chegar à janela em trajes considerados indecentes de maneira a poder ser vista pelos transeuntes<sup>77</sup> e fazer batuques e sambas em qualquer parte da cidade<sup>78</sup>

Essas eram práticas bastante recorrentes no cotidiano das prostitutas pobres, que

---

<sup>76</sup> A REPÚBLICA. Belém, 05/12/1890. P 02

<sup>77</sup> APEPA. Livro de Leis Municipais. 1880. Actos do Governo da Província do Pará: Tomo XLII. Typographia do DIÁRIO DE NOTÍCIAS de João Campbell. Cap. XVIII, art 105, parágrafos 1, 4 e 7

<sup>78</sup> APEPA. Livro de Leis Municipais. 1880. Actos do Governo da Província do Pará: Tomo XLII. Typographia do DIÁRIO DE NOTÍCIAS de João Campbell. Cap. XVIII, art 107. Parágrafo 2

buscavam seus amantes nas calçadas, nas tabernas ou nos botequins; que juntavam-se em delongadas prosas, nas quais usavam de um vocabulário pouco aceito por pessoas que estavam fora de seu universo. Em outros casos, esperavam pelos cortejadores seminuas em suas janelas, não hesitando em explorar a sensualidade que acreditavam possuir e que podia ser de grande valia na hora de atrair um homem que pagasse por seus serviços. Essas atitudes tiravam o sossego das autoridades públicas e de alguns vizinhos, além de atrair a fúria dos jornalistas, que contra elas bradavam enraivecidos.

Para as “baixas meretrizes”, recorriam os que pouco dinheiro tinham para comprar o amor. O incorrigível mulato Lourenço, na visão literária de Marques de Carvalho, podia ser um bom exemplo dos homens que *iam às putas*

“Quando não ia à taverna, pernoitava em casa de torpes meretrizes infames, prostitutas da pior espécie e da mais repugnante linguagem”<sup>79</sup>

Torpes, infames e da pior espécie; esses eram adjetivos bastante usados para classificar as meretrizes pobres. Aliás, ao conduzir o personagem Lourenço - pobre, mulato e de péssimo caráter - para os braços dessas mulheres, o ator acaba traçando um perfil dos homens que frequentavam as meretrizes, segundo as idéias dos letrados daqueles anos. Imagens muito parecidas despontavam nos jornais quando estes se referiam aos ajuntamentos que se formavam nas janelas das meretrizes: eram homens dados à desordem e destituídos de moralidade. Para nós, a única certeza é que eram homens de pouco dinheiro

---

<sup>79</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura do Estado. Lendo o Pará, 1989. P 150

e que não hesitavam em beber, conversar ou resolver suas querelas no meio da rua ou à porta das meretrizes.

Foram elas – as “baixas meretrizes” - indicadas como uma das principais causas de desordens e propagadoras de imoralidade e insalubridade, essas afirmações só podem ser pensadas dentro de uma ótica classista, saturada de preconceitos e de antagonismos, que tinha nos letrados os seus grandes difusores.

Era já madrugada quando o mulato Lourenço resolveu caminhar sem rumo pela cidade até chegar às ruas da Campina, em uma daquelas noites. Ouvindo uma confusão de Vozes que vinha dos lados da rua da Trindade, seguiu para lá “(...) destemido, valente e audaz, duma ousadia criminosa de perverso turbulento”. Percebeu, ao chegar na esquina da rua da Trindade, que

“Três homens discutiam com ardor em frente à casa de uma prostituta, que assistia da janela à briga de seus apaixonados. Efetivamente, pelas expressões deles, o mulato reconheceu ser aquela mulher – hedionda no rosto e ainda mais na meia nudez que apresentava – a causa da ruidosa disputa”<sup>80</sup>

Às vezes ficamos a pensar que, mesmo alguém que jamais teve contato algum com aquelas ruas ou presenciou cenas como a que foi descrita acima, poderia perfeitamente descrever uma situação semelhante, pois os jornais faziam das meretrizes pobres e dos ajuntamentos em suas portas e janelas motivos constantes para suas crônicas. Até mesmo a

---

<sup>80</sup> CARVALHO, Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Cultura do Estado. Lendo o Pará, 1989. P 121

linguagem utilizada para descrever essas pessoas e seus comportamentos eram muito similares. No caso de Marques de Carvalho, que trabalhou como jornalista do Diário de Notícias – o jornal que mais apoiava as idéias do governo<sup>81</sup> – é bem possível que ele tenha escrito alguns dos artigos que denunciavam as *torpes* e *hediondas* mulheres à toa.

Denunciando a diferença social que pesava na análise das meretrizes, de seus frequentadores, e dos ébrios da cidade, não foi nosso objetivo eleger os bons ou os maus indivíduos, ou os que mereceram ou não nossa piedade. Nossa intenção é primeiramente chamar a atenção para os mecanismos que levaram algumas pessoas a serem perseguidas incessantemente, enquanto que outros povoaram o imaginário da cidade como *bon vivants* ou *femmes fatales* que roubavam o sono dos abastados senhores da Belle Époque. É necessário, sim, atentar para a existência de classes sociais distintas.

Outras categorias de análise, como raça por exemplo, não foram privilegiadas neste estudo pois acreditamos que a burguesia eliminava de seus devaneios, regados a champanhe francês, as negras ou índias que por ventura viessem a se tornar prostitutas, ou ex-escravos que ocupavam os botequins. Estes certamente ficariam incluídos entre as *torpes* e *hediondas* meretrizes ou entre os *imorais* e *desordeiros* que perambulavam desafiadoramente pelas ruas da capital paraoara.

---

<sup>81</sup> Essa afirmação é feita não apenas a partir da semelhança de idéias que havia entre as opiniões desse jornal com as que surgiam nos relatórios e falas de governo, como também porque era na tipografia desse jornal, de propriedade de João Campbel, que foram impressos muitos relatórios e livros de leis da Província.

### ***b) O desordeiro e o Bon Vivant***

Pedro Alves bem que podia ser uma das muitas figuras que andavam diariamente pela urbe belemita daqueles anos; preocupação para a polícia e assunto para a imprensa. Não acumulava pois seu dinheiro era voltado, tostão por tostão, para o “vício da embriaguez”, motivo pelo qual era pobre e possuía tantos maus hábitos. De acordo com as classificações letradas sobre os comportamentos sociais, era um típico bêbado, ou um ‘pobre diabo’, como rotulou o autor.

Como acontecia com as meretrizes pobres, era para os “Pedro Alves” da cidade que os olhares reprovadores das autoridades estavam voltados. Eram eles os que haviam se especializado em ofender a moral pública com vozerias, palavrões ou contendas, postos em prática nas vias públicas. Quase que diariamente, alguém era preso por andar embriagado pelas ruas ou por estar fazendo desordens em algum botequim ou taberna da cidade. Todavia, uma questão paira no ar: apenas os “pobres diabos” se embriagavam?

Os “módicos” preços do Cabaré Français, dirigido por Mme. Farge, certamente não eram tão acessíveis à grande maioria da população. Ali, apenas as pessoas que gozavam de uma condição econômica estável podiam sentar, deliciar-se com as bebidas importadas, rodear-se das belas cocotes ou debater, com outras figuras da noite, os últimos acontecimentos da promissora Belém. Infelizmente, não encontramos vestígios dessas conversas. Não tivemos como saber se algum deles bebeu além da conta e se pôs a falar alto, tirar a roupa ou vociferar palavrões, pois se não tinham voltada para si a ira das autoridades públicas e dos jornalistas, certamente será muito difícil recuperar uma parte de

sua história.

Isso não quer dizer que não havia lugares em que os abastados da cidade se encontravam para beber, ou mesmo que fosse reduzido o número de homens da elite que entregavam-se ao consumo de bebidas alcóolicas. A consolidação da economia gomífera em terras paraoaras e a afirmação de uma burguesia urbana levou também à formação de uma bem equipada rede de espaços de sociabilidade para essas pessoas. Para além dos cafés e confeitarias que serviam de lugar para os encontros dos abastados em horas “apropriadas”, haviam os cafés- concertos, os salões dos hotéis e os teatros, que abriam para o público em horas “pouco convencionais”, a maioria em torno do Largo da Pólvora.

Esses locais não estavam livres dos conflitos que podiam surgir entre seus frequentadores, ou mesmo de disputas amorosas que terminavam em atitudes violentas. Embora alguns se entregassem ao vício da embriaguez tanto quanto os homens pobres, o lugar que suas famílias ocupavam na sociedade os colocava longe da perseguição das autoridades.

Eram os pobres – a mão de obra – que deviam afastar-se das tabernas, bordéis e botequins para entregar-se cegamente a um cotidiano de trabalho e honestidade. Foi certamente este o objetivo das autoridades quando na legislação que pretendia disciplinar os comportamentos públicos, censuravam os ajuntamentos nas ruas, os sambas e batuques, ou determinavam que as tabernas e botequins fossem fechados antes da madrugada. Mais do que manter os populares sóbrios para o trabalho, pretendiam aniquilar as más influências que esses estabelecimentos podiam representar para os morigerados trabalhadores que vinham de outras terras.

“Não temos o que contestar sobre a qualidade das tabernas e

imundos botequins que existem aos montes nessa cidade. São verdadeiros lupanares em que se concentram criminosos, vagabundos e prostitutas. É preciso que a polícia preste mais atenção nesses locais para que não se propaguem os maus hábitos para quem ainda não chafurda nesse mar de podridão”<sup>82</sup>

Ao contrário do *bon vivant*, o ébrio que perambulava pelas ruas e frequentava as tabernas e botequins onde consumia a cachaça, foi de imediato rotulado de vadio e criminoso. Se este embriagava-se em locais “suspeitos” e “insalubres”, o *bon vivant* frequentava os estabelecimentos refinados/caros, como os bailes que aconteciam no *Café Chic*

“Nas animadas noites que antecedem a virada do ano, o *Café Chic* oferece, *para um público seletto*, animados bailes, com boa música e um variado estoque de bebidas importadas”<sup>83</sup>

Comentários sobre o que se passavam nesses bailes não chegaram às nossas mãos, ao contrario do que ocorria para com os botequins e tabernas frequentados pelos homens e mulheres pobres. Numa divisão classista do “vício da embriaguez”, apenas as roufenhas vozes dos “Pedro Alves” podem ser encontradas nos jornais que comentavam a vida de Belém naqueles anos.

---

<sup>82</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 29/04/1892. P 02

<sup>83</sup> A REPÚBLICA. Belém, 03/04/ 1894 P 03

Nas tentativas de disciplinar os comportamentos dos habitantes da cidade, as elites pretenderam organizar um suposto mundo do trabalho, necessidade que fortalecia-se nos últimos anos da escravidão e intensificou-se após a quebra das correntes. A busca do trabalhador ideal confundiu-se então com a caça às práticas consideradas perniciosas das quais já falamos - grande tarefa dos políticos e intelectuais do período.

Outra necessidade premente foram as tentativas de erradicação das epidemias que dizimaram a população ao longo de todo o século XIX. No intuito de combater as doenças, médicos e políticos aliaram-se em uma cruzada saneadora que invadia as ruas e devassava os lares dos pobres da cidade. Em seu intento desodorizante, elegeram os principais suspeitos a partir daí. Os cortiços e seus moradores foram indicados como os principais propagadores das enfermidades no meio urbano. A caça aos cortiços e outras habitações coletivas/insalubres estava instaurada e a medicina passa a ter um papel crucial nas decisões sobre a cidade e sobre os habitantes.

Sanear e reeducar a população para enquadrá-la em um suposto mundo lógico de trabalho morigerado era o intento das autoridades públicas naqueles anos. Para garantir o cumprimento de tais prerrogativas, uma verdadeira caça aos comportamentos considerados desviantes – e aos próprios “deviantes” – foi posta em prática nas ruas. Ressaltamos que nesse capítulo nossa intenção foi unicamente identificar os discursos e as práticas de repressão aos sujeitos que foram considerados um entrave ao progresso e à civilização, integrantes de um suposto mundo da ociosidade que as elites procuravam construir em suas falas. Para o próximo capítulo deixamos então a reflexão sobre até que ponto os médicos, políticos e jornalistas foram vitoriosos em seus projetos de disciplinar a população. Adentrar no conflito de pessoas que pareciam falar línguas diferentes será então a tarefa

para nossas próximas páginas

# 3

## A VOZ DO POVO É A VOZ DE DEUS

“Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas”

Clarice Lispector

Como ficou evidenciado nos capítulos anteriores, a capital paraense se complexificava sob os auspícios da economia gomífera. Esse crescimento urbano conduziu tanto à formação de uma ideologia da ordem, segundo a qual uma série de prerrogativas de

comportamento foram traçadas para conduzir as terras do norte ao progresso/civilização, quanto à diversificação das ações dos homens e mulheres pobres - notadamente os que viviam no bairro da Campina, centro das transformações urbanas. Ganhando visibilidade com a diversificação das atividades no meio urbano, essas pessoas mais do que nunca passaram a ocupar as ruas implementando uma gama variada de ocupações na luta pela sobrevivência. Mas o lazer dos habitantes da Campina também sofreu uma dinamização com a inserção de capital nas terras do norte, e não apenas para os abastados. Diversos botequins e tabernas que atendiam imigrantes estrangeiros e nacionais, que buscavam espaços de sociabilidade a baixos custos.

Foram anos em que se fortaleceram as campanhas dos jornalistas, higienistas e juristas pela higienização – física e moral – das ruas, culminando em atitudes repressivas violentas. O que nos chama a atenção é justamente a existência permanente desses conflitos. Não foi possível, diante das evidências, acreditar em um suposto consenso existente em toda a sociedade sobre os “bons” e os “maus” comportamentos . Se todos acreditassem profundamente que era errado “fazer rolo”, morar em cortiços, amasiar-se, embriagar-se, jogar ou prostituir-se, certamente as campanhas implementadas pelos letrados teriam sido vitoriosas e os “maus hábitos” teriam definitivamente sido extirpados de Belém.

A análise que nos propomos pretende ir além da fala dos letrados sobre os comportamentos populares. Pretende verificar os sentidos que eles mesmos atribuíram para suas experiências, pois apenas dessa forma é possível verificar representações alternativas a leituras de imoralidade ou mesmo de patologia em que ficaram circunscritos os comportamentos dos homens e mulheres pobres da cidade/bairro nas duas últimas décadas do século passado. Sua visão de mundo estava longe de igualar-se a dos letrados, afastando-

se de maneira peculiar das regras “salutares” de comportamento propostas para o meio urbano.

Por não compartilharem desse universo de valores podemos apontar as pessoas comuns que surgem em nossas fontes como tendo de práticas culturais distintas. Amavam, moravam, trabalhavam e se divertiam de maneiras diversas. Essas reflexões nos conduzem à constatação de que, diferentemente do que já foi sugerido por uma vasta historiografia, os valores das elites não eram suavemente inculcados nos homens e mulheres pobres. Por mais que se dissesse que morar em cortiço, que amar “perdidamente” ou embriagar-se em botequins eram atitudes reprováveis, os sujeitos dessas ações possuíam todo um quadro cultural que acabava invalidando ou redimensionando esses comentários. É justamente nessa visão de mundo embaçada e fragmentada que pretendemos buscar a complexidade contida na cultura da cidade.<sup>1</sup>

Pensando a história nessa perspectiva, conseguimos visualizar as pessoas que viviam no bairro da Campina naqueles anos não apenas como números ou vítimas à revelia, mas como sujeitos de sua própria história, forjando comportamentos destoantes dessa perspectiva “oficial”. Finalmente, suas escolhas tinham importância determinante nos rumos que suas vidas tomariam dentro de um quadro sócio cultural específico.

Acreditamos que foi justamente através da vivência cotidiana, que os homens e

---

<sup>1</sup> O conceito de cultura que orienta nosso trabalho foi buscado na antropologia interpretativa de Clifford Geertz, ou como ele mesmo definiu, é um conceito de cultura semiótico, onde o homem é entendido como um animal preso a diversas teias de significados. Nossa corrida, portanto, é em busca dessas teias de significados e de sua análise. Trabalhos como o de Robert Darnton já percorreram os conturbados caminhos dessa história movida por insights antropológicos, ou história de tendência etnográfica, como denominou este autor. Mesmo levando em conta as severas críticas que foram feitas ao seu trabalho, acreditamos que é muito interessante adentrar nas “opacidades” de uma época para pescar as maneiras como as pessoas simples entendiam o mundo à sua volta, seja matando gatos ou em autos crimes em que alguém é compelido a assinar um termo de bem viver. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989. P.15. DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos e Outros Episódios da História*

mulheres pobres da Campina construíram um quadro de referências culturais distinto e, quando se tem isso presente, é possível afastar-se da noção de “fracasso” que pontuou por tanto tempo a história dos chamados populares: fracasso por não conseguirem ser higiênicos, morigerados ou virtuosos o suficiente de acordo com as prerrogativas burguesas de comportamento. Resta-nos então percorrer os labirintos pelos quais se “perdiam” estas pessoas e analisar os “maus comportamentos” que tanto ameaçaram as opiniões letradas, ávidas de conduzir as terras do norte à “civilização”.

## **1 - A vida na Campina**

### **a) Moradias insalubres ?**

As inspeções domiciliares realizadas em Belém nos primeiros anos da década de oitenta do século passado tinham a clara intenção de avaliar o grau de salubridade das moradias inspecionadas. Por diversos motivos acabavam sempre se chocando com as condições de higiene das moradias dos homens e mulheres pobres da cidade. Multando os proprietários e/ou inquilinos, “aconselhavam-nos” a atitudes mais “salubres”.

Com todo o alarde feito sobre as necessidades de seguir os preceitos médicos de higiene,

a vida dos pobres da Campina tornou-se sensivelmente mais conturbada. Interessa todavia adentrar nesse mundo “pouco higiênico”, verificando suas práticas de moradia refletindo a partir destes elementos.

Dentre as habitações populares, nenhuma, como já observamos, causava mais pavor aos jornalistas e aos inspetores da higiene pública do que os cortiços. Inevitavelmente tornaram-se os alvos prioritários dos ímpetus higienizantes que pretendiam tornar aprazíveis algumas ruas da capital paraense. Ademais, entre o que era apregoado por esses letrados e o que era vivido pelos pobres da Campina (ou de qualquer outro bairro), havia uma enorme diferença, um visível mundo de contradições.

Sídney Chalhoub nos chama a atenção para as incertezas em torno das construções que podiam ou não receber a temível nomenclatura de “cortiços”.<sup>2</sup> Os critérios eram tão subjetivos que chegavam a causar esta confusão mental entre os “nomeadores” e também entre os habitantes da cidade. Essa observação nos pareceu bastante instigante já que nos relatórios de governo ou nos jornais a palavra “cortiço” é usada amiúde para descrever algumas habitações e traçar noções sobre seus moradores. O problema é que quando recorremos a outras fontes como autos-crimes e processos-crimes em busca das moradias populares, o uso dessa palavra pouco escapa da boca dos envolvidos. Somos de imediato acometidos pela idéia de que um conglomerado de habitações populares, considerado um cortiço pelas autoridades públicas e por jornalistas, não o seria necessariamente para os seus moradores. Essa é uma diferença que faz diferença.

Resgatar os motivos pelos quais nem sempre os envolvidos em algum delito indicavam suas moradias como cortiços pode ser uma tarefa praticamente irrealizável, porém algumas

---

<sup>2</sup> CHALHOUB, Sídney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo. Companhia das

possibilidades devem ser levantadas. Quando se referiam aos cortiços, os jornais veiculavam informações não apenas sobre as construções em si mas também sobre a índole das pessoas que ocupavam essas moradias, colocando num pé de igualdade todo e qualquer morador, homogeneizando toda e qualquer atitude e circunscrevendo suas atitudes dentro de alguns moldes: moradores de cortiços apresentavam atitudes condenáveis, frutos da insalubridade perniciososa que a vida nessas habitações possibilitava. A notícia abaixo pode nos evidenciar essa afirmação.

“Temos constantemente, e de longa data, chamado a atenção da polícia para esse cortiço habitado por gente de maus costumes e somos agora informados de que ainda na semana passada houve ali barulho e espancamentos em diversas noites. O abandono do recém nascido não se prenderá a algum crime de infanticídio?

Aí temos mais um crime, conseqüente da depravação que estraga e até apaga o maior dos sentimentos, o da maternidade!”<sup>3</sup>

Referindo-se a um caso de aborto em que o feto foi encontrado no quintal de um cortiço situado na estrada de São José canto com a rua de Santo Amaro, o jornalista do Diário de Notícias passou uma série de idéias sobre o que eram os cortiços e qual o “caráter” de seus moradores. Esse artigo jornalístico sintetiza em suas poucas linhas algumas das conclusões

mais recorrentes acerca das moradias populares: morar em um cortiço não apenas significava a degeneração do corpo, exposto à insalubridade, mas também do caráter pois mesmo o sentimento “mais nobre”, a maternidade, era negado pelas moradoras dessas habitações.

Afora o fato de que o jornalista não fazia o mínimo esforço para considerar as dificuldades que uma mulher pobre enfrentava para manter uma criança, o discurso levava aos leitores uma idéia homogênea sobre os moradores dessas habitações populares. Nelas reinavam uma perene imoralidade, capaz de ofuscar qualquer outro quadro de relações que os habitantes dos cortiços e casas de cômodos pudessem apresentar. Importa para nós desconstruir essas idéias e tentar ver mais além, onde um outro universo de relações podia ser vislumbrado.

Dentre as muitas acusações lançadas aos moradores das habitações coletivas, uma bastante recorrente era a de que eram pouco dados à higiene. Aí, a diferença entre o que era divulgado sobre suas vidas e como as conduziam de fato acabava se diluindo nas falas dos letrados. Para aqueles que precisavam de moradia no centro, mas não ganhavam o suficiente para custear o aluguel de uma casa “decente” ou hospedar-se em um hotel de qualidade, recorrer às habitações coletivas era uma das poucas saídas. Nesses locais, driblavam as necessidades e forjavam maneiras de manter suas noções de higiene, trabalho e diversão que, ainda que diferentes daquelas das elites, eram de extrema importância para eles.

No dia 10 de outubro de 1885, o carpinteiro português Antônio Rodrigues da Fonseca, de 30 anos, morador de uma casa de cômodos na travessa do Passinho, compareceu à chefatura de polícia para prestar depoimento sobre o espancamento de que foi vítima, junto

---

<sup>3</sup> Diário de Notícias. Belém, 22/12.1883

com seus amigos na noite anterior. Dentre as palavras colhidas a bico de pena, podia-se ler que

“(…) saindo de sua casa ontem nove do corrente mês, às quatro horas da madrugada mais ou menos, com seus companheiros de casa, Manoel Pereira e Emílio Motta, em direção à guarda moria para tomarem banho na rampa de pedra, e depois de terem tomado banho (...) e ao voltarem para sua casa, passando pela frente do correio da travessa das Mercês, junto a umas caixas de borracha, viu ali dois guardas a cavalo espancando um indivíduo, e os dois guardas deixando o dito indivíduo avançaram para ele respondente e seus companheiros, e os (ilegível); que puderam escapar de ser mais mal-tratados porque deitou a correr com seus dois companheiros<sup>4</sup>

Quando os cortiços e casas de cômodos, carentes de infra-estrutura, não conseguiam atender às necessidades de seus moradores, como no oferecimento de água, por exemplo, os mesmo procuravam solucionar esse problemas de maneira que lhes podia ser acessível. No caso dos imigrantes portugueses acima, a falta de água para banhos era solucionada nas idas ao litoral (a rampa de pedra). Havia portanto uma perspectiva de asseio corporal que não foi considerada pelos jornalistas que comentaram a vida de homens pobres como esses.

Da mesma forma construíam idéias errôneas sobre a disposição para o trabalho que essas

---

<sup>4</sup> APEPA. Autos crimes de ferimentos leves de que foi vítima Antônio Rodrigues da Fonseca. Outubro de

peessoas apresentavam. Como lembra o auto de perguntas acima, eram ainda quatro da madrugada quando Antônio Rodrigues da Fonseca e seus companheiros já estavam de pé, preparando-se para mais um dia de trabalho. Não se deve perder de vista as injustiças a que essas pessoas estavam submetidas por serem pobres e estarem nas ruas ainda durante a madrugada. Como ainda hoje continua acontecendo, a polícia agiu sem antes interrogar. Ser pobre naquela época já era um esporte bastante perigoso.

As opiniões construídas pelos intelectuais da época sobre os habitantes dos cortiços e casas de cômodos podem sem dúvida ter contribuído e influenciado atitudes violentas dos membros da polícia para com essas pessoas. Foi já bem próximo da casa de cômodos em que viviam que Antônio Rodrigues e seus companheiros foram espancados pelas praças da polícia. Quando foram abordados e responderam que voltavam da rampa de pedra onde haviam se banhado e que moravam naquelas imediações

“os guardas responderam que ele e seus companheiros eram vagabundos e que os havia de ensinar, dando um deles em seu companheiro Fonseca uma espadeirada”<sup>5</sup>

A identificação feita pelos policiais dos moradores de casas de cômodos com vagabundos foi imediata. Respirando os ares daqueles anos, não seria difícil estabelecer aquelas comparações, pois os jornais se empenhavam bastante em construir exatamente essa imagem. O caso mostrado acima ajuda a desconstruir boa parte das errôneas idéias dos

---

1885.

<sup>5</sup> APEPA. Autos crimes de ferimentos leves de que foi vítima Antônio Rodrigues da Fonseca. Outubro de 1885.

jornalistas e higienistas. Poderíamos afirmar que eram desprovidos de noções de higiene se num horário tão incômodo ausentavam-se algumas quadras de suas casas para manter seu asseio corporal? Como dizer que eram insalubres, vagabundos ou avessos ao trabalho se às quatro da manhã já estavam de pé, prontos para a labuta? Outras possibilidades sobre a vida dessas pessoas agora nos são oferecidas: se não se banhavam com sais ou não dirigiam escritórios, ainda assim se “asseavam” e trabalhavam, embora pouco se tenha dito isso. O auto acima utilizado poderia normatizar um discurso muito corrente naqueles anos: o de que o imigrante estrangeiro era completamente afeitos ao trabalho, enquanto que os trabalhadores nacionais não gozavam dessa virtude. Certamente uma idéia equivocada, pelo menos dentro do que muitos homens e mulheres pobres acreditavam ser a palavra trabalho.

Quando João Antônio dos Santos, 26 anos, natural do Pará, residente em uma casa de cômodos, no largo da Trindade, com os seus companheiros compareceu à delegacia para responder sobre um roubo praticado na Casa Comercial de Bernardo Antônio Antunes e Cia., respondeu que

“se mais alguns objetos faltam nesse estabelecimento, ele respondente não sabe porque nessa casa não era só ele que entrava. Que era o primeiro a chegar, pois todos os dias abria a casa, e que por volta das cinco lá já se encontrava todos os dias (...) que roubou as resmas de papel para pagar o tratamento de uma sua parenta que se encontrava enferma”<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> APEPA. Autos crime de roubo em que é acusado João Antonio dos Santos. Abril de 1885.

Tanto os imigrantes europeus como os trabalhadores nacionais, submetidos a um cotidiano de exploração, cedo levantavam para entregar-se às longas jornadas de trabalho, quase sempre mal remuneradas. A imagem tão minuciosamente esculpida de que essas pessoas seriam desprovidas de moralidade, higiene, e vontade para o trabalho pode sem dúvida ter contribuído para que fossem preteridos na corrida por trabalho. Não é à toa que muitos habitantes da Campina, que não possuíam um vínculo empregatício, eram moradores das habitações coletivas. Entre os 85 autos crimes levantados em nossa pesquisa, 35 envolviam “desocupados” residentes em “quartos”. Destes, 8 eram lavadeiras, 15 trabalhadores ambulantes (carregadores, peixeiros, floristas, doceiras) e 12 não tinham ocupação fixa.

Não há dúvida de que os cortiços e as casas de cômodos permitiam que seus moradores estabelecessem relações mais próximas entre vizinhos do que as famílias que habitavam os belos sobrados do bairro. Talvez por dividirem as mesmas mazelas em seu cotidiano, acabavam constituindo laços de amizade muito oportunos que tornava menos árdua a vida nesses lugares. É interessante nesse sentido lembrar das investigações acerca da morte de uma francesa chamada Maria Guedes Bond, na rua da Trindade.

Por volta das dez horas da noite do dia 23 de janeiro de 1884, o sapateiro Alexandrino Delgado ouviu muitos gritos e gemidos que supôs vir da casa de Maria Guedes “que morava dois quartos a frente do seu”. Perguntado no dia seguinte o que sabia sobre a morte da mesma, respondeu que

“ele respondente a nada pode atribuir estes gritos ou gemidos,  
o que poderia ser causado pelo ataque do qual foi vítima; e

também ouvira dizer que a falecida dava-se ao vício da embriaguez. Disse ainda que não sabe ao certo de qualquer boato que possam espalhar, e que não foi socorrer a referida francesa por que muita gente já se juntava em frente ao quarto da mesma Maria Guedes”

Já o taberneiro português Joaquim José Henrique, de 26 anos, morador à rua da Trindade, em frente ao “cortiço” em que faleceu Maria Guedes Bond, afirmava que

Ele respondente e sua vizinha Antônia de Barros Raiol foram ao quarto de número sete do cortiço onde estava a francesa e vendo o estado dela, ele respondente e sua vizinha foram buscar um médico a custo deles, e de fato trouxeram o médico doutor Justo Ribeiro, que imediatamente receitou, indo eles à botica e de volta, já com o remédio, encontraram a francesa morta. Disse mais que ouviu que ela se dava à embriaguez, porém que nunca a viu beber”

Não estamos aqui a procura da *causa mortis*, porém é interessante analisar a história acima. Na fala do sapateiro Alexandrino Delgado o que ficamos sabendo é que tanto ele quanto “a francesa” falecida habitavam em quartos, muito próximos um ao outro: todavia a palavra “cortiço” não aparece em sua fala. Quando o comerciante português Joaquim José Henrique vai prestar seu depoimento, aí sim o escrivão registra essa palavra.

Como já vimos, a palavra “cortiço” estava por demais carregada de significados negativos naqueles anos, muito em virtude dos diversos pedidos de fechamento ou demolição dessas construções diariamente solicitados por jornalistas e higienistas. Todavia, nos parece que as relações de solidariedade entre os moradores continuavam tendo espaço. Quando o sapateiro Alexandrino Delgado ouviu os gritos de Maria Guedes pensou imediatamente em socorrer-la, só não o fazendo por que os outros moradores já se aglomeravam à porta dela. Já o comerciante português, a quem Maria Guedes “era de muito apreço”, não hesitou em chamar um médico e arcar com todas as despesas provenientes.

Em ambos os depoimentos, as testemunhas relatavam a possibilidade de que Maria fosse dada ao vício da embriaguez mas, ainda assim, ela pôde contar com a ajuda dos vizinhos que, infelizmente, não foi suficiente. A ajuda prestada pelos vizinhos ou mesmo por comerciantes com quem os moradores dos cortiços e casas de cômodos estabeleciam relações de amizade em seu cotidiano podia ser mesmo de grande valia. Outro bom exemplo disso foi um caso que envolvia a cametaense<sup>7</sup> Roberta dos Santos Quaresma e seu ex-amásio Rogério Brito. Aquela declarava em seu auto de perguntas que

“O acusado vivia a pedir a ela respondente que voltasse a viver com ele mas que ela sempre dizia-lhe que não voltava. (...) que nessa mesma noite estivera ela respondente comprando na botica próxima do quarto onde mora e que dali saindo encontrou o querelado. Que ela respondente sem lhe dar importância, dirigiu-se ao quarto em que vive com suas dois

<sup>7</sup> Natural de Cametá, interior da província do Pará.

filhos, encontrando na entrada com a preta de nome Angélica de prosa com d. Miquelina. Que estas duas perguntaram porque estava ela respondente tão assustada ao que respondeu que o querelado se dirigia a sua casa para fazer rolo e que tinha medo que batesse nela respondente, como já era de costume. (...) que foram os vizinhos chamados pelas ditas mulheres que impediram que o querelado matasse a ela e aos seus filhos.”<sup>8</sup>

Para uma boa parte da população pobre do bairro da Campina essas habitações eram as únicas alternativas de moradia. No caso de Roberta dos Santos, que era doméstica e mãe solteira, podemos visualizar de forma mais clara essa situação. A ajuda dos vizinhos acabou sendo de grande valia, protegendo-a das atitudes violentas de seu ex-companheiro que, segundo ela, não poupava nem seus filhos. A “intromissão” na vida alheia ou mesmo a “fofoca” permitiu que as vizinhas Angélica e Miquelina tomassem ciência do perigo que Roberta dos Santos corria, chamando outras pessoas para ajudar. Não podemos deixar de lembrar aqui das palavras de Martha Abreu, que concluiu em minuciosa análise de processos envolvendo sedução, estupros e defloramentos que “os populares viviam num mundo onde o outro era parte integrante do seu dia a dia e a privacidade não tinha muito significado”<sup>9</sup>

Esse caso também apresenta características importantes para o encaminhamento de uma outra discussão. A vítima era solteira e mãe de dois filhos. Ainda assim entregava-se a

<sup>8</sup> APEPA. Autos Crimes de tentativa de homicídio em que é acusado Rogério Brito. Auto de perguntas feitas a Roberta dos Santos Quaresma. 13/ 08/ 1881.

<sup>9</sup> ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da*

outras relações afetivas sem contudo atrair uma rígida desaprovação dos vizinhos. Ao contrário, podia inclusive contar com a ajuda deles para situações de perigo como a que viveu. O que queremos sugerir é que mesmo para as mulheres pobres que tiveram seus casamentos ou uniões desfeitas, ou mesmo que engravidaram e assumiram sozinhas a responsabilidade pela criação dos filhos, a vida nos cortiços representava a possibilidade de não serem percebidas como “condenadas” ou prostitutas.

Fugindo aos padrões de família e de mulher higienizada não restaria a elas outro lugar que não o da condenação social. Porém, nas relações estabelecidas no cotidiano com os demais moradores dos cortiço acabavam constituindo laços de companheirismo e solidariedade que estavam muito para além das idéias propagadas por jornalistas, juristas ou pelos médicos do período. Roberta dos Santos não era uma “mulher de má vida” para os vizinhos, mas certamente o seria para os letrados que pretendessem analisar sua conduta. A vida nas habitações coletivas, portanto, permitia que as pessoas se relacionassem sem as pesadas cobranças morais existentes para além de seus muros. Isso sem dúvida pode ter contribuído para que se negassem a abandonar suas moradias quando por todos os lados era alardeada a insalubridade e a imoralidade que ostentavam.

As relações entre os moradores dos cortiços e os comerciantes da redondeza também merecem ser verificadas pois o cotidiano, sempre pautado por muitas dificuldades, fazia com que as pessoas forjassem relações de sobrevivência imprescindíveis. Nos autos sobre o desaparecimento de um relógio de ouro pertencente ao proprietário do botequim “Água das Flores”, Joaquim Manoel dos Santos Maués, paraense, 35 anos, sem profissão, revelava que

“(…) de fato ele respondente havia se apoderado do dito

relógio pois que precisava pagar o aluguel do quarto em que habitava com sua mulher e filha. (...) que já fazia dois meses que não acertava o aluguel com o proprietário e que este já lhe ameaçava despejar.(...) que só têm ele respondente e sua família conseguido comer por que o espanhol Manoel, proprietário de uma venda em frente à sua casa, sempre lhe vendia para que pagasse no futuro, mas que agora mesmo ele já andava lhe negando.”<sup>10</sup>

A situação de Joaquim Manoel era bastante complicada pois não apenas estava desempregado (sem profissão) como estava também sendo acusado do roubo de um relógio de ouro. Mas o que nos chama a atenção nesse auto é que o acusado declarou que graças às boas relações que possuía com o comerciante espanhol Manoel, conseguia manter uma relação de credibilidade, comprando para pagar futuramente.

Claro que os comerciantes que residiam nas redondezas dos cortiços e casas de cômodos acabavam se tornando parte da dinâmica de sobrevivência dessas pessoas pois era a eles que recorreriam em momentos de dificuldades. Podemos verificar assim que as pessoas, naquele espaço estavam ligadas por uma rede de relações muito diversificada. Mesmo entre clientes e comerciantes essas relações extrapolavam o sentido meramente econômico e acabavam permitindo uma ajuda de extrema importância para a sobrevivência diária.

Mas como seria amar entre as paredes das moradias populares? Quando lemos as páginas dos jornais que traçavam as características dos cortiços e de seus moradores somos

---

<sup>10</sup> APEPA. Autos crimes de furto em que é acusado Joaquim Manoel dos santos Maués. Auto de qualificação

fatalmente levados a pensar que estas pessoas eram destituídas de afetividade e suas relações amorosas eram tantas vezes descritas de forma satírica pelos jornalistas.

Podemos começar essa discussão lembrando do caso de Francisca Maria da Motta, maranhense, 18 anos, empregada doméstica, moradora na travessa do Passinho, que foi intimada a assinar um Termo de Bem Viver por praticar com frequência ofensas verbais contra Anna Bentes. Em seu depoimento, esta última lembrava que

“(...) a acusada, sem o menor respeito pela moralidade pública, põe-se a ofender a ela respondente todas as noites por ciúmes de um seu amásio de nome Waldemar, por todos chamado de *Boleia*, também morador do cortiço ‘Vendinha’. (...) que por não mais aguentar a língua da acusada recorre à justiça para que ponham-lhe um freio.”<sup>11</sup>

Talvez até como uma maneira de desqualificar a acusada frente às autoridades, a vítima da “língua ferina” de Francisca lembra que esta morava em um cortiço, singelamente chamado de *vendinha* e que ela não tinha o menor respeito pela moralidade pública. Esse auto é especialmente rico por descrever uma “história de amor” que se desenrolou entre os muros de um cortiço. No auto de pergunta feitas a Francisca Maria da Motta, esta lembra que

“(...) conheceu Waldemar, dito Boleia, que acompanhava a ela

---

e perguntas feitas ao acusado... 13/ 09/ 1886.

<sup>11</sup> APEPA. Autos crimes de termo de bem viver em que á acusada Francisca Maria da Motta. Auto de perguntas feitas a Palmira Maria Santa Brígida. 26/08/1886.

respondente todos os dias ao seu local de trabalho. Que o dito Boleia é carregador em um armazém na rua de Santo Antônio, onde é empregada a respondente no sobrado da família Figueira. (...) Que passaram a viver juntos a mais ou menos três anos, saindo a respondente do quarto que ocupava e indo viver com Boleia. (...) Que de uns tempos pra cá tem ela respondente encontrado o dito Boleia sempre em companhia de Anna Bentes, aqui presente, avisando-a então que não mais ficasse de prosa com o homem (ilegível). (...) que reagindo ao que lhe foi dito, Anna Bentes a destratou e disse-lhe que falaria com Boleia quanto quisesse pois que não tinha medo dela respondente. (...) que ela respondente só responde às injúrias que lhe são lançadas pela dita Anna.”

Não era muito difícil que algumas histórias de amor vividas nos meios populares chegassem até os bancos das delegacias de polícia, pois essas pessoas constituíam formas distintas de vivenciar suas paixões, de lutar por seus amores ou de demonstrar sua afetividade, na maioria das vezes incompatíveis com as normas dos relacionamentos burgueses.

O que nos chama a atenção nesse caso é que a união nasceu durante o traslado para o local de trabalho de ambos. Francisca era doméstica e Boleia carregador. Ela vivia sozinha em um quarto apesar de sua pouca idade, trabalhando para pagar seu aluguel e para arcar com suas necessidades. Em um tempo relativamente curto iniciou um relacionamento

amoroso com Boleia e agora lutava para mante-lo ao seu lado.

Independentemente das maneiras como suas vidas eram descritas pelos letrados, os moradores dos cortiços encontravam espaços para forjar relações afetivas. A caminho do trabalho ou nos ajuntamentos em que se reuniam acabavam encontrando pessoas que descobriam ter certas afinidades e que podiam vir a ter um relacionamento amoroso. Não colocavam muitas dificuldades para unir suas vidas, pois não apenas os gastos com um casamento oficial eram muito dispendiosos como também amasiar-se era uma prática bastante comum entre os populares. O caso acima evidencia que, em um período relativamente curto e sem passar por nenhuma das modalidades de um namoro oficial - como a corte e o noivado - mulheres como Francisca assumiam um amasiamento sem hesitação moral. Ademais, uma união podia ser bastante favorável ao sugerir também a possibilidade de pleitearem juntos uma vida melhor.

Como tivemos chance de observar nestas linhas, os homens e mulheres pobres possuíam noções bastante particulares sobre higiene, moradia e trabalho. Todavia, ao seguirem tais comportamentos, somos levados a pensar que as elites haviam conseguido seus objetivos, pois, bem ou mal, teriam conseguido inculcar nos populares as idéias higienizadoras e ordenadoras que os médicos, a imprensa e os juristas esforçavam-se por divulgar. Porém não se deve esquecer que ao encontrar significados especiais para a vida nos cortiços, ao se considerarem pessoas “direitas” mesmo diante de um discurso que os reduzia a seres erráticos, acabavam dando mostras de que suas práticas divergiam em muito do comportamento que as autoridades públicas esperava deles.

## 2 - Políticas do Cotidiano ou Termos de Bem Viver

Em um dos dias do mês de maio de 1892, Mônica de Tal, “mulher de vida livre” foi até uma delegacia de polícia e fez com que o delegado Marinho chamasse João Francisco de Paula para que assinasse um Termo de Bem Viver. No jornal que divulgou a notícia a atitude de Mônica era descrita com indignação pois, segundo o jornalista, “o crime de João de Paula consistia apenas em censurar a vida escandalosa de Mônica”.<sup>12</sup>

É bastante instigante este caso pois, ao contrário do que geralmente acontecia, foi a “mulher de vida livre” que levou um distinto cidadão a assinar um termo de correção. Claro que não podemos afirmar que a polícia sempre concordava com as “mulheres de vida airada” até porque desconhecemos a relação entre Mônica e o delegado Marinho. Para nós, isso demonstra, todavia, que Mônica não aceitava as críticas que eram feitas a seus comportamento; talvez não acreditasse que sua vida fosse de fato “escandalosa” e que utilizou-se de uma legislação que quase sempre as reprimia para defender-se dos ataques que lhes eram lançados.

Os Termos de Bem Viver podem ser uma importante fonte de revelação do cotidiano de muitos homens e mulheres pobres da cidade revelando seus pontos de vista. Para nós, urge então investigar alguns casos para encaminhar discussões imprescindíveis a esse trabalho.

---

<sup>12</sup> O Democrata. Belém. 08/05/1892. P 02

*a) Às voltas com o botequim*

Há quatro meses corria o ano de 1880. Neste mês de abril, Jacinto Ignácio Monteiro Arantes foi até uma delegacia de polícia denunciar a parda livre Joaquina Maria da Conceição alegando ser ela

“mulher de vida indecente e imoral, dada cotidianamente ao vício da embriaguez e assim com gestos e palavras ofende não só a vizinhança como diretamente a família do queixoso e tampouco respeita a moral e a ordem pública.”<sup>13</sup>

Joaquina teria posto em dúvida a “honra” de uma irmã do queixoso e por esse motivo ele sugeria que ela fosse enquadrada no art.12. 1 do Código criminal e compelida a assinar Termo de Bem Viver ou obrigada à mudança de domicílio “visto como assim ficará desagradada a moralidade pública que todos os dias pesa sobre si a língua ferina da acusada”.

No auto de qualificação feito a Joaquina Maria da Conceição ficamos sabendo que ela tinha 48 anos, era paraense, solteira, vendedora de açaí, morava na rua das Flores e não sabia ler nem escrever. Durante a leitura da petição da queixa foi representada pelo solicitador José Limeira Braga, que rebatia as acusações afirmando que a denuncia estava

---

<sup>13</sup> APEPA. Fundo : Secretaria de Polícia. Autos Crimes de Termo de Bem Viver em que é acusada Joaquina Maria da Conceição. Abril de 1880

assentada sobre bases falhas.

“O parágrafo a que ele se refere somente arrasta perante as autoridades vadios, mendigos, bêbados por árbitro que perturba o sossego público; os turbulentos que por palavras e ações ofendem aos bons costumes e a tranquilidade pública.”<sup>14</sup>

Com estas palavras procurava mostrar que a acusada não correspondia às características descritas por Jacinto M. Arantes, pois era moradora à rua das Flores há mais de 30 anos, sem nunca antes ter sido chamada a julgamento por crime algum.

“(…) e é completamente sabido que a ré é mulher trabalhadora que vive de sua renda e nem tem por costume perturbar a sua vizinhança nem outra qualquer pessoa. (...) parece que só a má vontade faria com que alguém(...) talvez de vingança, quisesse humilhar a ré ao ponto de obriga-la a assinar um termo sem fundamento para tanto”.<sup>15</sup>

Assim tinha início mais uma batalha judicial que durante alguns meses revelaria vários pontos de vista sobre a vida de Joaquina Maria da Conceição. Desfilando pelas imagens de embriagada, indecente e imoral até a de mulher honesta, pacata e trabalhadora,

---

<sup>14</sup> APEPA. Fundo : Secretaria de Polícia. Autos Crimes de Termo de Bem Viver em que é acusada Joaquina Maria da Conceição. Abril de 1880

<sup>15</sup> APEPA. Fundo : Secretaria de Polícia. Autos Crimes de Termo de Bem Viver em que é acusada Joaquina

essa personagem revelava um mundo de contradições presentes nos discursos produzidos a seu respeito. Inicialmente é necessário lembrar de algumas características suas que já foram reveladas. Era de cor, vendedora, solteira e frequentava botequins. Apenas aí já residiam argumentos suficientes para tornar bastante dolorosa essa batalha, pois aumentava a possibilidade de ser desacreditada frente às autoridades policiais.

Dentre as perguntas feitas à primeira testemunha de acusação José Ferreira Salgado de 20 anos, português, caixeiro, residente à rua das Flores, depois de ter afirmado que era verdade o que se dizia na queixa sobre a acusada, lhe foi perguntado o porque de seu patrão – proprietário da casa em que residia Joaquina e também da taberna em que, segundo era acusada, vivia embriagada - manter em seu imóvel “uma mulher tão péssima”. José Ferreira Salgado respondeu que

“Que o patrão deseja sim que um homem com quem a querelada mora fique, mas há muito que o patrão deseja que ela saia em virtude de seu mau comportamento”<sup>16</sup>

---

Maria da Conceição. Abril de 1880

<sup>16</sup> APEPA. Fundo : Secretaria de Polícia. Autos Crimes de Termo de Bem Viver em que é acusada Joaquina Maria da Conceição. Abril de 1880. 1º testemunha de acusação José Ferreira Salgado

Esta testemunha procurou de todas as formas evidenciar que a acusada era de fato culpada e para tanto lembrava que Joaquina Maria “(...) insulta a qualquer pessoa que se dirija a ela, sem poder precisar o nome delas”. No entanto, quando é perguntado se ela era mulher trabalhadora ou vadia, respondeu “(...) que ela era trabalhadora, mas que quanto ao mais não sabe.”

As várias faces de Joquina Maria transparecem principalmente na fala da segunda testemunha de acusação, um uruguaio chamado Fernando Gonçalves, 45 anos, solteiro, torrador, também residente na rua das Flores. Esta testemunha inicia seu depoimento afirmando “(...) que sabe que a querelada costuma beber e nesse estado fica um tanto impertinente”. Quando foi perguntado se era vizinho da acusada e se essa “impertinência” que ele atribui à Joaquina Maria quando embriagada era posta em prática na rua ou dentro de casa, respondeu que

“É vizinho e que tem ouvido falar dentro de sua casa e na rua, mas que não sabe a quem se refere e que não ouviu palavras injuriosas.”<sup>17</sup>

Por residirem na mesma rua as práticas cotidianas desses moradores caem em uma rede de conhecimento público que possibilita que as atitudes das pessoas estejam sempre sob uma vigilância constante. Ao frequentar botequins, era quase de conhecimento público que Joaquina Maria era dada à embriaguez. No entanto não era apenas no espaço público que

---

<sup>1717</sup> APEPA. Fundo : Secretaria de Polícia. Autos Crimes de Termo de Bem Viver em que é acusada

suas atitudes eram vigiadas pela vizinhança. Essa testemunha chega a afirmar que ela (Joaquina) apresenta estas atitudes também dentro de sua casa, o que evidencia o quão tênue era a separação entre a casa e a rua entre os pobres da Campina.

Inquirido sobre a ocupação da acusada – “se é mulher vadia ou se vive de seu trabalho?” – respondeu saber que Joaquina era mulher trabalhadora;

“(…) que sabe que ela não é vadia e vive constantemente a trabalhar (...) que não lhe consta que ela tenha insultado alguém e apenas poucas vezes a tem visto perturbada, sem se dirigir a ninguém apesar de ficar impertinente”<sup>18</sup>

A testemunha acredita que a acusada não seja vadia. Ao contrário a aponta como mulher “que vive constantemente a trabalhar”, a despeito de adentrar os botequins e “embriagar-se” – ele sempre a tem visto “perturbada, falando consigo”. A última testemunha de acusação, o Oficial de Justiça de João Pedro Gonçalves Campos de 23 anos, solteiro, paraense, também residente à rua das Flores, ao ser perguntado se a querelada era mulher de vida irregular e de maus costumes, respondeu que não era - apesar de no início de seu depoimento apontar Joaquina como uma mulher que

“às vezes se embriaga e que nessa ocasião profere palavras ofensivas (...) que a querelada embriagada a esmo profere

---

Joaquina Maria da Conceição. Abril de 1880. 2º testemunha de acusação Fernandes Gonçalves

<sup>18</sup> APEPA. Fundo : Secretaria de Polícia. Autos Crimes de Termo de Bem Viver em que é acusada Joaquina Maria da Conceição. Abril de 1880. 2º testemunha de acusação Fernandes Gonçalves

palavras obscenas”<sup>19</sup>

De trabalhadora a embriagada ou de impertinente a mulher direita, as várias identidades de Joaquina Maria transpareciam num campo de contradições impulsionadas pelos autos policiais. Aliás, essas contradições são muito importantes para adentrar na busca dos significados que a polícia, os acusados e as testemunhas atribuíam a determinadas práticas.

Cabe lembrar aqui que, a despeito de se ter declarado solteira no auto de qualificação, Joaquina Maria vivia em companhia de um homem do qual se tem conhecimento somente na fala do caixeiro José Ferreira Salgado, pois ele não aparece ao longo dos inquéritos. De acordo com os pressupostos da mulher/mãe higienizada, seu modo de vida era completamente irregular pois, para os jornalistas e para os homens da lei, viver com um homem fora dos laços sagrados do matrimônio, frequentar botequins, embriagar-se ou proferir palavras ofensivas eram atitudes descredenciadoras que por si só eram capazes de traçar o perfil dessa mulher.

Em um outro trabalho procuramos mostrar um pouco do perfil da mulher “correta” idealizado pelos jornalistas, higienistas e pelos juristas de Belém nesse período.<sup>20</sup> Dessa forma chama a atenção um artigo publicado no jornal Diário de Notícias sobre as atitudes da mulher/esposa “exemplar”

<sup>19</sup> APEPA. Fundo : Secretaria de Polícia. Autos Crimes de Termo de Bem Viver em que é acusada Joaquina Maria da Conceição. Abril de 1880. 3º testemunha de acusação João Pedro Gonçalves Campos

<sup>20</sup> TRINDADE, José Ronaldo. “Mulheres de Má vida: Meretrizes, Infiéis e Desordeiras em Belém. 1890-1905” In. Alvares, Luzia Miranda e D’Incao, Maria Angela. *A mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém. GEPEM, 1995.

*Mandamento da Lei das Esposas*

São dez:

- 1 – Amar seu marido sobre todas as coisas
- 2 – Não o tratar em vão.
- 3 – Guarda-lo das outras mulheres e das pulgas.
- 4 – Honrá-lo, penteá-lo e trazê-lo limpo.
- 5 – Não lhe fazer cócegas para não o matar.
- 6 – Não lhe revistar os bolsos e nem lhe furtar coisa alguma.
- 7 – Guardá-lo da má vizinhança e das crianças.
- 8 – Não lhe levantar a voz mais alta e nem testemunho
- 9 – Não desejar o marido de outrem.
- 10 – Não cobiçar os vestidos, os pufs, os pós de arroz e as coisas alheias.<sup>21</sup>

Embora em tom satírico, o papel da mulher frente à sociedade estava definido como ser subserviente ao marido, dona de casa devota e caprichosa e de vaidade moderada. Aliás, para as mulheres para quem este papel estivesse reservado havia todo um quadro de normas a que deveriam se entregar desde tenra idade e as bases para isso era a educação.

Em seu trabalho sobre a criação de educandários destinados à infância desvalida e de escolas confessionais destinadas à educação das filhas das elites, no final do século XIX, José Maia B. Neto explanou as percepções masculinas sobre a “devida” educação que as

---

<sup>21</sup> TRINDADE, José Ronaldo. “Mulheres de Má vida : Meretrizes, Infiéis e Desordeiras em Belém. 1890-1905” In. Alvares, Luzia Miranda e D’Incao, Maria Angela. *A mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém. GEPEM, 1995, P. 45

mulheres deveriam receber. A mulher deveria ser a guardiã do lar, imagem oposta à “mulher mundana”, e educar seria a saída para torna-la cristã, devota, orientada por perspectivas burguesas de comportamento. Segundo este autor

“O Asilo de Santo Antônio, primeiro estabelecimento católico de ensino feminino da Amazônia, fundado na época do governo diocesano de D. Macedo Costa na província do Pará, exemplificava significativamente o exercício da dominação masculina no processo de formação da personagem feminina, no contexto das representações e práticas sociais instituídas como princípios básicos da educação de órfãs e pensionistas, sob os cuidados da ordem religiosa das irmãs Dorotéias.”<sup>22</sup>

Levando em consideração todos esses pressupostos sobre a conduta que as mulheres deveriam apresentar para serem honestas, se percebe imediatamente o quanto Joaquina Maria estava longe de ser incluída neste meio. Mas se era de fato perdida, por que negava com tanta ênfase as acusações que lhe eram feitas?

Definitivamente Joaquina Maria não estava disposta a passar pela “humilhação” de ter que assinar um Termo de Bem Viver. A princípio se pode pensar que essa personagem concordava com o fato de ser humilhante ser vista como uma mulher que foi compelida a assinar um tratado de comportamento, porém quando se mergulha mais fundo no caso fica

---

<sup>22</sup>BEZERRA NETO, José Maia. “O Asilo Lyndo e Protetor” Práticas e representações sociais sobre a educação feminina - Belém 1870-1888”. In. Alvares, Luzia Miranda e D’Incao, Maria Angela. *A mulher*

mais fácil entender o motivo dessa pena ser tão “humilhante” para a acusada.

Joaquina Maria era vendedora de açaí e o fazia em sua própria casa. Era muito importante que gozasse de boa relação com a vizinhança para poder vender seu produto. Ter seu nome envolvido em um inquérito desse tipo podia abalar suas atividades e afastar os fregueses, principalmente se ficasse provado ser ela culpada das acusações que lhe foram imputadas. Mas ao que nos parece, o fato de frequentar botequins não lhe tirava de todo os méritos de “mulher direita”. À medida que procurava o tempo todo deixar bem claro que era mulher trabalhadora e vivia de sua própria renda sem negar em momento algum o fato de frequentar o botequim, demonstrava que não se sentia desonesta ou indecente. Joaquina não fazia uma distinção rígida entre o trabalho e o botequim. Tanto era trabalhadora como tomava “umas doses” sem que esta prática negasse a primeira.

Trabalhar para se manter não era coisa rara entre as mulheres pobres de Belém. Desde pouca idade estas mulheres já estavam inseridas em uma rotina de trabalho que podia ser tanto uma extensão das tarefas domésticas - como é o caso das lavadeiras, cozinheiras e empregos domésticos - como também atividades esporádicas como vendas ambulantes e trabalhos em ateliês de costura e pequenas fábricas. Cristina Donza Cancela ressalta em sua pesquisa sobre as mulheres envolvidas em crimes de defloramento em Belém nas últimas décadas do século XIX, que estas em sua maioria tinham uma atividade remunerada, apesar de serem menores de idade.<sup>23</sup> Aliás, foi muito em virtude de estar fora de casa, longe da “proteção” das famílias, que caíam em descrédito frente às autoridades quando buscavam a “reparação da honra”.

---

*Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia.* Belém. GEPEN, 1995. P. 45

<sup>23</sup> Cancela, Cristina Donza. *Adoráveis e Dissimuladas.* Dissertação de mestrado apresentada ao depto. Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. 1998. mimeo

Mas voltando ao “conto”, Joaquina Maria lutou com todas as armas para mostrar-se mulher honesta frente as autoridades e à vizinhança, pois inevitavelmente essas histórias repercutiam nas ruas em que moravam. Para tanto, procurou contar com o apoio de pessoas que gozassem de opinião respeitada, tanto frente às autoridades quanto no bairro. Foi talvez por esse motivo que dentre as quatro testemunhas defesa que levou, duas eram médicos - afinal quem melhor para definir quem era ou não honesto naqueles dias do que os todo poderosos senhores da medicina.<sup>24</sup> Tratavam-se dos Drs. em medicina Cyro da Silveira Bastos Varella de 33 anos, paraense, casado e de João de Souza de 38 anos, cearense, também morador à rua das Flores. Contava esse médico que era vizinho de Joaquina Maria havia mais de três anos e que

“(...) absolutamente nada lhe consta que desatasse a conduta da acusada.(...) que nunca viu até hoje nem consta-lhe que a acusada tenha por costume embriagar-se ou insultar qualquer pessoa da rua e nem as famílias. Que sabe que acusada trabalha em casa e vive sempre ocupada nas suas vendas, sendo que ao mesmo tempo que ele testemunha mora à rua das Flores, já era o bastante para conhecer o bom ou o mau procedimento da acusada”

As maneiras pelas quais os moradores do bairro da Campina forjavam suas relações

---

<sup>24</sup>Ritzmann, Iraci Gallo. *Belém, Cidade Miasmática*. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto. História da PUC-SP, 1997. Engel, Magali. *Meretrizes e Doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890*. São Paulo,. Brasiliense, 1989 e Sohiet, Rachel. *Condição feminina e Formas de*

podiam ser muito diversas e esse caso pode nos dizer muito sobre isso. No tratar cotidiano e também por ter uma relação constante com muitas pessoas que iam até sua casa para comprar açaí, era possível ganhar a simpatia dos fregueses; afinal, essa é uma regra essencial para quem pretende vender algo. O inquérito não dá pistas de como Joaquina conheceu os referidos médicos, todavia é possível supor que, como eram moradores da mesma rua, tivessem se aproximado através do açaí. Joaquina Maria causava raiva e indignação a Jacinto Ignácio por “viver embriagada” e assim “ofender a moral pública”. Mas, a despeito disso, conseguira o apoio de dois médicos que foram perante as autoridades afirmar a sua honestidade. Seria possível que tivessem deixado de lado as opiniões médicas sobre a mulher higienizada e falado mais alto a simpatia pela velha vendedora de açaí? Infelizmente isso só poderá ficar no campo da suposição pois o fio que nos liga a esse passado não abriu portas o suficiente.

É muito tentadora, entretanto, a vontade de exercer o papel de juiz desse caso e simplesmente afirmar que Jacinto Ignácio mentia por qualquer razão que não nos foi possível desvendar. Todavia isso poderia igualar nossa análise às dos homens da lei que nesse momento ouviam atentos aos depoimentos das testemunhas para então molhar a pena no tinteiro e anotar o que era relatado. Como não podia deixar de ser, quando se confrontava os testemunhos de dois médicos com o de um caixeiro, as autoridades não hesitaram em privilegiar os primeiros. Isso só confirma o quanto estava correta Joaquina Maria ao recorrer a profissionais “tão respeitados” para falar em sua defesa.

Bem, ao final desses autos, Joaquina Maria foi absolvida. Não teve que assinar o Termo e nem mudar de domicílio como pretendia Jacinto Ignácio. Esses momentos

conturbados de sua vida evidenciaram como homens e mulheres pobres como ela pensavam algumas práticas como trabalhar, frequentar botequins ou proferir insultos em espaços públicos. Era possível para os populares daquelas ruas apresentar tais atitudes sem abalar a imagem de honestos e trabalhadores pois, ao contrário do que pensavam as elites, o trabalho e o botequim não eram tão díspares assim.

As testemunhas que depuseram contra, segundo as autoridades, não mereciam fé pois seus depoimentos foram destruídos pelos das testemunhas de defesa “quer em relação às qualidades e posição das testemunhas”<sup>25</sup>. Nesse caso a mulher de cor, pobre, vendedora levou a melhor frente ao homem decente e suas acusações, tendo sido quase determinantes para isso as palavras sábias da medicina. Porém se aqui essas palavras auxiliaram a uma mulher pobre envolvida em um conflito com a polícia, outras foram “condenadas” por não serem “higiênicas” o suficiente.

### ***b) Má companhia***

Apesar de muitos moradores da cidade possuírem um trabalho “honesto” para proverem suas necessidades, o mesmo não acontecia com todos.

Enquanto Belém já mal dormia com o barulho de picaretas e de muitos homens

---

<sup>25</sup> APEPA. Fundo: Secretaria de Polícia. Autos Crimes de Termo de Bem Viver em que é acusada Joaquina Maria da Conceição. Abril de 1880. Alegações finais.

trabalhando, modificando o espaço urbano da cidade que Antônio Lemos pretendia transformar na *Paris dos Trópicos*, o pequeno Pedro Agostinho Salles, de apenas 10 anos, paraense, morador à rua Benjamim Constant, foi levado à presença do primeiro prefeito de segurança, Dr. Fernando de Castro Barreto. O motivo: integrava uma quadrilha de menores infratores que praticava furtos pela cidade – principalmente nas ruas da Campina - sendo a maioria menores de 15 anos. Relatou em seu depoimento que

“(…) faz parte de uma quadrilha de gatunos composta de menores de 15 anos de idade, do qual já foi chefe um preto de nome Leopoldo, que hoje se acha em Manaus, e foi substituído por um mulato, criado do vapor Cassiporé, de nome Manoel Ribeiro e conhecido pelo nome de Siripipi; que desta quadrilha fazem ainda hoje parte os menores João, por apelido Cicary ou Pirralinho; Augusto, por apelido Beiçã; Raymundo, sineiro da igreja do Rosário, por apelido Sapo; Francisco, por apelido Garapeiro, que fugiu para as ilhas; ultimamente na companhia dos quadrilheiros Rabeca, Italiano e Manoel Serafim, por apelido Bola; um outro, por apelido Pequenino e um outro por apelido Nero, morador na rua Riachuello e um outro de nome João Português, que vive a bordo e por isso é apelidado Gatuno de Canoa.”<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos de diligências policiais procedidos acerca de furtos cometidos por diversos menores e da receptação dos mesmos furtos. Auto de perguntas feitas a Pedro Agostinho Salles. 20 de agosto de 1898.

Esse auto é de fato muito importante. Em suas linhas vem à tona práticas bastante preocupantes para as elites de Belém nesse período e, o que o torna mais rico, implementadas por crianças pobres, seres duplamente excluídos da história.<sup>27</sup>

O trabalho infantil foi amplamente utilizado nas últimas décadas do século XIX no Brasil, pois não apenas era mais barato como também havia crianças pobres em abundância nas grandes cidades. Por outro lado, aqueles anos frisavam a necessidade de formar os futuros trabalhadores e, logo, a disciplina do trabalho deveria se dar desde tenra idade.

Em Belém, a imagem de crianças levando ao braço pequenos cestos de flores que vendiam nas ruas e praças, chegava a ser tão comum que podia confundir-se com a paisagem urbana

---

<sup>27</sup> ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981



Vendedor de Jasmim<sup>28</sup>

Nos jornais, os anúncios de tipografias que precisavam de menores para trabalhar na venda e distribuição de jornais eram muito constantes<sup>29</sup>, enquanto que outras podiam ser vistas do lado de dentro dos balcões de tavernas, armazéns e outros pequenos estabelecimentos comerciais como caixeiros ou ajudantes. A maioria desses pequenos trabalhadores estava fora da escola e entregava-se a uma extenuante rotina para

<sup>28</sup> PARÁ. *Belém da Saudade*. Belém: SECULT, 1996.

<sup>29</sup> Entre os anos pesquisados, esses anúncios podiam ser encontrados principalmente no Diário de Notícias e no O Democrata.

complementar a renda das casas em que viviam.

Educar e disciplinar as crianças, visando formar futuros trabalhadores morigerados e obedientes, foi provavelmente a intenção das autoridades públicas ao criar o Liceu de Artes e Ofícios, enquanto que a ação policial que reprimia a presença de crianças “desordeiras” pelas ruas dava claras indicações do papel que esses pequenos seres deveriam ocupar na sociedade.

Ao que nos parece, toda a campanha direcionada às classes populares com o objetivo de condicionar as pessoas a uma disciplina de trabalho e a uma vida moralmente sadia, não conseguiu impor mudanças definitivas nas vidas de muitos moradores da cidade. Definitivamente, o menor Pedro Agostinho Salles e seus companheiros não estavam dispostos a ser trabalhadores “exemplares”, não tinham que se encaixar dentro de um horário, seguir um calendário e obedecer cegamente a um ou mais patrões. Suas vidas se pautavam em normas diferentes, bem distintas do lógico e ordenado conceito de trabalho que as elites pretendiam impor na cidade.

Optaram por integrar o suposto universo da ociosidade e da criminalidade em que estariam submersos muitos habitantes da urbe belemita. É claro que essa opção estava de acordo com normas e valores que se opunham frontalmente às idéias de cidadão e de progresso defendidas pelas elites. Para eles, o dia começava com pães que roubavam de “uma padaria da rua Lauro Sodré”, prosseguindo com furtos de dinheiro praticados nas salas de bilhar do *Café Chic* e do restaurante *Coelho*, além de saquear as gavetas de algumas tavernas do bairro da Campina.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos de diligências policiais procedidos acerca de furtos cometidos por diversos menores e da receptação dos mesmos furtos. Auto de perguntas feitas a Pedro Agostinho Salles. 20 de agosto de 1898.

Fora dinheiro e comida, roubavam “quinquilharias, ferragens e outros gêneros do mercado público”, além de diversos “pares de chinelos de uma sapataria no Largo do Palácio”<sup>31</sup> A exceção dos pães, com que se alimentavam, e dos chinelos, que usavam no dia a dia, as demais expropriações eram vendidas em um hotel, situado na rua Primeiro de Março, esquina com o Boulevard da República. Depois disso, dirigiam-se para as povoações do Pinheiro e do Mosqueiro para aproveitar os deliciosos banhos de mar, “onde embebedavam-se e travavam conflitos”<sup>32</sup>

O cotidiano desses menores evidenciava algumas estratégias de vida na cidade, consideradas pelas autoridades públicas e pela imprensa como criminosas e vergonhosas. Todavia, ao narrar suas aventuras e de seus amigos tão detalhadamente, o menor Pedro Salles não dava demonstrações de que eles faziam isso cobertos de vergonha ou arrependimento. Tampouco o faziam como uma forma integrada e coerente de contestação social; mais os motivava os passeios às praias e a certeza de que teriam dinheiro para gastar.

Na descrição detalhada que fez de suas atividades, Pedro Salles não ocultou nem mesmo as formas como se procediam os furtos.

“Que a dita quadrilha usa vários expedientes e modos de executar os furtos, mas trabalha sempre em grupo; que quando o teatro preferido dos quadrilheiros é uma taverna, um dos quadrilheiros pede por compra ao taverneiro mercadoria que

<sup>31</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos de diligências policiais procedidos acerca de furtos cometidos por diversos menores e da receptação dos mesmos furtos. Auto de perguntas feitas a Pedro Agostinho Salles. 20 de agosto de 1898.

<sup>32</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos de diligências policiais procedidos acerca de furtos cometidos por diversos menores e da receptação dos mesmos furtos. Auto de perguntas feitas a Pedro Agostinho Salles. 20 de agosto de 1898.

saiba estar no fundo do estabelecimento, e se este cai na cilada de ir busca-la, a quadrilha abre as gavetas do balcão e as rouba”<sup>33</sup>

Com as ourivesarias, a estratégia era outra: “(...) quebram um dia o vidro do mostrador e no dia seguinte subtraem-lhe as jóias”<sup>34</sup>; já nas salas de bilhar, onde divertiam-se os abastados, as táticas eram diferentes

“(...) colocavam-se em fileiras de quatro entre o jogador e o quadrilheiro (...) chegando a ocasião de descuido (...) sacava-se a carteira do paletó suspenso no cabide”<sup>35</sup>

Como se pode perceber, os furtos não eram ocasionais. Ao contrário, eram cuidadosamente elaborados, o que demonstra todo um preparo para aquela prática. Embora não soubessem ler ou escrever, agiam com inteligência e perspicácia. Suas ações “criminosas” não eram levantes logicamente elaborados no intuito de saquear o capital burguês, ou um breve contra a ideologia do trabalho. Ao contrário, agiam dentro de um quadro de normas que visava a sua diversão e bem-estar sem passar por um extenuante regime de trabalho.

---

<sup>33</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos de diligências policiais procedidos acerca de furtos cometidos por diversos menores e da receptação dos mesmos furtos. Auto de perguntas feitas a Pedro Agostinho Salles. 20 de agosto de 1898.

<sup>34</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos de diligências policiais procedidos acerca de furtos cometidos por diversos menores e da receptação dos mesmos furtos. Auto de perguntas feitas a Pedro Agostinho Salles. 20 de agosto de 1898.

<sup>35</sup> APEPA. Autos da Secretaria de Polícia. Autos de diligências policiais procedidos acerca de furtos cometidos por diversos menores e da receptação dos mesmos furtos. Auto de perguntas feitas a Pedro

Alguns como Raymundo (Sapo) e João Português trabalhavam. O primeiro era sineiro da Igreja do Rosário e o segundo embarcadiço. Ainda assim, a permanência na quadrilha lhes dava oportunidade de usufruir de coisas e diversões que certamente seus salários não possibilitariam, como comer bem, usar sandálias novas ou divertir-se nas praias. Uma vida com privilégios para quem tão pouco possuía.

Em torno deles havia um grupo que auxiliava como o organizador do bando - o preto Leopoldo e depois o mulato Siripipi - e os receptadores - o dono do hotel em que vendiam os objetos roubados. Havia, portanto, um grupo que gerava um consenso para as práticas dos jovens “gatunos”.

O que se pode entender desse auto é que esse menores, embora cientes de que “trabalhar é preciso”, optaram por conduzir suas vidas pautados por outros códigos e que não estavam dispostos a entregar-se a uma rotina de trabalho que supostamente dignificaria suas vidas. Todo discurso posto em prática pelas autoridades e pela imprensa sobre a ética do trabalho, ávido por disciplinar os homens e mulheres pobres que viviam na cidade, não foi tão vitorioso quanto se pretendia. Os autos crimes estão repletos de casos que demonstram que, à revelia dos discursos construídos sobre “bons e maus” cidadãos, essas pessoas demonstraram que não se enquadrariam tão facilmente nos esquemas normatizadores da burguesia.

É bom lembrar também que isso não quer dizer que essas pessoas “não conseguiram” agir corretamente. Mais vale pensar, como fez Martha Abreu, que não queriam ou não podiam agir de acordo com os ideais das elites, pois assim, eliminamos mais uma visão de

derrota que pesa sobre essas pessoas.<sup>36</sup> A presença de adultos e crianças entregues ao trabalho - nem sempre o trabalho organizado e marcado pelo relógio - nos dão evidências suficientes para perceber que eles tinham noções do que era ser um bom trabalhador. Ao optar pela “vadiagem” colocavam em prática um universo de alternativas de sobrevivência e diversão que de outra maneira não seria possível.

### *c) Palavras obscenas*

Como já vimos, quando uma pessoa era intimada a assinar um Termo de Bem Viver, iniciava-se uma verdadeira batalha moral, na qual o acusado tentava desesperadamente se defender e desmentir uma imagem negativa que uma outra pessoa procurava construir a seu respeito.

Nestes conflitos, geralmente envolvendo questões de vizinhança, todos os mecanismos de ataque e defesa eram acionados e uma gama de contradições passava a compor o discurso dos diversos envolvidos. Em uma leitura pouco atenta, a impressão que temos é que, de fato, as elites paraenses haviam sido vitoriosas e suas noções de trabalho, lazer e moral foram tranquilamente assimiladas pelos homens e mulheres pobres de Belém. Todavia, diante da insatisfação que essa conclusão nos causa, procuramos analisar as situações mais detalhadamente e observar os objetivos que estão por trás dos discursos implementados nestas pelejas. Essa pode ser uma maneira bastante elucidativa no sentido de vislumbrar até que ponto houve de fato uma assimilação pelos populares das noções

---

<sup>36</sup> ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

burguesas de comportamento.

Seguindo por uma trilha aberta por trabalhos como os de Sidney Chalhoub e Martha Abreu, que apontam para uma certa politização do cotidiano das pessoas simples, pretendemos perceber nas contradições, emergentes durante os depoimentos, os contornos de perspectivas próprias, vivenciadas no dia a dia dessas pessoas.

Em outubro de 1885, um conflito entre Juliana Theodora de Vasconcellos e Francisco Rodrigues Soares Amaral foi ter continuação nos bancos de uma delegacia de polícia. Ele pretendia fazer com que a primeira assinasse um Termo de Bem Viver, pelo “mau comportamento” que apresentava.

O conflito entre os dois teve início por ter Juliana alegado publicamente que as paredes da casa de Francisco adentravam em seu terreno. A partir daí, começaram as trocas de ofensas que foram tomando proporções cada vez maiores. Juliana Theodora de Vasconcellos era paraense, tinha 50 anos e morava na rua de São João, sabendo ler e escrever. Não deixou de lembrar em seu depoimento que “(...) não é mulher turbulenta e que se ofende a moral pública é só com as palavras obscenas que o querelado dirige a seu filho”

37

Os artificios usados por Francisco Rodrigues para convencer a justiça da culpa dos acusados eram os mesmos que sempre surgiam nesse tipo de inquérito: turbulência, palavras obscenas e ofensas à moral pública. Era nesses conflitos, quase sempre motivados por questões pessoais, que os populares davam mostras de que conheciam as normas de comportamento que as elites pretendiam impor aos habitantes da cidade, pois tanto o queixoso quanto o acusado jogavam com esses conceitos para atingir seus objetivos. Estes

---

<sup>37</sup> APEPA. Autos crimes para assinatura de termo de bem viver em que é acusada Juliana Theodora de

transpareciam também na fala das testemunhas que eram chamadas a opinar sobre o ocorrido.

Era bem comum que os conflitantes recorressem à pessoas de “moral ilibada” como testemunhas, pois sabiam que isso tornaria mais “verdadeiras” suas afirmações. Foi por esse motivo que Francisco Rodrigues recorreu a Maria José Pereira, de 22 anos, paraense, diretora do colégio de Santa Rita, onde também residia.

“(...) respondeu que na quinta feira, 22 do corrente, de uma para as duas horas da tarde (...) ouvindo barulho para a rua, veio para sua janela; de lá ouviu a acusada presente (...) insultando com palavras obscenas o queixoso; entre eles declara ter ouvido o de miserável, ladrão, patife, deixando de declarar as outras porque a decência manda calar; disse mais que a acusada é conhecida como má vizinha, turbulenta e que a testemunha vê-se obrigada a ter bastante cuidado com as suas discipulas para não ouvirem os ditos infames da querelada”<sup>38</sup>

Das palavras de uma diretora de escola para moças, certamente não haveria como duvidar, pois era difusora das boas maneiras e sabia exatamente os comportamentos que uma mulher de “respeito” deveria ostentar. Zelosa, temia pela conduta das alunas,

---

Vasconcelos. Outubro de 1885

<sup>38</sup> APEPA. Autos crimes para assinação de termo de bem viver em que é acusada Juliana Theodora de Vasconcelos. Outubro de 1885. Auto de perguntas feitas a Maria José Pereira.

pretendendo calar, pelas formas da lei, os impropérios que, segundo ela, saíam da boca de Juliana Theodora.

Infelizmente, as fontes não nos relataram mais sobre a relação de Maria José com Francisco Rodrigues pois, sem dúvida, as relações que as pessoas estabeleciam em seu cotidiano são de crucial importância para entender seus posicionamentos em momentos de conflito. Sobre a discussão ocorrida nesse dia e horário, a única coisa que sabemos ‘que, de fato, houve uma troca de ofensas pois, respondendo ao depoimento da testemunha, Juliana Theodora afirmava que

“(...) na quinta feira (...) dirigiu algumas palavras ao queixoso e à esposa do mesmo, que se achavam na janela de sua casa, nem lembrando de sua palavras ofensivas e que pouco se demorou na janela, retirando-se para o interior de sua casa”

Se Juliana Theodora afirmava que não era mulher turbulenta e que tampouco ofendia a moral pública, por que motivos confessou em sua fala que discutia de sua janela e que era possível ter pronunciado as ofensas pelas quais era acusada? Não sabia então que deveria negar isso sempre para ser considerada uma mulher direita e de mulher ilibada? É melhor prosseguirmos no caso e guardar essas reflexões um pouco mais para frente.

As palavras da segunda testemunha não foram muito diferentes da primeira. Tanto quanto a ilustre Maria José Pereira, Serafim Joaquim Gonçalves, português, 25 anos, relatava que

“Na quinta feira(...) estando ele testemunha à porta do estabelecimento de seu patrão que é junto da casa da querelada presente, estando à janela do sótão, ele testemunha ouviu perfeitamente a acusada estar insultando ao queixosos presente e sua esposa, ouvindo entre os insultos as palavras de ladrão, patife e miserável. Disse mais que a acusada presente é conhecida como má vizinha, turbulenta e reclusa, devido talvez ao seu gênio”<sup>39</sup>

Uma vez mais nos vem a vontade de assistir em uma tela as maneiras pelas quais esses depoimentos eram colhidos, mas sobre isso as fontes se mantiveram silenciosas. Ficamos a pensar se as expressões de medo, tensão ou raiva dos conflitantes, presentes durante os relatos, pudessem influenciar, pouco que sejam, os depoimentos. Ou se, nesse caso, a diretora Maria José exercia um certo fascínio e admiração sobre o jovem Serafim, caixeiro de um comércio que ficava nos baixos de seu colégio. Quem sabe isso explicasse como pessoas tão diferentes pudessem ter idéias tão semelhantes sobre o ocorrido. Mas como no time da história “se” não joga, ficamos apenas com a réplica da acusada que lembrava que

“(...) dirigia algumas palavras ao queixoso, porém que não se lembra, e quanto a ser má vizinha, ela não se considera; pelo contrário, se preza de ser uma boa vizinha, e que a prova disso

---

<sup>39</sup> APEPA. Autos crimes para assinação de termo de bem viver em que é acusada Juliana Theodora de

é tolerar muitas coisas para não mexer com seus vizinhos”

Sua fala evidenciava que para ela era plenamente possível ser boa vizinha e também vociferar contra os seus desafetos. Respondendo à questão anteriormente levantada, Juliana Theodora não via de formas tão díspares os palavrões e o “bem morar”. Em outras palavras, não acreditava que o fato de usar palavras “que a decência manda calar” a caracterizasse como má vizinha ou mulher turbulenta. Fazia outras representações sobre suas práticas que eram completamente inteligíveis dentro de seu contexto.

Após o depoimento da terceira testemunha, a doméstica, Maria Roza Ramos de quarenta anos, solteira, moradora do Colégio Santa Rita, que apresenta de novo somente mais uma obscenidade pronunciada por Juliana Theodora - ela o chamou também de corno - o processo foi encerrado com a conclusão de que a acusada deveria ser compelida a assinar o Termo de Bem Viver. Mas, nesse caso, a história não teve aí seu ponto final.

Insatisfeita com o resultado dos autos, Juliana Theodora pediu a reabertura do caso, trazendo a júri três testemunhas que falariam sobre o ocorrido. Quando procuramos repensar um caso aparentemente simples, como o fato de assinar um Termo de Bem Viver e investigamos as dimensões tomadas por esse “simples fato” no cotidiano dessas pessoas podemos entender melhor a ferrenha luta da acusada para provar sua inocência.

Ser compelida a assinar o termo significava várias derrotas: perdeu no confronto com Francisco Ferreira; perdeu diante da justiça pois não provou ser inocente e, perante as vizinhas, ficaria a imagem da mulher turbulenta. Essas disputas políticas - em que se formam pequenas alianças ou grupos de ataque - que operam no plano da vida cotidiana, acabavam

tendo grande importância para essas pessoas. Eram nessas horas que velhos ressentimentos ou favores não pagos entravam em jogo e a vizinhança se posicionava contra ou favor em conversas proferidas nas esquinas, portas de casa ou nos botequins. Era essa guerra que Juliana Theodora fazia questão de recomeçar.

A primeira testemunha de defesa, o já idoso sr. Luis Bittrou de Christo, 72 anos, aposentado, residente à rua Riachuello depôs o seguinte

“(…)que conhece a querelada presente e que (ela) não é rixosa e nem (ilegível) contra os seus vizinhos porque ele testemunha tem conhecimento da querelada por ter sido criada por dona Anastácia de Andrade, escrava do finado Inspetor da Fazenda Antônio Agostinho de Andrade Figueira e tia de Francisco Pedro Gurjão, ambos chefes da seção, com ele testemunha da Thesouraria da Fazenda”

Juliana recorreu a um funcionário público aposentado, de “moral ilibada” e que, orientado pelo advogado dela - dr. Benvindo Gurgel do Amaral - alegou a boa criação que tivera Juliana. Suas boas relações e a palavra do antigo funcionário da Thesouraria certamente trariam pontos a favor. Lembrava também a testemunha que

“(…)não lhe consta que a querelada tenha feito alguma artuaça; sabe que ela não sai de casa para esse fim e que a testemunha sabe presencialmente que a mesma querelada é

amiga de sua casa e nela se ocupa laboriosamente”

Aqui, Juliana Theodora é definitivamente mostrada como a mulher higienizada e de acordo com o ordenado mundo do trabalho. Dona de casa e laboriosa estaria puramente de acordo com o indivíduo moral que a sociedade positiva pretendia cultivar. Mas as contradições mais interessantes sobre a vida de Juliana Theodora se revelaram principalmente na fala da próxima testemunha, o tipógrafo Cypriano José dos Santos, de 50 anos, paraense, e morador da rua de São João. Justificava o conhecimento com a acusada da seguinte forma

“Quando o filho da querelada, o falecido Marcelino, se achava em estado de embriaguez, ela querelada chamava a testemunha para ajudar, que de fato sempre se prestava; e pelo contrário, ele a testemunha a reconhece como boa mãe de família que se ocupa da educação dos filhos”

Na tentativa de mostrar as virtudes maternas da acusada, Cipriano dos Santos deixava escapar que o seu falecido filho dava-se ao vício da embriaguez. Logo adiante, não deixa de ressaltar as qualidades de Juliana Theodora como boa mãe e preocupada com a educação dos filhos. A contradição residia aí: como uma mãe higiênica teria permitido que o filho se transformasse em um ébrio? A não ser que ter um filho ébrio não a demonstrasse uma mãe relapsa, ou que embriagar-se não fosse tão horrível e depreciativo assim para os moradores pobres da Campina.

A imagem da boa mãe e dona de casa passou a ser o fio condutor da disputa e, nessa nova etapa, a luta era para provar se Juliana Theodora era ou não uma mulher moralmente direita em outras palavras, uma mãe exemplar. A pergunta endereçada à testemunha era: “(...) se a querelada é ocupada constantemente nos seus trabalhos domésticos e na direção de sua casa e família, ou se ao contrário disso ela tem o hábito de sair de sua casa para incomodar a vizinhança e o sossego público?”.

Como esperávamos, a testemunha confirmava que a acusada ocupava-se unicamente de sua casa e de seus afazeres e que, portanto, não atrapalhava o sossego público e que desconhecia o motivo pelo qual o queixoso e a diretora Maria José pretendiam desmoralizar Juliana Theodora.

No depoimento da terceira testemunha, quase nada de novo é acrescentado, a não ser que “nunca tendo visto a querelada na rua, presume que vive ocupada em sua casa”. Para sedimentar a imagem de mulher direita, a testemunha faz a separação necessária entre a casa e a rua. Se vivia em casa, Juliana Theodora era uma mulher disciplinada e honesta. Com este relato, chega ao fim a batalha entre Francisco Rodrigues Amaral e Juliana Theodora de Vasconcelos. Dessa vez, a justiça concluiu que a acusada era inocente das acusações.

Esse conflito foi só mais um dos muitos que ocorreram naqueles anos. Interessa para nós perceber mais atentamente como se deram as coisas. Na primeira fase, que condenou Juliana a assinar o Termo de Bem Viver, a acusada defendia-se unicamente negando as acusações, apesar de admitir que houve um conflito e trocas de ofensas entre os dois envolvidos. Quando recorreu e pediu a reabertura do caso, veio então com argumentos bastante “convincentes”. Sua tarefa era provar que era uma mulher direta e para tanto dava demonstrações de ser boa mãe, dedicada à sua casa e às tarefas domésticas, não era sequer

vista na rua.

Ora, utilizando imagens idealizadas pelas elites para a definição de pessoas honestas ou não, os populares demonstravam ter o conhecimento desses códigos. Jogavam com eles quando necessário e a justiça também aparece como um campo em que disputas políticas que eclodiam no cotidiano iriam desembarcar. No caso de Juliana, que discutia com Francisco, não abrindo mão de usar palavras obscenas, e que fora mãe de um ébrio, era preciso convencer a justiça de que era mulher direita e laboriosa doméstica. Não queremos dizer que era tudo teatro ou que ela não se considerasse uma boa mulher, apenas ressaltar que ser bom ou mau, honesto ou desonesto, tinha significados bastante distintos entre os populares.

### **3 - As cabeças da hidra ou a persistência dos “maus costumes”**

Apesar das inúmeras tentativas das autoridades públicas de erradicar ou normatizar os comportamentos populares em atenção aos muitos pedidos da imprensa, a impressão que temos ao final deste trabalho é que, se houve um “fracasso”, não foram os ébrios, vadios ou meretrizes que tombaram derrotados. Ao contrário, quando se passeia hoje pelas ruas do bairro da Campina, a presença visível de homens e mulheres considerados desviantes nos transmite a idéia de que eles eram de fato muito insistentes. Mas sem nos afastar muito daquelas noites visitadas durante esta pesquisa, podemos ver o quanto a presença de prostitutas pelas ruas continuava a desafiar sem trégua as autoridades, ameaçando mesmo o lazer e divertimento dos abastados da cidade.

Desde 1882, iniciara-se na cidade a caça às casas de alta rotatividade, que proporcionavam com mais facilidade os encontros fortuitos.

### **Casas de alugar quartos por hora.**

“Não é só na Corte que a indústria de alugar quartos por hora vem se desenvolvendo, como se fosse um melhoramento social, aqui também na nossa capital essa industria é explorada e garante aos exploradores uma renda sofrível. (...) Igual procedimento deve ter o Dr. Chefe de policia d’aqui (...).É mister por embaraço a desenvoltura e progressão dos maus costumes entre nós, dos quais estamos tendo todos os dias as fatais consequências, sendo que para estas contribui a indiferença da policia.”<sup>40</sup>

O jornalista se referia a casas existentes junto a Escola Prática, de propriedade de um ferreiro português; na Rua Longa, nos fundos do Jardim Público; na Bailique, pertencente a uma preta de nome Carolina; na Travessa da Princesa, pertencente a “Tia Rosa” e na Travessa Dois de Dezembro, cuja a dona era a preta Olympia. Como se vê, em diferentes cantos da cidade, podiam-se encontrar lugares voltados para os encontros fortuitos e efêmeros que viabilizavam o “trato ilícito”. Apesar da preocupação do jornalista, nos parece que não apenas essas casas continuaram a existir, como também o seu número se multiplicou nos próximos anos.

Em 27 de março de 1904, um longo artigo da *Folha do Norte*, intitulado “a prostituição em Belém” aterrorizava os moradores da capital com as seguintes palavras.

---

<sup>40</sup> Diário de Notícias. Belém, 27/10/1882. P 02

“Está a reclamar sérias providências por parte das autoridades policiais o modo por que se vão alastrando pelas ruas mais frequentadas de Belém essas casas em que se dá o comércio da prostituição, às escancaras desde as primeiras horas da noite em detrimento dos nossos foros de terra culta e com grave menosprezo pelo decoro da família e pela moralidade pública

Elas têm invadido todos os bairros, todas as ruas, num pululamento incessante, ostentando-se numa exibição indecorosa nas próprias ruas percorridas pelas linhas de bonds, onde as famílias são obrigadas a assistir, às vezes, às cenas mais repugnantes do vício.

Chegamos a uma época em que não eram mais apenas as ruas da Campina que abrigavam as meretrizes em seu “trottoir”. Seus gastos sapatos já aventuravam-se por muitas outras ruas da cidade, causando pânico e constrangimento às “boas famílias”

“Em plena avenida da República, o único ponto onde as famílias poderiam achar à noite alguma diversão, as meretrizes fervilham de tal forma que é de boa prudência evitar as proximidades dos cafés e dos circos, quem não quiser sujeitar a família a ser testemunha das escandalosas cenas que aí se dão frequentemente, e em que são protagonistas as mais vis

mundanas.

E assim as famílias vão sendo obrigadas a desertar a pouco e pouco as avenidas da praça da República, que a menos de não querer sofrer tristes vexames e decepções, é prudente não frequentarem.”

Se alguns anos antes, a praça da República ou o Largo da Pólvora eram divididos apenas com os trabalhadores ambulante que procuravam vender seus produtos às abastadas famílias ou com os populares que vez ou outra passavam por ali a caminho dos botequins existentes por aquelas imediações, o calçadão era agora ocupado pelas meretrizes em busca de seus amantes, coibindo as famílias das elites de frequentarem os cafés e os circos, seus espaços de sociabilidade.

“Tal é uma das consequências da inércia em que vão se deixando ficar as autoridades policiais diante do rápido desenvolvimento que vai tendo a prostituição, onde ela parece ser antes animada, incitada, do que olhada como mal, que se não é possível de todo debelar, deve ser mantida debaixo da mais rigorosa vigilância por parte das autoridades.(...) Aqui, a não se pensar em medidas mais enérgicas, é o que cumpre fazer, e é fácil; basta que, às praças de ronda, sejam dadas as mais terminantes ordens no sentido de evitar essa indecorosa exibição das prostitutas às janelas, e de não permitirem as

conversas que não raro degeneram nos mais obscenos  
palavrões”

As tentativas de coibir as práticas das meretrizes, como já tivemos chance de observar já vinham há muito sendo postas em prática; todavia o que percebemos é que a profilaxia social que reclamava o jornalista não conseguia dar conta da “insistência” das prostitutas em ocupar as ruas, pondo em prática seus “maus” procedimentos. Sucediãem-se os palavrões e as exibições impudicas, armas de conquista de que se valiam as prostitutas.

Diante de tais conclusões, torna-se necessário repensar as maneiras como a história contada sobre os “excluídos” vêm sendo produzida. Em lugar de pensá-los como simples vítimas dos vitoriosos mandos e poder de uma burguesia capaz de aniquilar e modificar por completo suas práticas, mais vale pensar que essas pessoas opuseram-se de maneira ferrenha, embora não organizada, à manutenção de seus comportamentos, vale dizer de sua própria cultura.

## Palavras finais ?

---

Muitos anos se passaram desde que Mônica da Tal compareceu à delegacia de polícia para prestar queixa contra João Francisco de Paula ou que Juliana Theodora ou que Joaquina Maria da Conceição envolveram-se nas batalhas judiciais em que procuravam provar sua inocência frente às autoridades policiais. Todavia, ainda hoje, a justiça continua sendo um campo de disputas que atormenta e devassa a vida de muitos habitantes e frequentadores das animadas noites do bairro da Campina.

Hoje, não são mais os médicos os baluartes da caça contra os “maus costumes”, e as práticas das meretrizes, cafetinas e dos boêmios se difundiram e encontraram morada em muitos outros espaços da cidade. Ao contrário do que pretenderam a imprensa e as autoridades públicas do final do século passado, essas práticas não procuraram “bêco” e dão mostras de sua existência em plena praça pública ou República e em “elegantes” avenidas da cidade.

A gana das elites paraenses em preparar a população para um futuro de trabalho livre e expurgar das ruas os fantasmas da vadiagem, além da cruzada médica para livrar a cidade da insalubridade e todos os seus desdobramentos, acabaram se defrontando com as práticas “incorrigíveis” da população mais carente. Nessa luta de vida ou morte, muitos foram penalizados, mas modificar por completo as atitudes dessas pessoas – os conhecidos “boêmios” da Campina – foi uma tarefa impossível.

Na reta final desse trabalho percebemos o quanto as lutas travadas no cotidiano das pessoas simples surtiram efeito e que estas não tombaram frente à utopia disciplinar que pretendeu moldar seus comportamentos. Eles permaneceram nas ruas, amontoando-se nas esquinas, chamando palavrões, frequentando os botequins e bebendo além da conta. Sobre sua vida afetiva, mantinham relações conjugais “ não recomendadas” e escapavam de muitos parâmetros de higiene necessários para serem considerados pessoas de bem.

O confuso é que quase sempre lutaram na justiça para mostrar que eram *sim* pessoas de bem. Ao contrário do que possa parecer, isso só demonstra que eles conheciam o que as elites esperavam deles e jogavam com esses valores quando necessário. É claro que muitos acreditavam que era importante ser um bom trabalhador, porém em suas idéias sobre trabalho, não estavam de fora os ajuntamentos ou os goles atrevidos nos botequins.

A história contada sobre a imposição de uma moral burguesa deve ser então recontada, pois não foi tão linear assim. As pessoas que apareceram ao longo deste trabalho evidenciaram outra moral, ou outras morais. Moraram, amaram, trabalharam e se divertiram de forma bem diferente do que pretenderam as elites.

Resta-nos então lembrar que, se não foram tão vencidos quanto uma certa *história* os mostrou, podem agora ter certeza que sua lutas fizeram **História** e que resgatá-la é uma tarefa muito importante para a história social.

## **FONTES**

---

### **I - Arquivo Público do Estado do Pará**

#### **a) Manuscritas**

##### **1 - Fundo da Secretaria da Presidência da Província**

Série:               Abaixo-assinados.  
Período:            1880-1900

Inspetoria de Saúde Pública  
Provedoria da Saúde  
Comissões de Higiene e Socorro Público  
Vacinação  
Santa Casa de Misericórdia

##### **2 - Fundo da Secretaria de Segurança Pública**

Série:               Autos  
Período:            1880-1900

##### **Autos da Chefatura de Polícia**

A maioria dos autos disponíveis para pesquisa se encontram inacabados ou tiveram suas páginas extraviadas. Alguns chegam a possuir uma página apenas. Ainda assim, optamos por incluí-los na relação abaixo, pois ainda que incompletos, prestaram grande auxílio à esta pesquisa.

- Exame de corpo de delito a que foi submetida a menor Maria Emiliana de Albuquerque ( janeiro de 1880)
- Autos de Perguntas feitas a Estephânia Dias do Espírito Santo (Julho de 1880)
- Auto sobre o defloramento da menor Maria do Carmo em que é acusado Manoel Domingues Alves de Oliveira ( Julho de 1880)
- Autos crimes de inquérito a respeito do rapto e defloramento da menor Adelaide Virgínia de Almeida Abril de 1881)
- Autos crimes de Injúrias Verbais em que é querelado Manoel Pereira Lopes ( Julho de 1881)

- Autos crimes de furto em que é acusado Joaquim Manoel dos Santos Maués. Auto de qualificação e perguntas feitas ao acusado... 13/ 09/ 1886.
- Auto de perguntas feitas a Angélica Garcia ( Julho de 1881)
- Auto de perguntas Feitas a Anna De Oliveira Gomes ( Dezembro de 1881)
- Auto de perguntas feitas a Maria José da Luz (Maio de 1883)
- Autos de investigações sobre a morte de Maria Guedes Bond. ( Janeiro de 1884)
- Autos crimes de vadiagem em que é acusado Manoel Joaquim Moreira ( fevereiro de 1884)
- Autos crimes de vadiagem em que é acusado João José de Almeida ( Fevereiro de 1884)
- Auto de perguntas feitas a Luiz Antônio da Costa ( Julho de 1884)
- Autos crimes de Termo de Bem Viver em que é acusado Thomás de Aquino ( Outubro de 1884)
- Auto de perguntas feitas a José Ferreira do Carmo ( Agosto de 1885)
- Autos crimes de Vadiagem em que é acusado Boa Ventura. ( Agosto de 1885)
- Autos crimes de Termos de Bem Viver em que é acusada Julianna Theodora de Vasconcelos ( Outubro de 1885)
- Auto de perguntas feitas a Carolina Martins de Senna ( Fevereiro de 1885)
- Auto de perguntas feitas a João Antônio dos Santos (Abril de 1885)
- Auto de perguntas sobre o defloramento da menor Evarista de Andrade Pinheiro (Novembro de 1885)
- Auto de perguntas feitas a Eugnácia Raimunda Gil e Souza ( Novembro de 1885)
- Auto de perguntas feitas a Serafim Gomes da Rocha (Julho de 1886)
- Autos crimes para assinar Termo de segurança de vida em que é queixosa Anna Maria da Conceição e é acusado Leús Vieira da Silva Pimenta (Janeiro de 1886)
- Auto de Perguntas feitas a Helena de Vent (Novembro de 1886)
- Autos crimes de ferimentos leves cometidos por praças da policia em Antônio Rodrigues da Fonseca, Manoel Gonçalves Pereira, Emílio José da Motta e Manoel José de Castro (Outubro de 1885)

- Auto crimes de Inquéritos em que é requerente Antônio José Pereira ( Maio de 1886)
- Autos crimes de Inquéritos em que é requerente Antônia Maria Valente de Almeida ( maio de 1886)
- Auto de perguntas feitas a Maria Helena de Jesus (Setembro de 1888)
- Auto de perguntas feitas a Fabrício Gomes Villar ( Janeiro de 1886)
- Auto de perguntas feitas a Balbina Maria do Espírito Santo (Setembro de 1888)
- Auto de Apreensão feito em uma casa de jogos pertencente a João de Tal (Maio de 1883)
- Autos crimes de agressão e morte na noite de dezesseis para dezessete do mês de setembro último em que foi vítima Agostinho Antônio dos Santos (Outubro de 1888)
- Auto de Declaração e perguntas feitas sobre o desaparecimento do Espanhol sócio do Hotel “Franco” Roque Crespo Rodrigues (Abril de 1888)
- Auto de Vadiagem em que é acusado o carioca Alfredo Correia da Silva ( Janeiro de 1888)
- Auto de Exame de Corpo de Delito procedido na menor Margarida Luz, conhecida por Guida (setembro de 1888)
- Autos crimes para assinatura do termo de bem viver em que é acusado Rosini José de Oliveira (Julho de 1888)
- Autos crimes do termo de bem viver que é querelada Olympia da Costa Brasil (Maio de 1896)
- Auto de perguntas feitas a Francisco Barcelar (julho de 1899)
- Autos crimes de termo de bem viver em que é querelada Aurádia Maria do Espírito Santo (Julho de 1888)
- Autos crimes de injúrias verbais em que são acusadas Raimunda Pinheiro dos Santos e Mariana Sanches de Araújo (Agosto de 1888)
- Autos crimes de termo de bem viver em que é acusada Josepha Maria da Conceição ( Julho de 1888)

- Autos de Diligências policiais procedidas acerca de furtos cometidos por diversos menores e da receptação dos mesmo
- Autos crimes de termos de bem viver ex-officio em que é querelado José Gonçalves Valente (Fevereiro de 1888)
- Autos crimes para assinatura de termo de segurança de vida o requerimento de Militina Paez, contra Antonio Carlos de Souza (Setembro de 1888)
- Auto de requisito de prisão e remessa de Francisca Calambange à Província do Ceará (Agosto de 1888)
- Autos crimes de haverem suspeitos de acharem-se desonradas as menores Levinda Pacheco de Miranda e Bella Pacheco de Miranda (Março de 1889)
- Autos crimes de inquérito por crime de roubo praticado na casa de Francisco Xavier de Andrade (Janeiro de 1889)
- Autos crimes para assinatura de termo de bem viver em que é requerente José Ferreira Soares. Acusada Rosa de tal (Janeiro de 1889)
- Autos crimes para assinatura de termo de bem viver. Requerente Clemente Souza. Querelada João Pinto dos Reis (Janeiro de 1889)
- Autos crimes para assinatura de termo de bem viver em que é Requerente Boaventura Jorge do Nascimento; Querellado Antonio Francisco de Santiago (Fevereiro de 1889)
- Auto de perguntas feitas a Franklin dos Santos Monteiro (Junho de 1889)
- Auto de perguntas a Raimundo Graciliano da Costa Leite (Novembro de 1891)
- Autos crimes de inquéritos policiais acerca de ameaças de destruição feitas a diversas tipografias (Setembro de 1892)
- Autos de entrega de uma mobília e diversos objetos na casa número dois da Rua Riachuelo (Maio de 1895)
- Auto de perguntas feitas a Lina Pereira dos Santos (Dezembro de 1895)
- Auto de perguntas feitas a Dionésia Serafina dos Anjos (Agosto de 1895)
- Autos crimes de termo de bem viver em que é queixozo Honório Antônio Cardozo Monteiro e Querelada Glória Monteiro da Silva Fernandes (Novembro de 1895)
- Auto de qualificação feito a Maria Florência de Jesus (Julho de 1895)

- Auto de perguntas feitas a Antonio da Silva Villar (Março de 1896)
- Autos de diligências policiais ex-officio contra Manoela Valino (Julho de 1898)
- Auto de perguntas feitas a Thomé Teixeira Gomes (Agosto de 1898)
- Autos de diligências crime, termo de bem viver à requerimento de Antônio Guarascio contra João Conde (Setembro de 1898)
- Autos de diligências policiais contra Alípio Gonçalves por crime de furto (Janeiro de 1899)
- Auto de perguntas a Abram Gradus (Setembro de 1899)
- Auto de diligências policiais contra Domingos Alvistes Serra por crime de ofensas físicas sem derramamento de sangue (Agosto de 1898)
- Auto de declaração feita por José Tavares da Silva (Outubro de 1899)
- Auto de perguntas a Rosita Filik (Setembro de 1899)
- Auto de perguntas a Virginia Cabral (Setembro de 1899)
- Autos Crimes de tentativa de homicídio em que é acusado Rogério Brito. Auto de perguntas feitas a Roberta dos Santos Quaresma. (Agosto de 1881)

## **b) Impressas**

- 1- Coleção das Leis da Província do Gram-Pará  
Período: 1880-1900
- 2- ARARIPE, T. A. *Dados Estatísticos e Informações para os Imigrantes*. Pará: Typ. Diário de Notícias, 1986.
- 3 - PARÁ. *Actos e decisões do Governo do Estado - 1895 e 1896*. Belém Typ. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 1896.
- 4 - Ofícios da Inspeção de Saúde Pública. 1884. Caixas (409).

## **II - Museu Paraense Emílio Goeldi**

### **1- Relatórios**

PARÁ, Belém - Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15.11.1902 pelo Exm. Sr. Intendente Antônio José de Lemos; 1897-1902. Belém, A. A. Silva, 1902

PARÁ, Governo. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1º Vice-Presidente passou a administração da Província do Pará ao Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 09. 03. 1878. PARÁ: Typ. Guttemberg, 1878.

PARÁ, Governo. Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso júnior, 1º Vice-Presidente passou a administração da Província do Pará, em 06. 05. 1888. ao Exm. Sr. Dr. J. Almeida Pernambuco, nomeado por Carta Imperial de 24 de março último. PARÁ: Typ. Diário de Notícias. 1888.

PARÁ, Governo. Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da província ao Exm. Sr. Conselheiro Coronel Francisco José Cardoso Júnior.. PARÁ: Typ. Diário de Notícias. 1887

PARÁ, Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro João Antônio D'Araújo Freitas Henriques passou a administração da Província. do Gram-Pará ao Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas em 06. 10. 1886. Pará: Typ. Da república, 1891.

PARÁ, Relatório que o Exm. Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza, 1º Vice-Presidente da Província do Pará apresentou ao Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho apresentou ao passar-lhe a administração em 16 de setembro de 1885. Pará: Typ. De Francisco da Costa Júnior, 1885.

PARÁ, Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José de Araújo Rosa Danin, 2º Vice-Presidente da província passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Conselheiro João Silveira de Souza em 04 de agosto de 1884.

PARÁ Governo. Relatório com que o Exm. Sr, general Visconde de Maracajú passou a administração da Província ao 2º Vice-Presidente Exm. Sr. Dr. José de Araújo Rosa Danin em 24 de junho de 1884. Pará, Typ. De Francisco da costa Júnior, 1884

PARÁ Governo. Relatório com que o Exm. Sr, Conselheiro João Rodrigues Chaves passou a administração da Província ao Exm. Sr. Dr. Justino Ferreira Carneiro em 24 de junho de 1884. Pará, Typ. do Jornal da Tarde, 1882.

PARÁ Governo. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2º sessão da 22º Legislatura em 15 de fevereiro de 1887 pelo Exm. Sr. Dr. José coelho da gama e Abreu. Typ. do Diário de Notícias de Costa & Campbell, 1887

PARÁ, Relatório geral da administração apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do estado, pelo Sr. Augusto Olympio de Araújo e Souza, Secretário de Estado. Belém do Pará. J. Chiatti & Cia., Editores, 1900

PARÁ, Governo. Secretaria do governo do Estado do Pará. Relatório apresentado ao governado do Estado pelo Secretário Manuel Baena em janeiro de 1897. Pará, Typ. do Diário Oficial, 1897

PARÁ, Relatório com que o Exm. Sr. Dr.. Capitão-Tenente Duarte Huet de Barcellar Pinto Guedes passou a administração do estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mês. Belém, Typ. Do diário Oficial, 1891.

PARÁ, Governo. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José de Almeida Pernambuco, Presidente da Província do Pará passou a administração da mesma ao Vice-Presidente Ex. Sr. Dr. João Polycarpo dos Santos em 18 de março de 1889. Pará, Typ. De A. Fructuoso da Costa, 1889.

### III - BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA

#### a) Jornais ( Sala de microfilmagens)

Diário de Notícias	1880-1896
A República	1891-1900
A Província do Pará	1880-1899
O Liberal do Pará	1880-1889
A Voz do caixeiro	1886-1891
A Folha do Norte	1896-1902

### IV - OBRA LITERÁRIA

CARVALHO, João Marques de. *Hortênciã*. Belém. Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Estado de Cultura. Lendo o Pará. 1889.

### V - LITERATURA DE VIAGEM

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas ( 1859)*. Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo-Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980

BATES, H. W. *O Naturalista no Rio Amazonas*. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Rio de Janeiro. 1944. V 237

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências pelas Províncias do Norte do Brasil*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo-Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Viagem pelo Amazonas (1735-45)*. Tradução de Maria Helena Franco Martins, São Paulo: EDUSP. Col. Nova História, 1992.

MORAES, J. A. Leite. *Apontamentos de Viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

SPIX e MARTIUS. *Viagem ao Brasil*. Belo-Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

## **VI - FOTOGRAFIAS**

PARÁ. *Belém da Saudade: A memória de Belém em cartões postais*. Belém: SECULT, 1996.

## BIBLIOGRAFIA

---

ALMEIDA, Conceição. *Imagens negras, Espelhos Brancos. Um estudo das mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará (1885-1892)*. Belém: 1994. Monografia (Especialização em História da Amazônia) – Departamento de História da UFPA.

\_\_\_\_\_. “Imagens Negras, Espelhos Brancos” In ALVARES, Luzia e D’INCAO (orgs). *A Mulher Existe?*. Belém: GEPEM, 1995.

ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARIÉS, P e BÉJIN, A (orgs). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

AZEVEDO, Célia Marinho *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande Imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1982

BEMERGUY, Amélia. *Imagens da Ilusão: Judeus Marroquinos em busca de uma terra sem males*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC- SP

BEZERRA NETO, José Maia. “O Asilo Lyndo e Protetor: Práticas e representações sociais sobre a educação feminina - Belém 1870-1888”. In. Alvares, Luzia Miranda e D’Incao, Maria Angela. *A mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém. GEPEM, 1995. P. 45

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 1974.

BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura popular( leituras de operários)*. São Paulo: Vozes, 1973.

BRESCIANI, M. Stella. (org). *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. ANPUH/ São Paulo: Marco Zero. FAPESP. 1994.

\_\_\_\_\_. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense. 1982.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e Dissimuladas*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da UNICAMP

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializado: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia da Letras, 1897.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao Estudo das Habitações populares. Rio de Janeiro 1886-1906*. Rio de Janeiro: UFF, 1980.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário de Folclore Brasileiro*. Brasília: IRN, 1981.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual: Essa nossa (des) conhecida*. São Paulo: Brasiliense. 1984.

CORBIN, A. *Les Filles de Noce. Misère sexuelle et prostitution aux 19 et 20 siècles*. Paris. Aubier Montaigne, 1978.

\_\_\_\_\_. *Saberes e Odores. O Olfato e o Imaginário Social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

COSTA, Carlos Alberto Amaral. *Oswaldo Cruz e a Febre Amarela no Pará*. Belém: SECULT. Col. História do Pará. Série Athur Vianna.

CUNHA, M. C. P. *O Espelho do Mundo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

COELHO, Geraldo Mártires. *Um pouco aquém da Belle Époque ou quando o Francesismo se insinua no Pará novecentista*. In *Ecologia e Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. UNAMAZ, UFPa, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e Norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

CRUZ, Ernesto. *As Edificações de Belém. 1883-1911*. Conselho Estadual de Cultura, Belém-Pa.

DARNTON, R. *O Grande Massacre de Gatos e Outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro. Graal, 198

DAVIS, N.Z. *O Retorno de Martin Gueere*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

DERENJI, Jussara. *A seleção e Exclusão no meio urbano*. in *A Amazônia e a Crise da*

- Modernização*. Col. Eduardo Galvão, Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém -PA, 1994.
- DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC-SP.
- DIAS, Maria Odila. *Cotidiano e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- DONZELOT, Jaques. *A Polícia das famílias*., Rio de Janeiro, Graal, 1980,
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: Saber médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1830-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1988
- ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social ( 1890-1920)*. São Paulo, DIFEL, 1983
- \_\_\_\_\_. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1824)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERREIA REIS, Arthur Cezar. *Síntese de História do Pará*. Amazônia Edições Culturais, Belém, 1972.
- FONTES, Edilza. *Negras e Galegas: Relações étnicas, relações de trabalho e identidades nacionais em Belém do Pará. 1880-1890*. Belém 1994, mimeog.
- FOUCAULT. Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Kairóz, 1983. 3ed.
- FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e Desenvolvimento urbano*. 6 ed. Rio de Janeiro. J.Olympio, 1981.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan S. A. 1989.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: Criadas e patrões no Rio de Janeiro. 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988
- HOBBSAWM, Eric. *Bandidos* . Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Industry and Empire*. Bungay, Penguin Books, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Las Revoluciones Burguesas*. Madrid, Ediciones Guádarrama, 1971

\_\_\_\_\_. *Os Trabalhadores. Estudos sobre a História do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *Rebelde Primitivos. Estudos sobre as formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970

HOMEM, M. C. N. *História dos Bairros de São Paulo: Higienópolis*. Vol. 17. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1980

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. LA

LINEBAUGH, Peter. *Crime e Industrialização: A Grã-Bretanha no século XVIII*. in

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.) *Crime, violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983

\_\_\_\_\_. *Todas as montanhas atlânticas estremeceram*. trad. Célia Marinho de Azevedo, in. *Revista Brasileira de História*, n.6, São Paulo, Marco Zero, 1984,

MACHADO, R. e outros. *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MAYOL, Pierre. "O Bairro". In CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano. Vol II.: Morar, Cozinhar*. Rio de Janeiro: Petrólis, 1997.

MEDEIROS, Lená de. *Os Indesejáveis: Desclassificados da modernidade- Protesto, crime e expulsão na Capital Federal(1890-1930)*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1996.

MENDES TORRES, Maria Celestina Teixeira. *História dos Bairros de São Paulo: Brás*. Vol. 01. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1980;

MOTT, Luis. *A revolução dos negros do Haiti e o Brasil*. in. *Revista Questões e Debates*, ano.3, n.4, Curitiba, Junho de 1982. pp 55-63

MOURA, Clovis. *Rebeliões na senzala*. 3ºed. Ciências Humanas, 1981.

NEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém – Estudo de Geografia Urbana. 1º Vol.* ( Col. Amazônica. Série José Veríssimo). Belém, UFPA, 1968.

PINTO, Maria Inez Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo. (1890-1914)*. São Paulo, EDUSP, 1994. p247-48.

- RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da Cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.
- REIS, João. *Rebelião Escrava no Brasil - A História do levante dos Malês. (1835)* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RITZMANN, Iracy Gallo. *Belém: Cidade Miasmática*. São Paulo-PUC. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da PUC/SP, mimeog
- SALLES, C. *Nos Submundos da Antiguidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: Sob o Regime da Escravidão*. Belém: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Tancredo Neves. 1988
- SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a Praça*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- SAMARA, E. M. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS FILHO, L C. e NOVAES, J. N. *A Febre Amarela em Campinas. 1889-1900*. Campinas: Ed. UNICAMP. Col. Campesina..
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T A Queiróz. 1980.
- SANTOS, Wandelely dos. *História dos Bairros de São Paulo: Lapa*. Vol. 18. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1980
- SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque. Belém-Pa (1870-1910)*. Recife, 1990 Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da UFPE
- SCWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e a questão racial no Brasil. (1870-1920)*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.
- \_\_\_\_\_. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, N. *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Macir. *O desenvolvimento Comercial do Pará no Período da borracha (1870/1914)*. Niterói. UFF. 1978.
- SILVEIRA, Nedaulino Viana da. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará: Problemática do abastecimento alimentício durante o período áureo da borracha (1850/1920)*. Recife..

1989. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da UFPE.

SOARES, L. C. *Prostituição e Homossexualismo no Rio de Janeiro no século XIX*. . .  
Londres, University College London, 1985. Mimeo.

SOIHET, Raquel. *Condição feminina e Formas de Violência: Mulheres pobres e ordem urbana no rio de Janeiro. 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense universitária, 1989.

\_\_\_\_\_. *Subversão pelo riso: Reflexões sobre a circularidade cultural no Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999

SOUZA, L. M. *Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade*. 1v.  
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, José Ronaldo. *Mulheres de má vida: meretrizes, infiéis e desordeiras em Belém (1890-1905) in A Mulher existe ?*, GEPEN, UFPa, 1995.

VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o Sujo: A higiene do corpo desde a Idade Média*.  
Lisboa, Editorial Fragmentos Ltda. 1985

\_\_\_\_\_. *O trabalho dos Corpos e do espaço*. trad. Yara Aun Khoury. P.11, Projeto História - Cultura e Cidade, n.13, 1996

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. HUCITEC-EDUSP, 1993

WILLIAM, Raymond. *O Campo e a Cidade: Na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.